

MESTRADO EM ENSINO DE HISTÓRIA NO 3.º CICLO DO ENSINO BÁSICO E NO ENSINO SECUNDÁRIO

Ir para Fora Cá Dentro (de casa)

A Importância das Visitas de Estudo na Aprendizagem de História

Ana Lavínia da Silva Gonçalves

M

2020



Ana Lavínia da Silva Gonçalves

Ir para Fora Cá Dentro (de casa)

A Importância das Visitas de Estudo na Aprendizagem de História

Relatório de estágio realizado no âmbito do Mestrado em Ensino de História no 3.º
Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, orientado pela Professora Doutora
Cláudia Sofia Pinto Ribeiro.

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Outubro de 2020

Ana Lavínia da Silva Gonçalves

Ir para Fora Cá Dentro (de casa)

A Importância das Visitas de Estudo na Aprendizagem de História

Relatório de estágio realizado no âmbito do Mestrado em Ensino de História no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, orientado pela Professora Doutora Cláudia Sofia Pinto Ribeiro.

Membros do Júri

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) – Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) – Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) – Universidade (nome da universidade)

Classificação obtida: (escreva o valor) Valores

Aqueles que passam por nós não vão sós. Deixam um pouco de si e levam um pouco de nós.

O Príncipezinho (Saint-Exupéry, 2015).

Sumário

Declaração de Honra	4
Agradecimentos	5
Resumo.....	6
Abstract	7
Índice de Ilustrações.....	8
Índice de Tabelas.....	9
Índice de Gráficos.....	10
Lista de abreviaturas e siglas.....	11
Introdução.....	12
1.Enquadramento Teórico	15
1.1. Visitas de Estudo – Da Teoria à Prática	15
1.2. Visitas de Estudo Virtuais	30
1.3. A História Local e a Didática da História.....	36
1.4. O Património Histórico	41
1.5. Chegámos ao nosso destino: Breve História do Museu Nacional dos Coches.....	50
2.Contexto de Intervenção e de Investigação.....	54
2.1. Uma Escola à Beira-Mar Plantada: a Escola Secundária João Gonçalves Zarco.....	54
2.2. Caracterização das Turmas.....	58
3.Metodologia de trabalho, instrumentos de recolha dos dados e apresentação e análise dos dados.....	61
3.1. Metodologia de trabalho e instrumentos de recolha dos dados.....	61
3.2. Apresentação, análise e discussão dos dados	73
3.2.1. Guião de Exploração da Visita ao Museu Nacional dos Coches	74
3.2.2. Inquérito por Questionário.....	76
Considerações Finais	90
Referências Bibliográficas	93
Webgrafia.....	100
Anexos	102
Anexo 1 – Plano de Aula Sobre a Política Pombalina.....	102
Anexo 2 – Proposta de Visita de Estudo Entregue à Equipa de Coordenação.....	113

Anexo 3 – Autorização do Encarregado de Educação para a Visita de Estudo	115
Anexo 5 – Locução da Visita de Estudo	131
Anexo 6 – Guião de Exploração da Visita de Estudo	151
Anexo 7 – Correção do Guião de Exploração da Visita de Estudo	160
Anexo 8 – Critérios Específicos de Classificação do Guião de Exploração	170
Anexo 9 – Inquérito por Questionário	180
Anexo 10 – Grelha de Análise do Guião de Exploração da Visita de Estudo	182

Declaração de Honra

Declaro que o presente relatório de estágio Ir Para Fora Cá Dentro (de casa): A Importância das Visitas de Estudo na Aprendizagem de História é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Porto, 19 de Outubro de 2020

Ana Lavínia da Silva Gonçalves

Agradecimentos

Aos meus amigos, por sempre me acompanharem ao longo desta jornada e me fazerem acreditar que tudo é possível.

À minha irmã, pelo apoio e por sempre acreditar em mim, falando com orgulho da irmã.

Ao meu pai, que mesmo sendo de poucas palavras, demonstra o quanto me quer bem.

À minha mãe, o meu conforto, a minha consciência (“grilinho falante”), por me amar tanto, por estar sempre presente em todas as horas, desde as mais alegres até às mais difíceis, por cuidar de mim e me dar toda a confiança necessária para enfrentar todos os desafios que vão surgindo na minha vida.

Ao meu namorado, o meu pilra, por estar ao meu lado nas horas em que chorei e nas horas em que sorri, pelo amor incondicional e, sobretudo, pela paciência que demonstra quando me perco em longas explicações históricas que ele ouve com todo o gosto.

À Patrícia, colega de estágio, pelos conselhos sempre úteis e por se ter tornado uma amiga.

À Professora Isabel Pereira, por me ter recebido tão bem e me ter concedido o privilégio de lecionar nas suas turmas, permitindo-me cumprir um sonho: o de ser professora. Não há palavras para agradecer toda a partilha e todo o incentivo a fazer mais e melhor. Nunca me hei de esquecer das suas palavras: “Não tinha problema nenhum em deixar as minhas turmas a teu cargo”.

Ao Professor Luís Alberto, um dos melhores professores que tive ao longo do meu percurso académico e que tive a honra de ter como Supervisor de Estágio, só posso agradecer todas as palavras de motivação e a serenidade que sempre me transmitiu.

À Professora Cláudia, orientadora deste relatório de estágio, pelo ombro amigo, pela paciência e, acima de tudo, por me mostrar que é possível ensinar com o coração.

Por fim, aos meus alunos, que me chamaram “professora”, por aceitarem de bom grado todas as propostas que lhes fiz, até as mais malucas.

Resumo

Atualmente, vivemos num mundo em que a informação se sucede a ritmos alucinantes e, por isso, as tradicionais metodologias de ensino baseadas na transmissão de conhecimentos encontram-se totalmente desajustadas, o que obriga os professores a encontrar estratégias inovadoras e criativas, capazes de motivar os alunos para a aprendizagem, como é o caso das visitas de estudo.

De facto, nos últimos anos, as visitas de estudo têm sido consideradas estratégias muito relevantes para o processo de ensino-aprendizagem, porque os alunos costumam envolver-se diretamente nelas, o que permite uma aprendizagem mais significativa, além de desenvolverem uma maior sensibilidade para a preservação do património histórico enquanto garante da memória coletiva.

Por conseguinte, com este estudo, desenvolvido no âmbito do Mestrado em Ensino de História no 3.º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário, mais concretamente na Prática de Ensino Supervisionada, e implementado em duas turmas do 11.º ano, procurou-se compreender as potencialidades didáticas das visitas de estudo enquanto estratégia facilitadora da aquisição e consolidação de conhecimentos históricos e do desenvolvimento da consciência patrimonial dos jovens.

Para tal, levamos a cabo uma visita de estudo ao Museu Nacional dos Coches acompanhada de um guião de exploração que visava compreender a eficácia desta estratégia no processo de aprendizagem de História. Por outro lado, e procurando perceber as perceções dos alunos relativamente a este assunto, elaboramos um inquérito por questionário.

Os resultados obtidos a partir destes instrumentos de recolha dos dados foram satisfatórios, demonstrando que as visitas de estudo são uma estratégia que pode e deve ser utilizada na prática pedagógica, uma vez que motiva os alunos para a aprendizagem e os envolve na construção do conhecimento, facilitando a compreensão dos temas históricos, bem como contribui para a consciencialização em torno da valorização e preservação do património histórico-cultural que os rodeia.

Palavras-chave: Visitas de Estudo; Aprendizagem; Património Histórico; Consciência Patrimonial; Educação Patrimonial.

Abstract

Currently, we live in a world in which information is succeeding at mind-bending rates and, therefore, traditional teaching methodologies based on the transmission of knowledge are totally out of place, which forces teachers to find innovative and creative strategies, capable of motivating students for learning, such as study visits.

In fact, in recent years, study visits have been considered very relevant strategies for the teaching-learning process, because students tend to get directly involved in them, which allows for more meaningful learning, in addition to developing greater sensitivity to the preservation of historical heritage while guaranteeing collective memory.

Therefore, with this study, developed within the scope of the Master's Degree in History Teaching in the 3rd Cycle of Basic Education and Secondary Education, more specifically in Supervised Teaching Practice, and implemented in two classes of the 11th year, we sought to understand the didactic potential of study visits as a strategy to facilitate the acquisition and consolidation of historical knowledge and the development of young people's heritage awareness.

To this end, we carried out a study visit to the National Coach Museum accompanied by an exploration guide that aimed to understand the effectiveness of this strategy in the process of learning history. On the other hand, and trying to understand the students' perceptions on this subject, we developed a questionnaire survey.

The results obtained from these data collection instruments were satisfactory, demonstrating that study visits are a strategy that can and should be used in pedagogical practice, since it motivates students for learning and involves them in the construction of knowledge, facilitating the understanding of historical themes, as well as contributing to the awareness around the valorization and preservation of the historical and cultural heritage that surrounds them.

Key-words: Study Visits; Learning; Historical Heritage; Patrimonial Awareness; Patrimonial Education.

Índice de Ilustrações

ILUSTRAÇÃO 1 - ESQUEMA SOBRE AS DIFERENTES ETAPAS DA VISITA DE ESTUDO	22
ILUSTRAÇÃO 2 - MUSEU NACIONAL DOS COCHES	50
ILUSTRAÇÃO 3 - PICADEIRO REAL.....	50
ILUSTRAÇÃO 4 - TETO DO SALÃO NOBRE.....	51
ILUSTRAÇÃO 5 - LOCALIZAÇÃO DE MATOSINHOS	54
ILUSTRAÇÃO 6 - ENTRADA DA ESCOLA SECUNDÁRIA JOÃO GONÇALVES ZARCO	55

Índice de Tabelas

TABELA 1 - CATEGORIZAÇÃO DOS ASPETOS POSITIVOS MENCIONADOS COMO RESPOSTA À PERGUNTA “ÍNDICA OS ASPETOS QUE CONSIDERASTE POSITIVOS E/OU NEGATIVOS NO DECURSO DA VISITA”	77
TABELA 2 - CATEGORIZAÇÃO DOS ASPETOS NEGATIVOS MENCIONADOS COMO RESPOSTA À PERGUNTA “ÍNDICA OS ASPETOS QUE CONSIDERASTE POSITIVOS E/OU NEGATIVOS NO DECURSO DA VISITA”	80
TABELA 3 - CATEGORIZAÇÃO DAS RESPOSTAS À PERGUNTA “PORQUÊ?”	81
TABELA 4 - CATEGORIZAÇÃO DAS RESPOSTAS À PERGUNTA “SE RESPONDESTE OUTRA, ESPECIFICA QUAL.”	85
TABELA 5 - CATEGORIZAÇÃO DAS RESPOSTAS À PERGUNTA “O QUE ESTARIAS DISPOSTO(A) A FAZER PARA PRESERVAR O PATRIMÓNIO HISTÓRICO-CULTURAL QUE TE RODEIA?”	86

Índice de Gráficos

GRÁFICO 1 - DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA QUANTO AO GÉNERO	77
GRÁFICO 2 - DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA QUANTO À IDADE	77
GRÁFICO 3 - RESPOSTAS À PERGUNTA “CONSIDERAS QUE AS VISITAS DE ESTUDO SÃO UMA BOA FORMA DE APRENDERES HISTÓRIA?”	81
GRÁFICO 4 - RESPOSTAS À PERGUNTA “NA TUA OPINIÃO, PARA QUE SERVEM AS VISITAS DE ESTUDO NO ÂMBITO DA APRENDIZAGEM DE HISTÓRIA?”	84

Lista de abreviaturas e siglas

EFA – Educação e Formação de Adultos

ESJGZ – Escola Secundária João Gonçalves Zarco

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

IPPAR – Instituto Português do Património Arquitetónico

NER – Ensino Recorrente

TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

Introdução

Nos dias de hoje, a escola tem demonstrado algumas dificuldades em acompanhar as alterações que se têm vindo a verificar na sociedade, o que faz com que esta se torne um espaço incapaz de preparar os alunos para enfrentar as mudanças, além de ser encarada pelos mesmos como um lugar desinteressante, já que tendem a ter um papel pouco ativo na construção do conhecimento.

Neste sentido, torna-se imperioso substituir as aulas centradas no professor por estratégias e recursos capazes de motivar os alunos e de estimular a sua atividade cognitiva de modo a potencializar a aprendizagem e a desenvolver o pensamento, cabendo ao professor a criação de estratégias que impliquem os alunos na construção do conhecimento, tornando a aprendizagem significativa.

Tendo por base estes pressupostos, procurámos, ao longo deste ano de estágio, adotar estratégias mais atrativas, nas quais os alunos interagissem com a informação histórica, como é o caso das visitas de estudo, tentando compreender de que forma é que estas influenciam o processo de aprendizagem dos alunos e a sua importância para a Educação Patrimonial.

A escolha deste tema prendeu-se com a nossa perceção de que as visitas de estudo podem contribuir de maneira significativa para a aquisição e consolidação de conhecimentos, uma vez que a aprendizagem se concretiza por meio do contacto direto com o objeto, permitindo, deste modo, ultrapassar uma situação de aprendizagem mais abstrata, concretizando o saber teórico presente nos manuais da disciplina, além de possibilitarem o contacto com o património histórico-cultural que constitui uma excelente fonte para o estudo da História e que, como tal, deve ser valorizado e preservado.

Por conseguinte, este estudo tem por base três questões de partida:

- Será que as visitas de estudo contribuem para a aquisição e consolidação de conhecimentos?
- Qual é a perceção dos alunos relativamente à importância das visitas de estudo para a aprendizagem de História?

– De que modo é que as visitas de estudo podem contribuir para o desenvolvimento da consciência patrimonial dos jovens?

Foram estas questões que orientaram este trabalho que culminou com a realização de uma visita de estudo ao Museu Nacional dos Coches com duas turmas do 11.º ano de escolaridade e que visava perceber se as visitas de estudo são uma boa forma de aprender História e de desenvolver a consciência patrimonial dos jovens que se reflete, entre outros aspetos, no reconhecimento da importância da valorização e preservação do património histórico-cultural.

Desta forma, no primeiro capítulo, apresentamos o enquadramento teórico do nosso estudo, começando por abordar o conceito de visita de estudo e de outros comumente utilizados como sinónimos, além de explicitarmos as potencialidades e as limitações desta estratégia. De seguida, tratamos o tema das visitas de estudo virtuais, uma vez que, devido à pandemia da COVID-19, a nossa atividade teve de ser substituída por uma visita virtual, pelo que consideramos fazer uma breve alusão às vantagens e desvantagens desta estratégia. Para além disso, procuramos refletir sobre os conceitos de História Local e de Património, bem como a sua importância para a construção das identidades individual e coletiva. Por fim, fazemos uma breve referência à história do Museu Nacional dos Coches, de modo a contextualizar este espaço, destino da visita que realizamos.

No segundo capítulo, intitulado *Contexto de Intervenção e Investigação*, abordamos o contexto em que se desenvolveu a visita de estudo ao Museu Nacional dos Coches, caracterizando a escola onde realizamos o estágio, ou seja, a Escola Secundária João Gonçalves Zarco (ESJGZ), em Matosinhos, e as turmas que participaram nesta experiência.

No terceiro e último capítulo, *Metodologia de trabalho, instrumentos de recolha dos dados e apresentação e análise dos dados*, apresentamos a metodologia de trabalho, descrevendo as fases necessárias à preparação e dinamização da visita de estudo, bem como os instrumentos de recolha dos dados, nomeadamente o guião de exploração da visita de estudo e o inquérito por questionário, e os procedimentos de análise dos mesmos. Para além disso, analisamos os dados recolhidos por forma a retirar conclusões e a responder às questões de partida apresentadas anteriormente.

Por fim, nas *Considerações Finais*, explanamos as conclusões da nossa investigação, refletindo sobre a eficácia das visitas de estudo na aquisição e consolidação de conhecimentos e no desenvolvimento da consciência patrimonial dos jovens, além de apontarmos algumas das suas limitações.

1. Enquadramento Teórico

Neste capítulo apresentamos a fundamentação teórica da nossa investigação, baseada em estudos já realizados sobre a temática em questão, abordando conceitos essenciais para a realização deste trabalho, como o de Visita de Estudo, Visitas de Estudo Virtuais, História Local e Património. Para além disso, fazemos uma breve referência à história do Museu Nacional dos Coches, destino da visita de estudo realizada no âmbito desta investigação.

1.1. Visitas de Estudo – Da Teoria à Prática

A disciplina de História tem um papel fundamental na formação dos indivíduos, uma vez que os mune de competências e conhecimentos que lhes permitem tornarem-se cidadãos autónomos e críticos. Contudo, isso só será possível se os professores optarem por uma pedagogia construtivista, na qual o “saber reproduzido é substituído pelo saber compreendido” (Alves, 2014, p. 68), o que ainda é muito pouco comum, visto que a maioria dos professores considera que os alunos devem limitar-se a armazenar e reproduzir o conhecimento transmitido pelos docentes, tendo, por isso, um papel passivo no processo de ensino-aprendizagem.

Neste sentido, o ensino da História pauta-se por uma reprodução de factos que tornam esta disciplina desinteressante e sem qualquer utilidade aos olhos dos alunos, além de não os ajudar a compreender a realidade nem a desenvolver o espírito crítico, pelo que se torna imperioso adotar novas estratégias que incentivem a participação dos discentes e o contacto direto com fontes históricas. Entre essas estratégias destacam-se as visitas de estudo, tema central deste trabalho, que permitem “estabelecer uma articulação entre o currículo e a realidade, mostrando aos alunos que um tema tratado na aula pode ter aplicação no património histórico e que este pode ser encarado como fonte e contexto de aprendizagem, a partir do qual podem adquirir e aplicar conhecimentos, procedimentos e atitudes” (Carvalho, 2012, p. 15).

Embora esta estratégia permita tornar o ensino mais interessante, criativo e capaz de responder às necessidades impostas pela sociedade, ela tende a ser pouco desenvolvida devido ao trabalho que a sua preparação exige, pois, uma boa planificação

exige tempo, trabalho e pesquisa. Assim, grande parte dos professores prefere não realizar uma atividade na qual os alunos desenvolvem um conjunto de competências relacionadas não apenas com os conteúdos, mas também com as atitudes e valores, mantendo a aula dita tradicional.

Na realidade, as visitas de estudo podem ser uma estratégia bastante motivadora para os alunos já que a aprendizagem é realizada num ambiente mais descontraído e há uma maior relação entre o professor e os discentes. Para além disso, facilitam a aquisição de conhecimentos e contribuem para o desenvolvimento de competências socioafetivas consignadas na *Lei de Bases do Sistema Educativo*¹, possibilitando o “desenvolvimento integral do aluno” (Almeida, 1998, p. 19).

Todavia, para que não sejam entendidas como meros passeios turísticos, é necessário que se compreenda o seu verdadeiro significado e as suas implicações ao nível das aprendizagens, pelo que importa refletir sobre o conceito de visita de estudo e outros conceitos como saída de campo, visita de campo e trabalho de campo que costumam ser erradamente utilizados como sinónimos.

De acordo com Almeida (1998), as visitas de estudo podem ser definidas como “qualquer deslocação efetivada por alunos ao exterior do recinto escolar, independentemente da distância considerada, com objetivos educativos mais amplos ao mero convívio entre professores e alunos” (p. 51). Assim, podemos concluir que a visita de estudo não tem de ser realizada a um local distante e deve ser devidamente planeada para que não seja uma atividade sem nenhuma componente pedagógica e didática, tal como se pode comprovar pelo conceito de visita de estudo apresentado no Despacho n° 6147/2019, de 4 de julho, que define a visita de estudo como uma:

atividade curricular intencional e pedagogicamente planeada pelos docentes destinada à aquisição, desenvolvimento e consolidação de aprendizagens, realizada fora do espaço escolar, tendo em vista alcançar as áreas de competências, atitudes e valores previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória e, quando aplicável, no perfil associado à respetiva qualificação do Catálogo Nacional de Qualificações (Ministério da Educação, 2019, p. 18990).

¹ Disponível em: <https://dre.pt/application/file/a/222361>. [Consulta realizada em 03/09/2020].

Por conseguinte, a visita de estudo deve ser entendida como uma atividade curricular e letiva, mas também “como estratégia de ensino-aprendizagem de complemento e enriquecimento da ação educativa” (Oliveira, 2012, p. 1682), que se enquadra no que Almeida (1998) apelida de aprendizagem formal que “é altamente estruturada e desenvolve-se em instituições como escolas e universidades” (p. 52). Neste sentido, a visita de estudo é uma atividade que está inserida no contexto escolar e que deve ter objetivos educativos claros e coerentes com os conteúdos programáticos para que não seja encarada como um simples convívio entre alunos e professores, pelo que deve ser criteriosamente planificada e avaliada, no contexto da avaliação contínua, pois caso isso não aconteça pode ser apelidada de excursão.

Para além das visitas de estudo, existem outras estratégias como a saída de campo e a visita de campo que Almeida (1998) considera serem mais restritas, na medida em que se referem apenas a deslocações a espaços abertos:

O conceito de trabalho de campo, embora mais polémico por motivar uma multiplicidade de conceções, é entendido, normalmente, como algo que envolve a execução de tarefas concretas, nomeadamente a recolha de seres vivos ou amostras de rochas, o manuseamento de instrumentos vários para recolha de dados ou a cartografia de áreas delimitadas (p. 51).

Na realidade, o trabalho de campo, que consiste na observação, recolha e interpretação de dados, exige muito mais empenho e tem uma maior duração do que a visita de estudo, pois após a sua realização é necessário que os alunos tenham tempo para analisar os dados recolhidos de modo a retirar conclusões. Para além disso, a sua planificação é mais exigente, uma vez que o professor tem de preparar de forma rigorosa alguns materiais como itinerários, quadros de registo, perfis, questionários e esboços.

Apesar de serem atividades diferentes, as visitas de estudo e o trabalho de campo têm alguns pontos em comum, na medida em que ambas pretendem desenvolver nos alunos um conjunto de competências que são fundamentais ao ensino da disciplina em questão e ao desenvolvimento do indivíduo.

Depois de perceber qual é o verdadeiro significado da visita de estudo, importa compreender o que leva os professores a realizarem este tipo de atividade.

Segundo um estudo de Kisiel (2005 cit. por Pinto, 2015), os professores revelaram que realizam visitas de estudo, porque estas permitem:

- 1) articular o meio com o currículo escolar, constituindo uma oportunidade para o reforçar ou expandir;
- 2) expor os estudantes a novas experiências e proporcionar experiências de aprendizagem diferentes e inesquecíveis;
- 3) promover o interesse, a curiosidade, a motivação e contribuir para alterar o contexto de aprendizagem dos alunos;
- 4) promover a aprendizagem ao longo da vida e mostrar aos alunos que também se aprende fora do contexto da sala de aula;
- 5) fomentar uma experiência positiva e do agrado dos alunos;
- 6) satisfazer as expectativas da escola;
- 7) proporcionar valiosas oportunidades de aprendizagem e
- 8) favorecer a compreensão dos conteúdos (Pinto, 2015, p. 22).

Contudo, para que as visitas sejam verdadeiramente eficazes no processo de ensino-aprendizagem é necessário compreender as potencialidades desta estratégia. De facto, vários estudos têm demonstrado que as visitas de estudo têm várias vantagens a nível cognitivo, atitudinal e interpessoal, desde que sejam devidamente planeadas e dinamizadas.

Neste sentido, podemos considerar que, pelo facto de se realizarem fora da sala de aula, as visitas de estudo podem ser bastante motivadoras para os alunos, na medida em que quebram a rotina tradicional. Do mesmo modo, a componente lúdica que lhe está associada estimula os estudantes, aumentando o seu comprometimento e o empenho com a mesma.

Do ponto de vista didático, as visitas de estudo “potenciam a assimilação de conhecimentos pois podem ser um momento de concretização do saber teórico e abstrato da sala de aula, por via do acesso direto e planificado a conteúdos de aprendizagem, aproveitando as potencialidades pedagógicas do meio” (Almeida, 1998, p. 55), ou seja, através do contacto direto com o meio, os alunos são capazes de reconhecer aquilo que aprenderam na sala de aula, aliando a teoria à prática e compreendendo a utilidade do saber científico tantas vezes posta em causa. Para além

disso, permitem aos professores conhecer melhor os seus alunos ao nível dos comportamentos e das dinâmicas de grupo.

Como tal, podemos perceber que as visitas de estudo têm várias potencialidades pedagógicas e didáticas, uma vez que facilitam a compreensão dos conteúdos, assim como promovem o desenvolvimento das relações humanas interpessoais, na medida em que potencializam os “valores e atitudes [dos alunos] que podem ser demonstrados no seu sentido de responsabilidade, solidariedade ou espontaneidade, quer com o professor, quer com os colegas, aumentando assim o seu saber cultural e criando laços com o mundo que o rodeia” (Leal, 2010, p. 15). Além disso, permitem o “desenvolvimento de valores e atitudes de sociabilidade, cooperação, respeito e preservação do património histórico, cultural e natural e o desenvolvimento da capacidade de observação, pesquisa e análise” (Oliveira, 2012, p. 1682), favorecendo, portanto, a educação para a cidadania, uma vez que os alunos desenvolvem valores e atitudes indispensáveis para se tornarem cidadãos ativos, críticos, informados, éticos e integrados na comunidade.

Segundo Almeida (1998), as visitas de estudo podem, ainda, ser vistas como uma oportunidade para os alunos contactarem com espaços que, por diversas razões, nomeadamente económicas, poderiam não ter hipótese de conhecer, ou seja podem ser vistas como uma estratégia que promove a igualdade de oportunidades entre os alunos.

Além do mais, permitem a inter e a transdisciplinaridade, na medida em que nelas podem ser abordados temas de diferentes áreas do saber, o que permite aos alunos compreender que a realidade não se encontra compartimentada, assim como ter uma visão mais sistémica dos acontecimentos. Neste sentido, as visitas de estudo que integram os conteúdos de várias disciplinas podem ser apelidadas, de acordo com Monteiro (1995 cit. por Pinto, 2015), de *visitas globalizantes*, ao passo que aquelas que se destinam à abordagem de conteúdos específicos de uma disciplina se denominam de *visitas especializadas*. No entanto, numa atividade multidisciplinar, é preciso ter em conta que todos os docentes estejam de acordo quanto às competências e aos objetivos a alcançar para que a atividade possa ser verdadeiramente enriquecedora para os alunos.

Por último, mas não de somenos importância, as visitas de estudo facilitam a gestão do currículo, já que permitem que se trate várias unidades temáticas de uma só vez, vantagem especialmente importante para a disciplina de História, assim como

levam os alunos a retirar as suas próprias conclusões, não sendo influenciados pelos professores que, por vezes, caem no erro de transmitir as mensagens veiculadas pelas orientações curriculares ou pelos *media*.

No caso da História, vista pelos alunos como uma disciplina demasiado teórica e, por isso, desinteressante, as visitas de estudo permitem que, através do contacto direto com as fontes históricas, os alunos conheçam o presente através do passado, pelo que estas constituem uma excelente estratégia para desenvolver a consciência cívica e o sentido de identidade dos discentes que pode ser melhorado com o recurso à História Local, já que “(...) sem consciência histórica sobre o nosso passado (e antepassados...) não perceberíamos quem somos” (Pais, 1999 cit. por Alves, 2009, p. 18), aspeto que trataremos de forma mais pormenorizada no decorrer deste relatório.

Tendo em conta estas vantagens, porque é que se realizam poucas visitas de estudo? Porque existem muitas limitações que podem ser agrupadas, segundo Almeida (1998), em motivos institucionais, pessoais ou decorrentes das próprias características dos alunos.

Uma delas é a indisciplina que se pode gerar, uma vez que os alunos têm mais liberdade, estão mais entusiasmados e têm mais possibilidade de se distraírem, desviando a sua atenção e comprometendo a sua aprendizagem, o que se pode agravar com o envolvimento de muitos alunos na atividade, pelo que vários autores tendem a recomendar como ideal uma média de 15 a 20 alunos por visita. Contudo, esta limitação pode ser facilmente contornada com uma atividade de sensibilização levada a cabo dentro da sala de aula, onde são explicitados os objetivos da visita e se alerta os alunos para o facto de esta não ser um passeio, e com o cumprimento dos rácios estipulados no artigo 6.º, alínea d) do Despacho n.º 6147/2019, de 4 de julho, que prevê:

- i) Um educador ou professor por cada dez crianças ou alunos da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico;
- ii) Um Professor por cada quinze alunos no caso dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário (Ministério da Educação, 2019, p. 18991).

Outra limitação prende-se com o facto de as visitas de estudo interferirem com as atividades letivas, afetando todas as disciplinas daquele dia e exigindo a substituição

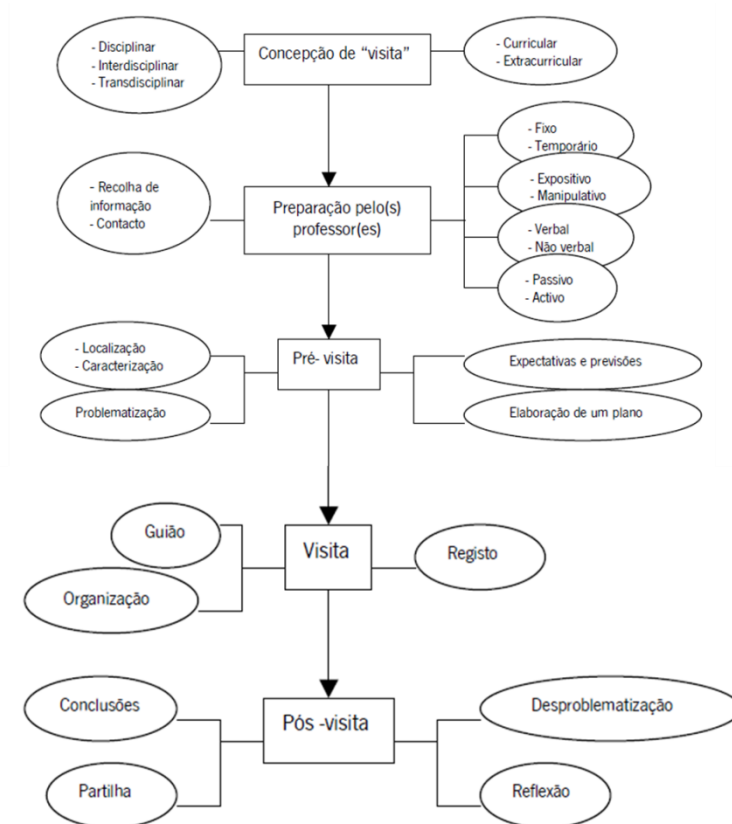
de todos os professores envolvidos na atividade, além de haver professores de outras disciplinas que não ficam muito satisfeitos por perder tempos letivos, o que faz com que, em algumas escolas, os seus órgãos de gestão “estabeleçam regras restritivas à prática das visitas de estudo” (Vale, 2019, p. 23).

Estas restrições também podem resultar dos custos económicos que estas deslocações acarretam, o que leva os órgãos de gestão a limitarem o seu número a uma visita por ano, de preferência com carácter interdisciplinar ou multidisciplinar, condicionando, por isso, a seleção dos locais e do momento para a sua realização, pelo que, muitas vezes, estas atividades acabam por se encontrar desfasadas dos programas.

Além do mais, o facto de os alunos encararem a visita como um mero momento de convívio, não lhe reconhecendo qualquer importância ao nível da aprendizagem, pode comprometer a sua eficácia, situação facilmente ultrapassada pela elaboração, por parte do professor, de instrumentos de avaliação e consequente sensibilização para a importância do seu preenchimento.

Outro inconveniente à realização de visitas de estudo prende-se com o facto de algumas delas exigirem ao professor uma certa destreza física. Para além disso, são uma atividade que exige muito tempo e dedicação, uma vez que é preciso levar a cabo um conjunto de procedimentos fundamentais, tal como demonstra o esquema de Mário Freitas citado por Faria (2014).

Ilustração 1 - Esquema sobre as diferentes etapas da visita de estudo



Fonte (Faria 2014, p. 38).

Como se pode verificar, o professor deve começar por enquadrar a visita do ponto de vista curricular, definindo o local a visitar, que pode ser bastante variado, como “museus, teatros, sítios com vestígios arqueológicos, monumentos, bibliotecas, arquivos, enfim, todo o local é oportuno, desde que tenha uma finalidade educativa” (Almeida, 1998, p. 73). Para além disso, é preciso definir os objetivos que devem ir ao encontro dos programas curriculares e que se devem prender com a possibilidade de os alunos visualizarem no espaço aquilo que foi lecionado em sala de aula, consolidando os conhecimentos já adquiridos e adquirindo novos de modo a completarem a sua formação. Deve-se, ainda, definir a natureza da visita, de modo a constatar se se trata de uma atividade disciplinar, interdisciplinar ou transdisciplinar. De seguida, é preciso garantir a aprovação institucional e pedagógica, tratar de toda a logística, estabelecendo contactos com os responsáveis pelos locais a visitar, com as entidades responsáveis pelo

transporte e com os encarregados de educação para obter a sua autorização, bem como realizar uma visita prévia ao local de modo a recolher todas as informações necessárias.

Além disso, o professor deve procurar motivar e sensibilizar os alunos para a visita, esclarecendo os seus objetivos, a sua importância para a aprendizagem, as regras que terão de ser cumpridas e a importância do preenchimento e preservação dos recursos que o docente terá de preparar e posteriormente corrigir e que, no caso do presente estudo, foi um guião de exploração. Deve, também, preparar materiais de trabalho para os alunos da turma que não vão à visita e para as turmas a que vão faltar nesse dia e que não participam na mesma. Por fim, o professor deve preparar-se cientificamente, fator que se torna essencial quando é este o responsável pela dinamização da visita.

No que respeita à dinamização das visitas de estudo, há investigadores como Baillet, Clavel, Maglione e Fernandes, citados por Almeida (1998), que defendem que esta deve ficar a cargo dos agentes das instituições a visitar, uma vez que estes têm um conhecimento mais profundo do local, permitindo ao professor prestar mais atenção aos alunos, registando informações pertinentes, assim como não exige que este tenha um conhecimento prévio do local. Este tipo de visitas denomina-se *saída semi-dirigida*. Já outros autores como Price, Hein, Zana e Guichard, citados pelo mesmo autor, defendem que o sucesso das visitas depende do envolvimento do professor, uma vez que o seu afastamento pode gerar indisciplina e afetar a aquisição de conhecimentos, já que as fichas de registo fornecidas pelas várias entidades não têm em conta as especificidades dos alunos, pelo que devem ser elaboradas pelo professor, tal como aconteceu na visita de estudo por nós realizada.

Quando o professor é o responsável pela dinamização da visita, esta denomina-se *saída dirigida*, mas também existem *saídas não dirigidas* que dizem respeito às visitas em que os alunos “controlam o desenrolar da atividade e assumem um papel ativo na aprendizagem que efetuam ao longo desta” (Faria, 2014, p. 39).

Existem, ainda, segundo Rebelo (2014), as chamadas *visitas mistas*, nas quais “a primeira parte é orientada pelo professor responsável e na segunda parte, os alunos são deixados sozinhos, de forma a completarem a visita utilizando um roteiro ou outro material de orientação (...)” (p.23).

Assim, podemos concluir que a principal diferença entre os vários tipos de visitas de estudo enunciadas prende-se com a maior ou menor autonomia dos alunos e, consequentemente a maior ou menor centralidade do professor, havendo “formas mais ativas que promovem maior autonomia e capacidade de descoberta dos alunos e formas mais passivas que atribuem maior centralidade ao professor na condução da visita e, por isso, exigem menos participação dos alunos” (Pinto, 2015, p. 24).

No entanto, as visitas de estudo não se distinguem apenas pelo sujeito que as dinamiza, mas também pela forma como são dinamizadas e pelo seu propósito, pelo que Rebelo (2014) identifica vários tipos de visitas, nomeadamente:

- a) As *visitas ilustrativas* que ocorrem quando “o professor controla a ação do aluno durante a visita, de forma a dirigir a sua atenção para o que considera relevante, levantando questões e fornecendo respostas” (p. 23);
- b) As *visitas indutivas* nas quais “o professor utiliza um guião orientador da visita de forma a coordenar a sequência de todos os trabalhos que serão realizados” (p. 23);
- c) As *visitas motivadoras* quando “o objetivo principal da visita é despertar nos alunos o interesse na formulação de questões problemáticas que envolvem o meio ambiente, em geral, ou o que lhes é mais familiar, em particular, ou por situações que derivem das suas vivências pessoais” (p. 23);
- d) As *visitas treinadoras* quando “o objetivo da visita é capacitar os alunos com destrezas cada vez mais complexas” (p. 23);
- e) As *visitas de investigação* que ocorrem quando “cabe aos alunos a definição de uma estratégia investigativa, com a formulação de questões, a realização de observações, a recolha de informações que vão sujeitar a processos de sistematização e reflexão para elaborarem uma conclusão, com a finalidade de dar solução a um determinado problema” (p. 23).

A visita de estudo que realizamos no âmbito do relatório de estágio pode ser enquadrada nas saídas dirigidas e nas visitas ilustrativas.

Independentemente do tipo de visita, estas estão dependentes do contexto, dos alunos e da forma de estar do professor, podendo ser realizadas em todas as disciplinas e

em qualquer nível de ensino, mas assumindo uma especial relevância na disciplina de História, como se pode comprovar pela análise dos programas curriculares.

Por conseguinte, o *Programa de História do 3.º Ciclo do Ensino Básico*² sublinha a importância das visitas de estudo que devem ser devidamente planeadas e avaliadas através, por exemplo, da produção de trabalhos escritos ou de apresentações orais, apresentando um conjunto de sugestões para várias temáticas.

O *Programa de História da Cultura e das Artes*³ é o que reserva mais espaço para a realização das visitas de estudo, já que para estes alunos o contacto com as obras de arte é muito importante, sugerindo-se visitas a estações arqueológicas, a museus, oficinas de artistas, galerias de arte e monumentos.

Também o *Programa de História B*⁴ incentiva à realização de trabalhos fora da sala de aula, sugerindo a realização de visitas de estudo em várias temáticas.

Por fim, importa referir o *Programa de História A do Ensino Secundário*⁵, sobre o qual nos debruçaremos de uma forma um pouco mais aprofundada, uma vez que a visita que realizamos no decorrer desta investigação teve como público-alvo duas turmas do 11.º ano de escolaridade.

Este programa não faz uma referência específica às visitas de estudo, mas considera útil e pertinente “incentivar e orientar a pesquisa individual em suportes diversos, dentro e fora da sala de aula” (Mendes, 2001a, p. 11) de modo a envolver os alunos em aprendizagens significativas.

² Disponível em: https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/eb_hist_programa_3c_1.pdf; https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/eb_hist_programa_3c_2.pdf. [Consulta realizada em 05/12/2019].

³ Disponível em: https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Secundario/Documentos/Programas/historia_cult_artes_10_11_12.pdf. [Consulta realizada em 13/12/2019].

⁴ Disponível em: https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Secundario/Documentos/Documentos_Disciplinas_novo/Cursos_Cientifico_Humanisticos/historia_b_10.pdf; https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Secundario/Documentos/Documentos_Disciplinas_novo/Cursos_Cientifico_Humanisticos/historia_b_11.pdf. [Consulta realizada em 17/12/2019].

⁵ Disponível em: https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Secundario/Documentos/Programas/historia_a_10_11_12.pdf. [Consulta realizada em 30/11/2019].

Para além disso, este documento estabelece que os professores devem procurar levar a cabo um conjunto de atividades “inovadoras” capazes de “promover contactos, devidamente programados, com a realidade envolvente” (Mendes, 2001a, p. 11), assim como estabelecer relações entre o passado e o presente, procurando articular os conhecimentos adquiridos com as vivências dos alunos, o que, a nosso ver, pode ser facilitado com o estudo da história local e a realização de visitas de estudo.

De facto, as visitas de estudo podem ser um elemento potenciador de uma aprendizagem significativa, na medida em que os alunos apreendem o conhecimento através do contacto direto com a realidade, contribuindo para “a promoção de aquisições científicas sólidas e, simultaneamente, ao nível do agir, para a integração de hábitos de ponderação de opções, promotores da intervenção consciente e democrática dos jovens na vida coletiva” (Mendes, 2001a, p. 5). Por este motivo, é possível encontrar ao longo do programa um conjunto de sugestões metodológicas que, além da referência à análise de fontes, de mapas e de quadros cronológicos, sugere a realização de um conjunto de atividades, nomeadamente em equipa, embora estas não tenham um carácter obrigatório, uma vez que fica ao critério dos docentes escolher as estratégias mais adequadas tendo em conta o contexto da escola e das turmas em que desenvolvem o seu trabalho. Assim, em todos os módulos é feita, pelo menos uma, sugestão de visita de estudo.

No módulo 1 intitulado “*Raízes Mediterrânicas da Civilização Europeia – Cidade, Cidadania e Império na Antiguidade Clássica*”, sugere-se uma “visita de estudo a uma estação arqueológica elucidativa da romanização da Península Ibérica” (Mendes, 2001a, p. 23).

No módulo 2 “*O Dinamismo Civilizacional da Europa Ocidental nos Séculos XIII e XIV – Espaços, Poderes e Vivências*” são feitas três sugestões:

1. visita de estudo a Mértola ou Silves, apoiada em guião que oriente a recolha de informação sobre: implantação geográfica; aparelho defensivo; vestígios do passado muçulmano e cristão; pesquisa arqueológica e atividades de recuperação e valorização atual do artesanato tradicional (Mendes, 2001a, p. 26);
2. visita de estudo a um monumento do gótico português ou a museus com pinturas, esculturas, ourivesaria ou paramentaria da época (Mendes, 2001a, p. 27);
3. visita a locais com vestígios medievais.

No módulo 3 *“A abertura europeia ao Mundo – Mutações nos conhecimentos, sensibilidades e valores nos séculos XV e XVI”*, propõe-se a realização de uma “visita de estudo a um monumento representativo da arquitetura renascentista ou manuelina na região” (Mendes, 2001a, p. 30).

No módulo 4 denominado *“A Europa nos Séculos XVII e XVIII – Sociedade, Poder e Dinâmicas Coloniais”*, sugere-se uma visita ao Palácio-Convento de Mafra e a vestígios arquitetónicos ou coleções de materiais recolhidos em museus subordinadas ao tema Manufaturas: o que resta?

No módulo 5 *“O Liberalismo – Ideologia e Revolução, Modelos e Práticas nos séculos XVIII e XIX”* apenas se propõem visitas de estudo virtuais, que têm um grande destaque neste programa, e no módulo 6 *“A Civilização Industrial – Economia e Sociedade, Nacionalismos e Choques Imperialistas”* propõe-se a realização de várias visitas de estudo, nomeadamente “a um centro de arqueologia industrial, identificando o equipamento e os processos de produção utilizados; ao Museu Soares dos Reis, no Porto; ao Museu do Chiado, em Lisboa ou a museus locais com obras representativas das manifestações artísticas portuguesas do século XIX” (Mendes, 2001a, p. 44).

Nos módulos 7, 8 e 9 intitulados, respetivamente, *“Crises, Embates Ideológicos e Mutações Culturais na Primeira Metade do Século XX”*, *“Portugal e o Mundo da Segunda Guerra Mundial ao início da Década de 80 – Opções Internas e Contexto Internacional”* e *“Alterações geoestratégicas, tensões políticas e transformações socioculturais no Mundo Atual”* sugere a realização de visitas a museus nacionais, como o Museu do Chiado, o Museu da Fundação de Serralves, o Centro de Arte Moderna da Fundação Gulbenkian, o Museu Nacional de Etnologia e o Museu de Sintra – Coleção Berardo, e de visitas virtuais a museus estrangeiros como o MOMA para que os alunos contactem com obras plásticas da contemporaneidade.

Com o desenvolvimento destas atividades, é possível desenvolver alguns conceitos, como os conceitos operatórios da espacialidade, nomeadamente o do local, regional e nacional, e os conceitos metodológicos das fontes, especialmente de fontes monumentais, fontes paisagísticas e fontes da civilização material. Para além disso, as

visitas de estudo contribuem para atingir algumas das finalidades e objetivos enunciados no programa da disciplina. Ao nível das finalidades, destacam-se:

- a) “promover o desenvolvimento de competências que permitam a problematização de relações entre o passado e o presente e a interpretação fundamentada do mundo atual” (Mendes, 2001a, p. 6), na medida em que através do contacto com realidades presentes os alunos podem conhecer o passado;
- b) “desenvolver a capacidade de reflexão, a sensibilidade e o juízo crítico, estimulando a produção e fruição de bens culturais” (Mendes, 2001a, p. 6), já que os alunos deverão refletir sobre aquilo que viram sendo capazes de emitir um juízo e perceber a importância dos bens culturais para o conhecimento do passado;
- c) “desenvolver a consciência da cidadania e da necessidade de intervenção crítica em diversos contextos e espaços” (Mendes, 2001a, p. 6).

Quanto aos objetivos, podemos enunciar os seguintes:

- desenvolver atitudes de curiosidade intelectual, de pesquisa e de problematização, face ao saber adquirido e a novas situações;
- aprofundar a sensibilidade estética e a dimensão ética, clarificando opções pessoais;
- desenvolver hábitos de participação em atividades de grupo, assumindo iniciativas e estimulando a intervenção dos outros;
- formular hipóteses explicativas de factos históricos;
- sistematizar conhecimentos e apresenta-los, utilizando diversas técnicas;
- interpretar o diálogo passado-presente como um processo indispensável à compreensão das diferentes épocas, civilizações e comunidades;
- compreender a dinâmica histórica como um processo de continuidades, mudanças e ritmos de desenvolvimento condicionados por uma multiplicidade de fatores (Mendes, 2001a, p. 6).

Tal como no programa, as *Aprendizagens Essenciais de História A*⁶ também dão alguma abertura à realização de visitas de estudo, uma vez que preveem o desenvolvimento de estratégias que permitam “valorizar o património histórico e natural, regional, local e europeu, este último numa perspetiva de construção da cidadania europeia” (Ministério da Educação, 2018 a, p. 7). Para além disso, estipulam que os professores devem optar “por uma pedagogia que envolve os alunos na construção do conhecimento, permitindo o aprofundamento de determinados temas, a mobilização de componentes locais para a construção do currículo e as explorações interdisciplinares” (Ministério da Educação, 2018 a, p. 3), o que pode ser operacionalizado através da realização de visitas de estudo.

Além do mais, a adoção desta estratégia de aprendizagem permite desenvolver algumas das competências previstas no *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*⁷, competências essas que são uma combinação de conhecimentos, capacidades e atitudes e que se encontram organizadas em áreas de competências que são transversais a todas as áreas curriculares, já que “pressupõem o desenvolvimento de literacias múltiplas, tais como a leitura e a escrita, a numeracia e a utilização das tecnologias da informação e comunicação, que são alicerces para aprender e continuar a aprender ao longo da vida” (Martins, 2017, p. 19). Assim, para que as várias competências enunciadas neste documento possam ser alcançadas, é necessário alterar algumas práticas pedagógicas e didáticas que devem abordar os conteúdos, “associando-os a situações e a problemas no quotidiano da vida do aluno ou presentes no meio sociocultural e geográfico em que se insere, recorrendo a materiais e recursos diversificados” (Martins, 2017, p. 31), assim como desenvolver atividades cooperativas de aprendizagem “orientadas para a integração e troca de saberes, a tomada de consciência de si, dos outros e do meio e a realização de projetos intra ou extraescolares” (Martins, 2017, p. 31), como é o caso das visitas de estudo.

Em suma, se as visitas de estudo forem devidamente planificadas como qualquer outra estratégia, podem constituir um excelente recurso didático, pois, através do

⁶ Disponível em: <https://www.dge.mec.pt/aprendizagens-essenciais-ensino-secundario>. [Consulta realizada em 25/11/2019].

⁷ Disponível em: https://dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto_Autonomia_e_Flexibilidade/perfil_dos_alunos.pdf [Consulta realizada em 25/11/2019].

contacto direto com o objeto de estudo, os alunos conseguem potenciar as suas aprendizagens e desenvolver atitudes éticas, cívicas e críticas que lhes facilitam a sua integração na comunidade.

No caso da disciplina de História, as visitas de estudo permitem aproximar os discentes desta disciplina que tende a ser demasiado expositiva e descritiva, permitindo a consolidação dos conteúdos mais rapidamente e a compreensão da sua utilidade social que se prende com a compreensão do mundo em que vivemos, pois o “conhecimento do passado é um substituto da experiência” (Alves, 2009, p. 21).

1.2. Visitas de Estudo Virtuais

Como pudemos constatar, as visitas de estudo são um excelente recurso didático para explorar os conteúdos curriculares de várias disciplinas, permitindo a aquisição e a consolidação de conhecimentos, além de motivarem os alunos para a aprendizagem. Todavia, esta estratégia pode ter várias limitações que podem ser ultrapassadas através do recurso às tecnologias da informação e comunicação (TIC), mais concretamente às visitas de estudo virtuais, pois como afirmam Reich e Daccord (2008, cit. por Carvalho, 2012) “if you cannot visit an importante site in person, you can often visit the site virtually on the Web. (...)” (p. 22).

De facto, vários estudos têm demonstrado que o uso sistemático das tecnologias tem efeitos muito positivos no processo de ensino-aprendizagem, uma vez que melhora a qualidade didática, aumenta a motivação dos alunos e permite uma melhor compreensão dos conteúdos, além de contribuir para aumentar a sua participação no processo de ensino-aprendizagem e para desenvolver o seu espírito crítico, já que estes têm de ser suficientemente críticos para poderem selecionar a informação mais útil e pertinente. Como tal, podemos compreender que o recurso às tecnologias tem várias vantagens, nomeadamente:

- Possibilita o acesso a grande quantidade de informação;
- Permite a individualização da aprendizagem de acordo com o ritmo e necessidades de cada aluno;
- Dá aos professores oportunidade de uma melhor organização face a turmas heterogéneas;

- Potencia a motivação, a participação e a criatividade dos alunos;
- Possibilita a produção de materiais de qualidade superior aos convencionais;
- Potencia as interações entre os atores educativos (Pinto, 2015, p. 18).

Todavia, o uso das tecnologias por si só não tem grande impacto, pois como afirma Rogers (1999 cit. por Carvalho, 2012) “the true power of what we do in our classrooms depends less on technology, and more on what we do with the technology we have” (p. 9). Deste modo, a tecnologia não deve ser usada como suporte dos estilos de ensino tradicionais, mas antes como uma ferramenta de suporte à construção do conhecimento, na qual o aluno tem um papel ativo e autónomo, deixando de ser um mero recetor da informação veiculada pelo professor que deve assumir o papel de facilitador da aprendizagem, de modo a promover uma aprendizagem significativa e a facilitar o desenvolvimento integral dos alunos. Contudo, existem alguns obstáculos à utilização da tecnologia como a escassez de recursos nas escolas e a falta de formação dos professores nesta área.

No que respeita ao ensino da História, a Internet é uma ferramenta que permite o acesso a fontes primárias e secundárias e a recursos audiovisuais, cuja análise permite familiarizar os alunos com o trabalho do investigador, facilitando a compreensão dos processos históricos, uma vez que os estudantes deixam de encarar a História como um processo de memorização e passam a entendê-la como um processo de interpretação. Neste sentido, os docentes devem procurar incorporar nas suas estratégias pedagógicas a enorme variedade de recursos que a tecnologia oferece, como é o caso das visitas de estudo virtuais que permitem estabelecer contactos entre a escola e o mundo exterior, “transportando os alunos para uma vivência mais concreta, prática e interativa da sua aprendizagem” (Pinto, 2015, p. 29).

De facto, já existem muitas instituições que, servindo-se das potencialidades das novas tecnologias, colocam os seus acervos à disposição do público, procurando resolver algumas limitações como o espaço, o tempo e a distância. Nesta situação enquadram-se os museus que, através da Internet, procuram despertar o interesse do público pelo seu espaço e pelas suas coleções, disponibilizando visitas virtuais.

Este tipo de recursos é muito útil, pois permite não só trazer os museus para dentro das escolas, como permite que estes espaços sejam visitados por pessoas que, por circunstâncias várias, se encontravam impossibilitadas de o fazer, democratizando, desta forma, o acesso à cultura e potencializando o ensino da História que passa a usufruir de um novo recurso didático que promove a aprendizagem e facilita o estabelecimento de relações entre o passado, o presente e o futuro.

De acordo com Klemm e Tuthill (2003 cit. por Carvalho, 2012), a visita virtual diz respeito a “apresentações multimédia que, através do computador, permitem aos alunos contactar com imagens, sons e descrições de lugares distantes” (p. 23), ou seja, são ferramentas tecnológicas que permitem aos alunos viajar e estabelecer relações entre o meio e os conteúdos apreendidos na sala de aula sem sair da escola e que se podem enquadrar em duas categorias: as visitas de estudo virtuais e as expedições *online*. No 1.º caso, os alunos usam a Internet para conhecer um determinado espaço ao passo que, nas expedições *online*, os alunos acompanham a viagem real de um explorador ou historiador.

Para além da metodologia, as visitas virtuais também se distinguem quanto à sua complexidade, podendo assumir variadas formas que podem ir de uma simples apresentação PowerPoint a “experiências virtuais mais multifacetadas que integram animações e simulações em três dimensões, fotografias, vídeos, texto, áudio e videoconferência e que exigem ligação à Internet” (Carvalho, 2012, p. 23).

Independentemente do suporte ou da modalidade que se adote, as visitas de estudo virtuais são estratégias com um grande potencial que podem assumir duas funções: podem ser utilizadas como complemento às visitas de estudo tradicionais ou como alternativa às mesmas quando a sua realização não é possível.

No que concerne à 1.ª função, as visitas de estudo virtuais podem ajudar o professor a planificar e dinamizar as visitas de estudo tradicionais, permitindo-lhe conhecer o espaço sem ser necessária uma deslocação prévia ao local, assim como podem ser utilizadas para sensibilizar e motivar os alunos, estratégia fundamental para a promoção de aprendizagens significativas, na qual são esclarecidos os objetivos da visita e se direciona a atenção dos alunos para certos aspetos de modo a evitar distrações e a aumentar a participação dos mesmos na atividade. Este tipo de estratégia pode,

ainda, funcionar como mecanismo de síntese após a realização da visita física por forma a articular os conhecimentos adquiridos com os conteúdos programáticos, sendo que podem ser os alunos a criar a sua própria visita de estudo virtual, desde que devidamente orientados pelo professor, o que os ajudará a sistematizar a informação recolhida e permitirá divulgar o espaço visitado à comunidade escolar.

Já quando as visitas de estudo tradicionais não se podem realizar, as visitas de estudo virtuais constituem uma alternativa igualmente eficaz que assegura o desenvolvimento do currículo, da aprendizagem e da motivação, tal como aconteceu no âmbito desta investigação, no decurso da qual não foi possível realizar a visita física por motivos de saúde pública que levaram ao encerramento de vários espaços, nomeadamente os museológicos e escolares, assim como a uma quarentena obrigatória. Na realidade, as visitas de estudo virtuais podem constituir uma hipótese viável em algumas situações, tais como:

- a) Quando a visita tem como destino lugares inacessíveis;
- b) Quando “os percursos são em zonas protegidas em que o impacto causado por um grande afluxo de indivíduos pode contribuir para a destruição destes sistemas” (Pinto, 2015, p. 32);
- c) Quando as visitas podem pôr em risco a integridade física dos envolvidos na atividade;
- d) Quando os locais a visitar estão inacessíveis por variadas razões;
- e) Quando a visita é a um local distante e acarreta demasiados custos;
- f) Quando “devido a deficiências físicas, ou outros condicionalismos, os indivíduos estão impossibilitados de se deslocar aos locais” (Pinto, 2015, p. 32).

No entanto, para que tenham sucesso, as visitas de estudo virtuais têm de ser devidamente planificadas, implementadas e avaliadas, à semelhança do que acontece com as visitas de estudo tradicionais, cabendo ao professor desenvolver um conjunto de tarefas que visem a resolução de um determinado problema. Para tal, os docentes devem elaborar materiais de apoio que orientem os alunos na recolha e seleção da informação. Assim, podemos compreender que este tipo de atividade permite integrar as TIC na sala de aula de História de acordo com a perspetiva construtivista defendida por Piaget, Ausubel e Vygotsky que “reconhece que cada pessoa aprende ativamente construindo as

suas próprias ideias, com base nos significados que já conseguiu construir previamente” (Carvalho, 2012, p. 26), ou seja, o aluno é o elemento central no processo de aprendizagem e o professor é apenas um guia que orienta o seu caminho tendo em conta as suas necessidades, pois só participando ativamente na construção do conhecimento é que os alunos conseguem desenvolver uma aprendizagem significativa, o espírito crítico e as capacidades de observação, interpretação, análise e síntese.

Para tal, é necessário que as visitas de estudo virtuais se estruturam em torno de algumas tarefas, tais como “interação com o ambiente criado; contacto com diferentes modalidades sensoriais; acesso a especialistas dos temas abordados; realização de observações, análise e processamento dos dados obtidos” (Pinto, 2015, p. 33).

Embora as visitas de estudo virtuais sejam uma estratégia bastante positiva que motiva os alunos e facilita a compreensão dos conteúdos, estas apresentam algumas limitações, uma vez que são meras simulações da realidade.

Neste sentido, há espaços que disponibilizam visitas muito pouco interativas e outros que nem sequer têm as suas coleções virtualizadas. Para além disso, a realização de uma visita de estudo virtual implica que a escola tenha computadores operacionais e suficientes para todos os alunos, bem como computadores com acesso à Internet, o que nem sempre acontece. Por outro lado, a maior parte destas ferramentas encontra-se em língua estrangeira, o que pode dificultar a compreensão da informação por parte dos alunos. Além do mais, esta estratégia não permite uma experiência sensorial tão rica, especialmente em relação ao olfato e ao tato, e pode comprometer a noção de distância e espaço, sobretudo quando não é possível ter uma imagem tridimensional. Por fim, importa referir que as visitas de estudo virtuais não contribuem de forma tão acentuada para o desenvolvimento de relações interpessoais entre os alunos e entre estes e o professor como as visitas de estudo tradicionais.

Apesar disso, as visitas de estudo virtuais apresentam algumas vantagens relativamente às visitas de estudo tradicionais, tais como:

- a) São mais seguras e não estão sujeitas a constrangimentos de qualquer ordem, sejam eles económicos, logísticos, temporais ou climatéricos, uma vez que apenas é necessário um computador com ligação à Internet;

- b) Possibilitam a realização de mais visitas ao longo do ano e em articulação com o programa da disciplina;
- c) Podem ser repetidas, o que permite obter melhores resultados e tornar a aprendizagem significativa;
- d) Permitem que os alunos visitem locais que, por diversas razões, se encontram inacessíveis e que, por isso, não poderiam visitar;
- e) Permitem ao professor levar a cabo estratégias inovadoras capazes de motivar os alunos, assim como adequadas às suas necessidades;
- f) São mais dinâmicas e interativas, na medida em que permitem que os alunos aprofundem temas do seu interesse, o que torna a aprendizagem enriquecedora;
- g) Interferem menos nas atividades escolares, uma vez que não é necessário envolver outros professores ou auxiliares da ação educativa;
- h) Facilitam a preservação do ambiente real, na medida em que reduzem o impacto da atividade humana;
- i) Aumentam a concentração dos alunos e facilitam o cumprimento das tarefas, pois, como são realizadas na sala de aula, os alunos não tendem a encará-las como momentos de convívio;
- j) Podem servir de complemento às visitas de estudo tradicionais.

No que concerne ao ensino da História, existem várias plataformas *online* que possibilitam a realização de visitas em 360 graus e em três dimensões. Algumas delas permitem explorar o património histórico e cultural de várias partes do planeta⁸ e outras permitem ter acesso à arte que se encontra nos vários museus espalhados pelo mundo⁹.

Em suma, as visitas de estudo virtuais são uma estratégia muito útil que possibilita aos professores criarem estratégias de aprendizagem inovadoras, nas quais os alunos participam ativamente, o que os motiva para o estudo da História e os leva a compreender melhor os temas históricos, além de permitir desenvolver uma série de competências do pensamento crítico, criativo e complexo e promover uma aprendizagem significativa. Por este motivo, devem ser utilizadas para auxiliar a

⁸ Nesta situação, enquadram-se as seguintes: <http://www.360cities.net/> [Consulta realizada em 09/07/2020]; <http://www.arounder.com/> [Consulta realizada em 08/07/2020]; <http://www.airpano.com/> [Consulta realizada em 09/07/2020].

⁹ É o caso da seguinte: <http://www.googleartproject.com/> [Consulta realizada em 20/02/2020].

preparação de visitas de estudo tradicionais ou para desenvolver determinados conteúdos, permitindo que os alunos “descubram novos interesses, ampliem conhecimentos e expandam o seu horizonte cultural e social, para além dos limites impostos pela sala de aula e pela comunidade em que vivem” (Pinto, 2015, p. 35).

1.3. A História Local e a Didática da História

Num mundo cada vez mais globalizado como aquele em que nos encontramos, é cada vez mais importante mantermos a nossa identidade que “tanto se refere às raízes como ao património, à memória como aos valores, ao presente como ao futuro” (Alves, 2014, p. 70), sendo que a História pode contribuir fortemente para tal.

De facto, hoje em dia, o ensino encontra-se repleto de desafios que os docentes devem procurar ultrapassar de modo a formar seres humanos e cidadãos críticos e autónomos que devem conhecer a sua realidade, o seu território e a sua cultura. Neste sentido, o professor deve procurar consciencializar os alunos para a importância da História que tem a função de os ajudar a construir a sua identidade, seja ela pessoal, nacional ou civilizacional. Para tal, pode rentabilizar as funções didáticas que a localidade possui, uma vez que esta “pode constituir um exemplo privilegiado do nosso passado, que aproxima o professor do aluno, que o enraíza no seu espaço, que o forma criticamente no exercício da sua cidadania e que o aproxima do saber histórico” (Alves, 2014, p. 69). Assim, ao estudarem uma realidade mais próxima de si, os alunos podem compreender melhor o espaço em que estão inseridos, sentindo-se motivados para o estudo da História em geral, pelo que a História Local “serve para dar mais coesão e totalidade a um todo” (Araújo, 2017, p. 23).

O estudo da História Local está intimamente relacionado com a tríade “história-memória-identidade”, sendo que o conceito de memória diz respeito à “capacidade de reter ou readquirir ideias, imagens, expressões e conhecimentos adquiridos anteriormente reportando-se às lembranças” (Araújo, 2017, p. 15). Contudo, recordar não significa apenas recordar aspetos do passado, mas também avaliar e analisar situações, constituindo uma forma de autoconhecimento que permite alcançar a identidade.

Embora se associe a memória a fenômenos de caráter pessoal, alguns autores, como Maurice Halbwachs e Michael Pollak citados por Araújo (2017), encaram a memória como um fenômeno construído de forma coletiva, na medida em que as memórias coletivas influenciam a memória individual. Pelo contrário, Henri Bergson e Joel Candau, citados pela mesma autora, defendem que a memória é um fenômeno puramente individual que está apenas relacionada com as recordações dos indivíduos.

Apesar destas divergências, todos os autores encaram a memória não como uma lembrança saudosista, mas como uma recriação do passado a partir do presente, ou seja, a lembrança nunca é uma cópia fiel do passado, porque os indivíduos não relembram o acontecimento em si, mas sim as emoções e sensações que esse acontecimento despertou neles, e porque os próprios sujeitos sofrem alterações com o passar do tempo, o que os leva a selecionar imagens do passado que estejam de acordo com as suas intenções atuais.

Todavia, para que seja possível reconstruir memórias é necessário conservar os vestígios do passado, pelo que a História, enquanto discurso crítico do passado, adquire um papel essencial na construção dos chamados “lugares de memória” que “são lugares capazes de fazer os indivíduos recordar um determinado passado, lugares que despertam a necessidade de depósito de memórias que a qualquer momento pode ser despertado pelo homem” (Araújo, 2017, p. 19). Estes lugares de memória são, também, espaços de História que contribuem para a construção de identidades coletivas e individuais, na medida em que a memória permite que as gerações atuais estabeleçam vínculos com as gerações anteriores. É neste sentido que a História Local assume grande importância, pois a localidade é “um espaço de memórias, traduzidas em símbolos e imagens que se formam a partir dos monumentos e do património histórico” (Araújo, 2017, p. 21). Como tal, quando os indivíduos são capazes de descobrir a história e o património da sua comunidade, valorizando-o e protegendo-o, acabam por descobrir a sua verdadeira identidade que origina sentimentos de pertença.

O estudo da História Local ganhou expressão em França nos anos de 1950 e conheceu um novo impulso nos anos de 1980 graças ao aparecimento, em 1979, de uma nova escola historiográfica denominada de Nova História que alargou o conceito de fonte histórica e permitiu a sistematização de vários trabalhos sobre regiões e

localidades, contribuindo para o engrandecimento e enriquecimento da História Universal.

Contudo, importa ter em conta que a localidade é uma construção do historiador, pois é ele que delinea o espaço que vai estudar e que pode não corresponder à cartografia atual, existindo, muitas vezes, confusão entre os conceitos de local e regional que se distinguem quanto ao recorte geográfico. Desta feita, ao passo que a região diz respeito a um lugar próprio, com as suas regras e que se encontra ligado a outras localidades, o local diz respeito a uma cidade, a uma vila, a uma aldeia ou até a um país, visto que este é apenas uma pequena parte do mundo. Embora não sejam sinónimos, estes dois conceitos remetem-nos para um espaço mais reduzido e próximo e, portanto, mais motivador para descobrir, pelo que cada vez mais se questiona a importância da História Local, especialmente porque esta tende a ser desvalorizada já que “na maior parte dos casos, é escrita por curiosos, sem escola, sem formação universitária ou com formação universitária não específica” (Silva, 1999, p. 384) que se dedicam à investigação histórica por puro prazer. Embora isto seja verdade, é preciso ter em conta que há autores legítimos que muito têm contribuído para o estudo desta temática.

Apesar disso, esta situação tem vindo a alterar-se e o interesse pela História Local tem crescido em Portugal e no estrangeiro devido a várias razões.

Em primeiro lugar, porque o interesse pela História Nacional é cada vez maior, pelo que os países mais pequenos têm de reconhecer a sua identidade e individualidade, por forma a afirmarem-se.

Para além disso, o facto de os nacionalismos terem recuado na Europa fez com que esta deixasse de ser uma Europa das Nações para ser uma Europa das Regiões e, portanto, a História Local ganhou notoriedade, ainda para mais numa altura em que os centros perderam influência em virtude do aparecimento de periferias cada vez mais reivindicativas e autónomas.

Outra das razões para o crescente interesse pela História Local prende-se com o desenvolvimento do turismo cultural e a valorização de sítios com interesse histórico, para além da criação de várias instituições que se destinam à pesquisa e divulgação de

várias temáticas locais e da realização de colóquios, congressos e conferências em que a História Local é o tema central.

Para percebermos o interesse pela História Local em Portugal temos de remontar à criação da Real Academia de História, em 1720, pois foi com esta instituição e graças à ação do padre Manuel Caetano de Sousa e do Conde da Ericeira, que procuraram recolher notícias de vários arquivos e cartórios do país, que a História Local conheceu um impulso que se renovou, em 1790, com a publicação nos livros da História de Portugal de foros antigos de alguns concelhos. Também as “*Memórias Paroquiais*”, que resultaram do inquérito enviado aos párocos após o terramoto de 1755 e que foram publicadas em 1758, constituem uma excelente fonte para a produção de trabalhos de âmbito local.

Apesar de tudo, a História Local ganha uma enorme importância com Alexandre Herculano e a publicação dos “*Portugaliae Monumenta Historica*” que inspirou a promulgação de uma portaria, em 8 de Novembro de 1847 “que recomendava às Câmaras Municipais a coordenação e organização da sua história através da publicação e recolha nos Anais do Município de toda a factologia socialmente importante que ocorresse nos concelhos” (Nunes, 1996, p. 72), o que leva Araújo (2017) a afirmar que “foi este fabuloso contributo de Herculano que trouxe a clara ideia de que a História de um país não se faz sem a História Local” (p. 28).

Todavia, esta medida não teve grande impacto, já que o poder central não era favorável a esta ideia, pelo que apenas alguns municípios aderiram a ela, como foi o caso de Lisboa, Porto, Coimbra e Guimarães. Desta forma, podemos compreender que, durante muito tempo, a História Local esteve esquecida, situação que se alterou após o 25 de Abril de 1974 com a proliferação de teses de mestrado e doutoramento sobre esta temática e a criação de vários cursos ligados à História Local, ainda hoje existentes nas universidades do Porto, Lisboa, Coimbra, Braga, Évora, entre outras.

Uma prova da importância da História Local é o facto de os programas curriculares de História sugerirem aos professores o trabalho desta temática, permitindo, deste modo, a articulação entre a escola e o meio.

Por conseguinte, o *Programa de História A do Ensino Secundário*¹⁰ potencia o estudo da História Local como se pode depreender dos seus objetivos, que realçam a importância do diálogo entre o passado e o presente como algo essencial para o conhecimento das diferentes épocas históricas e das comunidades, e das suas competências que visam que os alunos relacionem a História de Portugal com a História europeia e mundial no âmbito temporal, regional ou local e que mobilizem os seus conhecimentos para intervir de forma consciente nos problemas locais, nacionais ou mundiais.

Este documento, à semelhança do que acontece com o *Programa do Ensino Básico*¹¹, não apresenta conteúdos específicos de História Local, limitando-se a apresentar um conjunto de opções metodológicas que os professores podem seguir ou não.

Por outro lado, o *Programa de História da Cultura e das Artes*¹² não dedica muito espaço à História Local, embora a valorize, sugerindo, nos casos práticos, o contacto com obras de arte portuguesas e saídas dos alunos aos espaços envolventes.

Já o *Programa de História B do Ensino Secundário*¹³, à semelhança do *Programa de História A*, não especifica conteúdos de História Local, mas sugere, sempre que possível, estratégias de aproximação ao local, destacando-se a realização de pesquisas sobre o meio envolvente, o que não acontece para o 11.º ano, onde não há qualquer menção ao tema.

Em suma, através da análise dos programas curriculares percebemos que os órgãos centrais permitem o recurso à História Local, embora fique ao critério do

¹⁰Disponível em: https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Secundario/Documentos/Programas/historia_a_10_11_12.pdf. [Consulta realizada em 30/11/2019].

¹¹ Disponível em: https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/eb_hist_programa_3c_1.pdf; https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/eb_hist_programa_3c_2.pdf. [Consulta realizada em 05/12/2019].

¹² Disponível em: https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Secundario/Documentos/Programas/historia_cult_arts_10_11_12.pdf. [Consulta realizada em 13/12/2019].

¹³ Disponível em: https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Secundario/Documentos/Documentos_Disciplinas_novo/Curso_s_Cientifico_Humanisticos/historia_b_10.pdf; https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Secundario/Documentos/Documentos_Disciplinas_novo/Curso_s_Cientifico_Humanisticos/historia_b_11.pdf. [Consulta realizada em 17/12/2019].

professor criar estratégias que permitam aos alunos o contacto com a História da localidade, “aproximando-os de uma realidade que efetivamente lhes seja mais próxima e verdadeira” (Araújo, 2017, p. 44). Para tal, pode organizar saídas da escola que, por vezes, têm vários obstáculos como já vimos anteriormente, ou levar a História Local para dentro da sala de aula, através da referência a exemplos e da exploração de fontes manuscritas, que devem ser criteriosamente selecionadas pelos professores e trabalhadas de forma dinâmica e motivadora de forma a cativar os alunos e a mantê-los atentos, permitindo a interiorização dos conhecimentos.

Na realidade, a História Local deve ser utilizada sempre que possível, pois esta permite aos jovens construir laços de identidade e de pertença, compreender as gerações anteriores, desenvolver a consciência cívica e integrá-los na vida em comunidade, já que estes têm mais facilidade em compreender as realidades próximas de si do que as realidades mais longínquas, até porque “o pensamento concreto precede o abstrato, pelo que a História Local tem uma inequívoca função pedagógica” (Pereira, 2012 cit. por Araújo, 2017, p. 45).

Para além de aproximar os alunos da disciplina de História, a História Local permite a transdisciplinaridade, na medida em que a análise rigorosa de uma comunidade depende do contributo de várias ciências, como a História, a Geografia, a Arqueologia, a Sociologia, a Paleografia e a Etnologia, mas também de outras entidades, como “as coletividades culturais e desportivas, autarquias, museus, bibliotecas, arquivos, empresas e paróquias” (Araújo, 2017, p. 47), sendo que o mais importante é divulgar a história das comunidades locais pois só dessa forma é que os alunos podem descobrir a sua identidade local que contribuirá para a sua integração e atuação na comunidade, nomeadamente ao nível da defesa e preservação do património, indicador do desenvolvimento de uma consciência histórica.

1.4. O Património Histórico

Nos últimos anos, o interesse pela preservação e divulgação do património tem crescido, especialmente entre os historiadores, uma vez que “os bens culturais de uma comunidade podem constituir fontes riquíssimas para a reflexão e discussão em torno da relação entre Memória, Identidade e História, bem como para a construção de sentidos

de pertença” (Pinto, 2016, p. 14-15), além de permitirem a consolidação de conhecimentos adquiridos em contexto de sala de aula, contribuindo, deste modo, para o desenvolvimento da consciência histórica dos jovens, pelo que o património constitui um recurso muito útil na educação histórica que também pode contribuir para a consciencialização e para a preservação do património através do desenvolvimento da consciência patrimonial, ou seja, a educação histórica e a educação patrimonial complementam-se.

Antes de mais importa refletir um pouco sobre o conceito de património que é bastante abrangente, uma vez que pode significar o conjunto dos bens materiais e imateriais que um indivíduo acumulou ao longo da vida e que passam de geração em geração ou todos os objetos que foram produzidos num determinado momento histórico e que transmitem informações, pelo que devemos falar de patrimónios ao invés de património.

No século XIX, o património dizia respeito aos monumentos que, de alguma forma, permitiam a formação de uma memória histórica, contribuindo para a formação de uma identidade cultural. Contudo, ao longo dos anos, este conceito tem evoluído e passou a incorporar, desde o aparecimento da Nova História, “utensílios, hábitos, usos e costumes, crenças e formas de vida quotidiana de todos os segmentos que compuseram e compõem a sociedade” (Araújo, 2017, p. 50), podendo, como tal, distinguir-se dois tipos de património: o material e o imaterial. Para além disso, ainda, é possível distinguir o património natural do património cultural, sendo que o primeiro diz respeito a todos os parques e reservas naturais, ou seja, àquilo que existe na Natureza, enquanto que o segundo diz respeito à parte visível da cultura e que se divide em monumentos, edificações e sítios.

Por conseguinte, o património diz respeito a todo o legado que é deixado e que tem de ser preservado não apenas como memória do passado, mas como algo que faz parte do presente e que confere identidade e orientação a um povo, tornando evidente a relação existente entre património, memória e História preconizada por autores como David Lowenthal citado por Helena Pinto (2016). Na realidade, “aquilo a que chamamos património é uma reconstrução do passado na sociedade presente, no sentido de se entender, de forma empática, valores e identidades que ligam o passado e o

presente” (Pinto, 2016, p. 35), pelo que o património não contribui apenas para nos aproximar do passado, mas é essencial para a construção de um sentido de identidade, na medida em que “a capacidade de nos identificarmos com o nosso passado dá sentido, propósito e valor à existência” (Pinto, 2016, p. 35), ou seja, contribui para a construção de sentimentos de pertença que promovem a consciencialização patrimonial dos indivíduos e os levam a valorizar a cultura local, tornando-se cidadãos interventivos.

No entanto, a herança identitária de uma comunidade só deve ser utilizada e valorizada quando se baseia no respeito pelo outro e emite valores positivos ou quando, apesar de emergir de um passado sombrio, pode servir para educar.

Por tudo o que foi dito, podemos compreender que, na educação histórica, o património é visto como um vestígio do passado que está ligado à vida quotidiana da comunidade e que pode levar os alunos a desenvolver a consciência histórica que os deve ajudar a posicionarem-se em relação aos seus antepassados e aos seus contemporâneos, uma vez que “a consciência histórica orienta o homem no tempo e no espaço a partir da interpretação do passado” (Nascimento, 2015, p. 1055). Para além do desenvolvimento da consciência histórica, a educação histórica contribui para o desenvolvimento da consciência patrimonial que se prende não só com a preservação do passado mas também com o reconhecimento e interpretação do património, daí a necessidade de preservar os vestígios históricos, uma vez que ao fazê-lo “exteriorizamos e tornamos visível o laço que nos une àqueles” (Pinto, 2016, p. 23).

A defesa do património remonta à época do Romantismo, quando se tornou premente salvaguardar os vestígios do passado face a um mundo cada vez mais industrializado, e subsistiu ao longo do século XX, quando se criou a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), uma das principais organizações responsáveis pela preservação e conservação do património e que tem contribuído para a universalização do mesmo. Este século ficou ainda marcado pela publicação de legislação sobre a valorização e proteção do património já que este permite a “conservação e a transmissão da memória” (Pinto, 2016, p. 24), destacando-se a Carta de Atenas de 1931 e a Carta de Veneza de 1964 que determina que “é essencial que os princípios básicos da preservação e o restauro de antigos edifícios assentem num acordo de âmbito internacional, a partir do qual cada país se responsabiliza pela sua

aplicação no quadro das suas próprias cultura e tradições”¹⁴ e que despertou, em Portugal, um movimento de salvaguarda do património cultural.

Entretanto, várias cartas e convenções foram sendo assinadas. Em 1975 e 1976, foram promulgadas, respetivamente, a *Carta Europeia do Património Arquitetónico* e uma recomendação sobre a *Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e da sua Função na Vida Contemporânea* que visavam aumentar a colaboração entre os vários países para a sensibilização da importância do Património e a sua consequente preservação com o apoio das comunidades locais. Já em 1987 foi publicada, no âmbito da 8.ª Assembleia Geral da ICOMOS (Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios), a *Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas* que visava salvaguardar a qualidade das cidades históricas a partir da “articulação entre as políticas económicas e sociais de desenvolvimento, o planeamento (local e nacional) e a proteção dos edifícios históricos” (Pinto, 2016, p. 25). Por fim, em 1997, a *Convenção Europeia para a Proteção do Património Arqueológico* foi revista, procurando fomentar a proteção do património, uma vez que ele é uma fonte de memória e um instrumento de estudo.

A realização destas conferências e convenções demonstra, não apenas, a preocupação dos vários organismos com a preservação e conservação do património, mas também com o seu reconhecimento enquanto motor de fomento económico e de valorização regional ou local, pelo que os programas educativos, nomeadamente os de História, estão cada vez mais voltados para a necessidade de consciencializar os jovens acerca da importância do património cultural, já que este pode “favorecer a aprendizagem de conceitos históricos” (Pinto, 2016, p. 16).

Em Portugal, a preservação e gestão do património está a cargo da Direção Geral do Património Cultural que é responsável pela investigação e divulgação de todo o património, pela conservação dos monumentos, pela gestão dos Museus Nacionais, pela coordenação da Rede Portuguesa de Museus e pelo inventário de todo o património imaterial.

Ao nível da legislação, destaca-se a *Lei de Bases do Património Cultural Português*¹⁵ que divide os monumentos em bens de interesse municipal, nacional ou

¹⁴ Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CartaDeVeneza.pdf>. [Consulta realizada em 23/09/2020].

público e que realça o dever de todos os cidadãos preservarem o património como se depreende do artigo 11.º que explicita que:

1. Todos têm o dever de preservar o património cultural, não atentando contra a integridade dos bens culturais e não contribuindo para a sua saída do território nacional em termos não permitidos pela lei.
2. Todos têm o dever de defender e conservar o património cultural impedindo, no âmbito das faculdades jurídicas próprias, em especial, a destruição, deterioração ou perda dos bens culturais.
3. Todos têm o dever de valorizar o património cultural, sem prejuízo dos seus direitos, agindo, na medida das respetivas capacidades, com o fito da divulgação, acesso à fruição e enriquecimento dos valores culturais que nele se manifestam (Assembleia da República, 2001, p. 5810).

Com isto, é possível perceber que Portugal tem apostado na recuperação patrimonial, procurando salvaguardar, conservar, recuperar e promover os bens patrimoniais, como se denota do aumento de 40% do número de visitantes dos monumentos que se encontram à guarda do IPPAR entre 1995 e 1999.

Contudo, se prestarmos atenção a certas cidades portuguesas verificamos que a preocupação com o património é quase nula, havendo uma fraca presença de serviços relacionados com ele, pelo que se torna necessário tomar um conjunto de medidas, tais como:

- (1) aumentar a dotação financeira afeta ao património; (2) perspetivar uma melhor ligação cultura /escola; (3) criar uma escola de patrimonialistas, abarcando uma variedade de especialistas como arquitetos, engenheiros, paisagistas, ambientalistas, historiadores de arte e gestores e conservadores do património; (4) definir o modelo de gestão integrada do património cultural (Custódio, 2000, p. 7 cit. por Cardoso & Pereira, 2016, p. 111).

¹⁵ Disponível em: <https://dre.pt/application/file/a/629698>. [Consulta realizada em 02/09/2020].

Em suma, o conceito de património foi evoluindo ao longo do tempo, refletindo toda a herança cultural de um povo, pelo que é necessário consciencializar a sociedade sobre a importância da conservação e preservação dos bens patrimoniais que tem sido objeto de legislação nacional e internacional, o que pode ser possível através da introdução da formação patrimonial nas escolas com vista ao desenvolvimento de uma consciência patrimonial.

De facto, a Escola deve, em colaboração com as autarquias, dar a conhecer aos alunos o património que os rodeia, de modo a consciencializá-los para a importância da preservação patrimonial, pois, tal como nos demonstra Helena Pinto (2016):

proporcionar aos jovens a experiência única do contacto direto, vivencial, com diferentes tipologias de património e incitá-los na leitura dos bens patrimoniais a níveis cada vez mais sofisticados, são práticas educativas com enormes potencialidades (...). Neste contexto, as atividades no âmbito da comunidade local podem constituir um método válido para a progressão das ideias dos alunos, desde um nível baseado na sua experiência quotidiana até conceitos históricos mais avançados (Pinto, 2016, p. 146).

Todavia, para que tal seja possível, o professor tem de ser capaz de projetar um conjunto de estratégias de aprendizagem adequadas às turmas que utilizem o património como recurso didático, uma vez que isso permite consciencializar os jovens sobre a sua importância para a criação de uma memória coletiva e, conseqüentemente, uma identidade, o que os faz perceber as diferenças entre o passado e o presente e entre as várias comunidades, aspeto muito importante no mundo cada vez mais globalizado em que vivemos e no quadro da integração europeia.

Desta feita, percebemos que a educação patrimonial é muito importante, mas em que é que ela consiste de facto?

A expressão educação patrimonial tem origem inglesa (Heritage Education) e pode ser definida como

um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Património Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contacto direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspetos, sentidos e

significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização da sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação natural (Horta & Monteiro, 1999, p. 4).

Podemos, portanto, concluir que o património constitui um excelente recurso didático no processo de ensino-aprendizagem de História, embora seja pouco utilizado. Neste sentido, para que se promova uma Educação Patrimonial fundamentada é necessário:

- tomar consciência das questões do património;
- adquirir conhecimentos de forma a obter uma compreensão do património e da resolução dos seus problemas;
- desenvolver atividades capazes de motivarem as pessoas a participarem ativamente na preservação e conservação do património;
- promover o fortalecimento da identidade cultural individual e coletiva, reforçando o sentimento de autoestima, considerando a cultura de um país múltipla e plural;
- estimular o diálogo entre a comunidade, meios de comunicação social, a escola e os órgãos responsáveis pela identificação, proteção e promoção do património, promovendo uma troca de conhecimentos” (Cardoso & Pereira, 2016, p. 113-114).

Para além disso, Helena Pinto identifica outras estratégias, tais como:

- proporcionar recursos e atividades desafiadoras das concepções prévias dos alunos;
- selecionar conteúdos relacionados com a história local/regional, introduzindo de forma interessante e adequada ao currículo a abordagem do património, recorrendo a um museu ou a um sítio histórico na área próxima da escola;
- usar fontes patrimoniais de forma a desenvolver a compreensão dos conceitos históricos pelos alunos e a interpretação dos contributos culturais, sociais e económicos de diversos grupos nas suas comunidades” (Barca et. al, 2015, p. 68).

Em suma, a educação patrimonial é uma ação educativa que visa transmitir os valores e os saberes do passado às gerações do futuro e que deve ter objetivos muito

bem definidos, devendo ser, preferencialmente, desenvolvida junto das camadas mais jovens, pelo que a escola tem um papel fundamental, permitindo aos alunos o contacto direto com o património que deve extravasar o espaço da escola, pois nada pode substituir o estudo de um objeto *in loco*, pelo que as visitas de estudo são uma estratégia bastante útil e pertinente para “desenvolver nos jovens (...) sentimentos de responsabilidade em relação ao património histórico, e de pertença a comunidades portadoras de memórias necessárias à compreensão do presente e à reflexão crítica e construtiva sobre o futuro” (Pinto, 2016, p. 13), tal como procuramos demonstrar na nossa investigação.

Porém, este tipo de atividades não deve permitir apenas o contacto dos alunos com a História e o seu passado, mas também levá-los a formular hipóteses e interpretações sobre as fontes históricas “relacionando-as com a sua aprendizagem no momento e os conhecimentos adquiridos ao longo do tempo” (Pinto, 2016, p. 148) para que estes desenvolvam a sua consciência histórica.

Deste modo, a educação patrimonial não é um momento, mas um processo no qual se visa fomentar nos alunos competências relativas à compreensão histórica e desenvolver “atitudes e valores baseados na cidadania, nos laços identitários, na preservação e conservação do património que têm à sua volta” (Araújo, 2017, p. 63), por forma a que os alunos adquiram conhecimento e estabeleçam uma relação de afeto e proximidade com o património, os bens culturais e as memórias.

Por tudo isto, é necessário que a educação patrimonial ganhe forma e as questões relacionadas com o património cultural sejam abordadas de forma interdisciplinar nas escolas, tal como acontece em Portugal, onde a temática do património cultural faz parte, de forma mais implícita ou explícita, dos currículos de História dos vários graus de ensino, embora isso só tenha acontecido a partir do 25 de Abril de 1974.

Antes de mais, importa mencionar que a própria *Lei de Bases do Sistema Educativo*¹⁶ considera pertinente desenvolver a educação patrimonial, já que o sistema educativo deve “contribuir para a defesa da identidade nacional e para o reforço da fidelidade à matriz histórica de Portugal, através da consciencialização relativamente ao

¹⁶ Disponível em: <https://dre.pt/application/file/a/222361>. [Consulta realizada em 03/09/2020].

património cultural do povo português, no quadro da tradição universalista europeia e da crescente interdependência e necessária solidariedade entre todos os povos do mundo” (Assembleia da República, 1986, p. 3068).

Analisando os vários currículos, é possível compreender que o contacto direto com o património é algo muito difundido nos programas de História, especialmente ao nível das camadas mais jovens, como é o caso do 3.º Ciclo do Ensino Básico, havendo, no entanto, programas em que não há uma referência direta ao património, como é o caso dos Programas de História A e História B, tal como nos alerta Helena Pinto: “(...) nos Programas de História A e História B não se fazem referências explícitas ao contacto com o património histórico-cultural na enunciação das competências a desenvolver pelos alunos” (Pinto, 2016, p. 131).

Entre as estratégias pedagógicas são especialmente adequadas para a utilização didática do património as visitas de estudo, as pesquisas e os trabalhos de grupo, sendo que estas práticas estão sempre dependentes da “existência de docentes atentos e abertos às possibilidades educativas do património e que proporcionem abordagens educativas que estimulam o pensamento histórico dos jovens e o desenvolvimento de capacidades de investigação e de leitura das fontes em múltiplas perspetivas” (Pinto, 2016, p. 151).

Para além da escola, um outro lugar que tem contribuído muito para a educação patrimonial são os museus que têm desenvolvido vários projetos educativos de modo a colocar os seus vestígios patrimoniais aos dispor da comunidade. Entre estes projetos estão “minicursos em férias escolares, visitas guiadas com recurso a novos métodos, promovendo a descoberta e a participação mais ativa dos jovens nas mesmas, exposições temporárias, realização de atividades de animação patrimonial, distribuição/difusão de materiais de divulgação e organização de ateliers de museologia” (Cardoso & Pereira, 2016, p. 120).

Concluindo, o património é algo que deve ser preservado e transmitido de geração em geração, uma vez que este contribui para a construção de memórias e identidades e para o desenvolvimento da consciência histórica e patrimonial, sendo que a escola deve procurar consciencializar os jovens para a sua importância através do recurso a fontes patrimoniais, especialmente importantes no processo de ensino-aprendizagem de História.

1.5. Chegámos ao nosso destino: Breve História do Museu Nacional dos Coches

De acordo com o dicionário de Língua Portuguesa, um museu é um “estabelecimento público onde estão reunidos objetos de arte, de ciência, de teatro, etc. para serem apreciados pelo público” (Barrosa, 2003, p. 437), tal como acontece no Museu Nacional dos Coches, destino da visita realizada no âmbito desta investigação, que possui a mais importante coleção de coches e outras viaturas a nível mundial que se estendem desde o século XVI até ao século XIX.

O Museu Nacional dos Coches, inicialmente designado Museu dos Coches Reais, foi fundado e inaugurado em 23 de maio de 1905 pela Rainha D. Amélia com o intuito de “salvaguardar e expor ao público

Ilustração 2 - Museu Nacional dos Coches



Fonte: Imagem do Google Imagens

os antigos carros nobres da Casa Real Portuguesa e respetivos acessórios, património de grande riqueza que a evolução tecnológica e a redução do aparato dos atos públicos começava a pôr de parte” (Macedo, 1989, p. 3).

Este museu situava-se no Picadeiro Real, edifício anexo ao Palácio Real de Belém, que foi comprado por D. João V a José da Silva Telo de Menezes, 3.º Conde de Aveiras, em 1726, pela quantia de 200 000 cruzados, para servir de residência de verão à Família Real. Contudo, este edifício foi mandado destruir a mando de D. João, futuro D. João VI, construindo-se um novo edifício de estilo neoclássico, da autoria de Giacomo Azzolini, composto por dois pisos. No rés-do-chão encontrava-se o Salão Nobre com 50 metros de comprimento e 17 metros de largura e no 1.º piso era possível encontrar galerias para a assistência e, nos topos, as tribunas para que a Família Real e a Corte pudessem assistir aos jogos equestres.



Ilustração 3 - Picadeiro Real

Fonte: Imagem do Google Imagens

Entre 1792 e 1799, o Picadeiro foi decorado por Francisco de Setúbal, Francisco José de Oliveira e Joaquim José Lopes (“o Bruge”) e o francês Nicolau Delerive, destacando-se os motivos ligados à arte equestre como os que se encontram nas três cenas alegóricas representadas no teto do Salão Nobre.



Ilustração 4 - Teto do Salão Nobre

Fonte: Imagem do Google Imagens

Em 1904, para se poder transformar em museu, o Picadeiro Real sofreu obras de beneficiação e adaptação sob a orientação do arquiteto Rosendo Carvalheira e as pinturas foram restauradas por José Malhoa e Conceição e Silva, tendo sido inaugurado no ano seguinte. Em 1911, passou a designar-se Museu Nacional dos Coches, designação que manteve até aos dias de hoje.

Este museu teve muito sucesso, mas, desde a sua inauguração, deparou-se com um problema: a falta de espaço, que se agravou com a implantação da República e a consequente incorporação no seu acervo de várias viaturas da extinta Casa Real, da Igreja, nomeadamente do Patriarcado de Lisboa, e de algumas famílias nobres.

Para resolver esta dificuldade foi inaugurado, em 1940, um novo salão, da autoria do arquiteto Raul Lino, que permitiu apresentar ao público mais 13 viaturas, mas não a sua totalidade, pelo que, em 1994, a Secretaria de Estado da Cultura, a cargo de Pedro Santana Lopes, adquiriu as antigas Oficinas Gerais do Exército para se construir um novo edifício, cujo projeto foi aprovado em 2008, iniciando-se as obras a 1 de Fevereiro de 2010 sob a orientação do arquiteto brasileiro Paulo Mendes da Rocha, Prémio Pritzker em 2006, em parceria com o arquiteto português Ricardo Bak Gordon e o engenheiro Rui Furtado.

Todavia, a abertura do novo museu não gerou consenso. Deste modo, em 2008, António Costa, presidente da Câmara Municipal de Lisboa, considerou desnecessária a construção de um novo edifício, já que o antigo registava o maior número de visitantes de todos os museus portugueses. Já em 2013, António Barreto Xavier, secretário de estado da Cultura, considerou que a construção do novo museu foi um erro de decisão, tal como pensava Luís Raposo, presidente da Comissão Nacional do Conselho Internacional de Museus, que afirmou que a construção do novo museu “foi um erro colossal da política cultural” (Coelho & Amaral, 2015).

Apesar de tudo, o novo espaço foi inaugurado no dia 23 de maio de 2015, 110 anos depois da sua fundação, tendo uma área bruta de 15 177 m² e albergando dois edifícios interligados por um passadiço aéreo. No pavilhão expositivo, encontram-se duas galerias onde estão expostas as viaturas pertencentes à coleção permanente e diversos adereços e fardas dos séculos XVI a XIX expostos em vitrinas e uma nave central destinada a exposições temporárias. Já o edifício anexo inclui uma zona de restauração, uma zona administrativa e um auditório com lugar para 340 pessoas.

Este novo edifício é, ainda, constituído por Oficinas de Conservação e Restauro que pretendem “assegurar o estudo e a requalificação do seu acervo”¹⁷, uma Biblioteca acessível ao público com marcação prévia onde se podem consultar “obras relativas a Meios de Transporte, Equitação, Arte Equestre, História, História de Arte, Conservação e Restauro e Museologia”¹⁸, um Arquivo, um Serviço Educativo e um Posto de Informação Turística. Para além disso, é rodeado pela Praça do Museu, uma zona de acesso livre que se constitui como um lugar de prazer e de passeio.

O novo edifício é amplo, branco e moderno, contrastando com o classicismo dos coches e do antigo museu. Para além disso, o chão é em cimento para manter as temperaturas frescas e as janelas só deixam entrar a luz solar em pontos estratégicos para não danificar as viaturas. Recebeu, em 2019, o Prémio CICA de Arquitetura (Agência Lusa, 2015) e esteve nomeado para o Prémio Museu Europeu do Ano 2018 que acabou por ser entregue ao Museu do Design em Londres (Carvalho, 2017). Nesse

¹⁷ Disponível em: <http://museudoscoches.gov.pt/pt/museu/>. [Consulta realizada em 20/02/2020].

¹⁸ Disponível em: <http://museudoscoches.gov.pt/pt/utilize/biblioteca/>. [Consulta realizada em 20/02/2020].

mesmo ano, foi distinguido como uma das melhores atrações de Lisboa pela TripExpert que lhe atribuiu o prémio Expert's Choice (Editores da Time Out Lisboa, 2018).

Atualmente, o Museu Nacional dos Coches é constituído por dois edifícios, o Picadeiro Real de Belém e o novo edifício inaugurado em 2015, onde é possível encontrar viaturas de gala ou de aparato, de viagem e de passeio que constituem uma coleção única no Mundo, quer pelo número de carros, que se estendem desde os finais do século XVI até aos finais do século XIX, quer pela sua categoria artística que “dá uma ideia perfeita da evolução técnica e artística dos meios de transporte de tração animal utilizados pelas Cortes Europeias durante os séculos XVII, XVIII e XIX até ao aparecimento do automóvel” (Macedo, 1989, p. 4).

Esta coleção de viaturas é composta por coches, berlindas, carruagens, seges, carrinhos de passeio, carrinhos de criança, liteiras e cadeirinhas. Para além das viaturas, o Museu também dispõe de um Manto que pertenceu à Rainha D. Amélia, uma peça de veludo cor-de-rosa bordada a prata e classificada como Bem de Interesse Nacional, assim como de algumas coleções, nomeadamente:

importantes coleções de arreios (de tiro, tauromaquia e equitação), objetos para torneio, hipismo e cortejos, incluindo livros e instrumentos musicais (charamelas, timbales, etc.), fardamentos para o pessoal do serviço das viaturas (cocheiros, sotas, lacaios, etc.), uma notável coleção de indumentária civil do século XVII ao século XX, pintura, com retratos da Família Real da Casa de Bragança (Silva, 1977, p. 11).

Por todos estes motivos, o Museu Nacional dos Coches pode ser considerado uma joia do património cultural português, inigualável no Mundo, o que faz com que este seja o Museu português mais visitado.

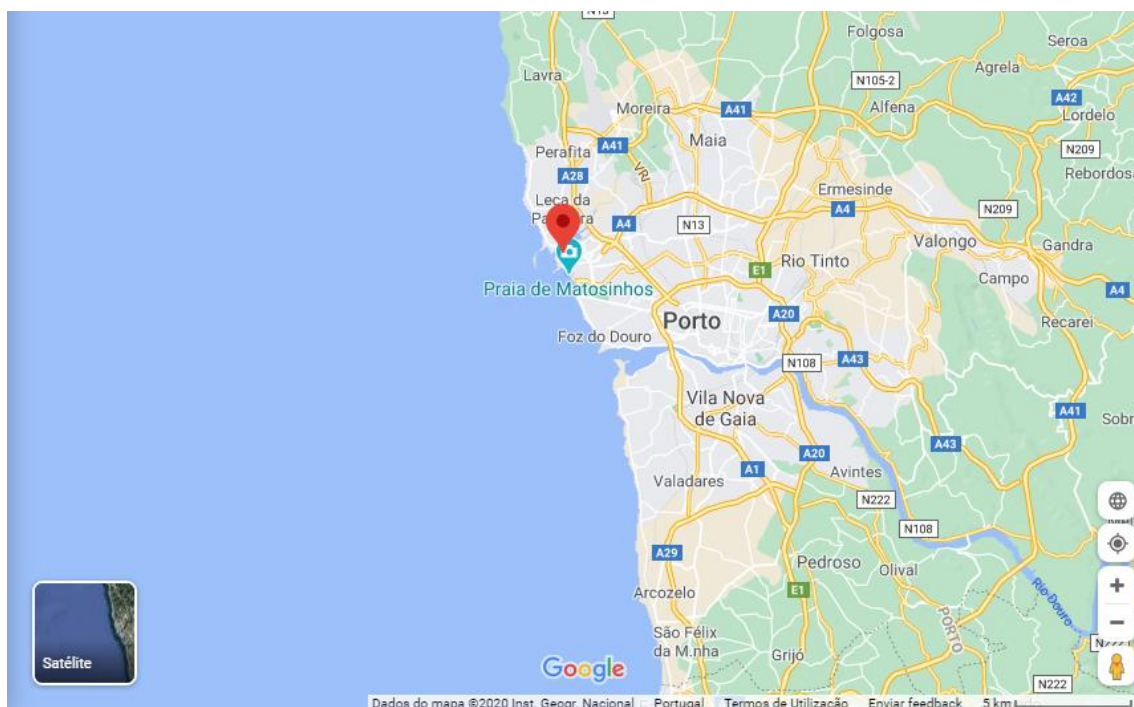
2. Contexto de Intervenção e de Investigação

Neste capítulo vamos apresentar a escola em que realizamos o estágio pedagógico, bem como alguns aspetos sobre o seu meio envolvente. Faremos, também, a caracterização das turmas envolvidas nesta investigação.

2.1.Uma Escola à Beira-Mar Plantada: a Escola Secundária João Gonçalves Zarco

Esta investigação desenvolveu-se no âmbito do Mestrado em Ensino de História no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, mais concretamente na Prática de Ensino Supervisionada, vulgo estágio, que decorreu no ano letivo de 2019/2020 na Escola Secundária João Gonçalves Zarco que se localiza em Matosinhos.

Ilustração 5 - Localização de Matosinhos



Fonte: Imagem do Google Maps

Com 62,42 km² de área e 175.357 habitantes¹⁹, o concelho de Matosinhos pertence ao distrito do Porto e está integrado na Área Metropolitana do Porto, encontrando-se limitado a norte pelo concelho de Vila do Conde, a este pelo concelho da Maia, a sul pelo concelho do Porto e a oeste pelo Oceano Atlântico. Este concelho é constituído por 10 freguesias: Custóias, Guifões, Lavra, Leça da Palmeira, Leça do Balio, Matosinhos, Perafita, S. Mamede de Infesta, Santa Cruz do Bispo e Senhora da Hora.

No que concerne às atividades económicas, Matosinhos caracteriza-se por uma forte ligação ao mar, embora a percentagem de população empregada no setor primário seja residual. De facto, a maior parte da população empregada trabalha no setor terciário em virtude do desenvolvimento urbano que o concelho tem conhecido. Para além disso, possui uma indústria forte com relevo para os setores da petroquímica, das indústrias alimentares e conserveiras, dos têxteis e do material elétrico.

Do ponto de vista educativo, a população de Matosinhos apresenta “baixos níveis de instrução da população, taxa de analfabetismo com significado, abandono escolar elevado e altas taxas de insucesso (Câmara Municipal de Matosinhos, 2006, p. 111), dificuldades que as várias escolas do concelho, nomeadamente a Escola Secundária João Gonçalves Zarco, têm procurado ultrapassar.



**Ilustração 6 - Entrada da Escola Secundária
João Gonçalves Zarco**

Fonte: Imagem do Google Imagens

¹⁹ Segundo a base de dados PORDATA “Estimativas Anuais da População Residente” disponível em: <https://www.pordata.pt/Municipios/Popula%c3%a7%c3%a3o+residente++estimativas+a+31+de+Dezembro-120>. [Consulta realizada em 11/09/2020].

A Escola Secundária João Gonçalves Zarco foi fundada em 1955 como Escola Industrial e Comercial de Matosinhos, funcionando em diferentes espaços da cidade. Em 1965, mudou-se para as atuais instalações, na Avenida Villagarcia d' Arosa, beneficiando de uma ampla rede de transportes públicos e vias de comunicação que facilitam o seu acesso, pelo que a escola não serve apenas a comunidade educativa de Matosinhos, mas também as da Maia, Rio Tinto, Póvoa de Varzim, entre outras. Em 1979, começou a dispor de Ensino Básico e, em 1995, adotou o nome de João Gonçalves Zarco, navegador português escolhido pelo Infante D. Henrique para organizar o povoamento da Madeira e a governar, em seu nome, a partir de 1425.

Tem um contrato de autonomia desde 2007, o que lhe permite ter uma oferta educativa diversificada que passa pelo 3.º ciclo do ensino básico e pelo ensino secundário, quer pelos cursos científico-humanísticos (Ciências e Tecnologias, Ciências Socioeconómicas, Línguas e Humanidades), quer pelos cursos profissionais (técnico de apoio à gestão, técnico auxiliar de saúde, técnico de desporto, técnico de informática – sistemas, técnico de massagem de estética e bem-estar e técnico de restaurante/bar), em regime diurno, e pela educação e formação de adultos (cursos EFA, cursos NER e formações modulares), em regime pós-laboral. Para além disso, a escola colabora, desde 1998, em projetos educativos desenvolvidos no Estabelecimento Prisional do Porto (Custóias) e no Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo. É, ainda, a única escola pública do concelho de Matosinhos que dispõe de um Centro Qualifica.

Esta instituição tem como missão prestar “à comunidade um serviço público de qualidade, proporcionando aos estudantes a aquisição e certificação de competências científicas, técnicas e comportamentais que lhes permitam assumir, com sucesso, num cenário de um mundo em mudança, um papel social e profissionalmente ativo” (ESJGZ, 2019 a), p. 6) pelo que a sua atividade se pauta por valores essenciais ao exercício da cidadania, como a Liberdade, o Humanismo, a Igualdade, a solidariedade, a tolerância e o respeito pela diferença, a inclusão, a cidadania e a participação, a equidade e a justiça, a autonomia e a responsabilidade, o espírito crítico e criativo, a consciência cultural e ambiental, a inovação, a excelência e a exigência (ESJGZ, 2019 a), p. 4). Para conseguir cumprir tais pressupostos, a Escola tem vários objetivos, nomeadamente:

1. Melhorar os resultados escolares dos alunos, qualificando as aprendizagens e desenvolvendo competências em literacias;

2. Promover o desenvolvimento pessoal e social dos alunos, contribuindo para uma cidadania ativa, formando cidadãos críticos, criativos, empreendedores, intervenientes, solidários e autónomos;
3. Reforçar o envolvimento e participação de alunos e de pais e encarregados de educação na vida da Escola;
4. Reforçar a imagem da ESJGZ na comunidade local e nacional, como uma instituição de referência e de qualidade, promovendo, também, a sua internacionalização;
5. Promover a formação e atualização científica e pedagógica permanente de todos os atores educativos, considerando, também, a participação em projetos transnacionais;
6. Proceder a uma sistemática avaliação das práticas, recorrendo a metodologias participativas, garantindo a contextualização das análises e dos resultados (ESJGZ, 2019 a), p. 8).

No que diz respeito ao espaço físico, a escola foi alvo de requalificação, em 2009, pela empresa Parque Escolar, dispondo de um conjunto de espaços que permitem um serviço educativo de qualidade, como os laboratórios, as salas de informática e de arte, as cantinas, os espaços desportivos, a Bibliozarco que tem vários livros e filmes ao dispor de toda a comunidade educativa, e o Museu que tem uma exposição permanente sobre a história da instituição a par de outras exposições temporárias. Podemos, ainda, mencionar que a escola dispõe de bons materiais eletrónicos e multimédia, sendo que todas as salas estão equipadas com projetores e quadros interativos, embora a falta de estores, por vezes, dificulte a sua utilização.

Como resultado de anos de trabalho e de empenho, a escola obteve, em 2013, o Certificado de Qualidade ISO 9001 pelos serviços prestados nas áreas da Ação Social, da Papelaria, do Bufete e da Gestão dos Serviços Educativos e, em 2016, o Certificado ISO 9001:2015 pelos serviços prestados não só nas áreas já mencionadas, mas também na área de Direção de Turma, confirmando-se, portanto, que esta é “uma escola com mais de 60 anos de memórias e vivências de várias gerações, que, [ali] abriram as suas janelas de futuro” (ESJGZ, 2019 a), p. 3).

2.2.Caracterização das Turmas

Ao longo deste ano de estágio, tivemos a oportunidade de contactar e lecionar em duas turmas do Ensino Básico (9.º ano) e duas turmas do Ensino Secundário, mais concretamente do 11.º ano, inscritas no curso científico-humanístico de Línguas e Humanidades, na disciplina de História A. Apesar disso, o nosso estudo centrou-se nas duas turmas do Ensino Secundário, doravante mencionadas como 11.º A e 11.º B, por forma a manter o anonimato dos alunos.

A escolha destas turmas está relacionada com a oportunidade de conciliar a investigação que pretendíamos realizar com a visita de estudo que a professora orientadora estava a pensar levar a cabo com estas turmas, pelo que a investigação contou com uma amostra de 52 alunos.

De seguida, apresentaremos uma breve caracterização de cada uma das turmas tendo por base os registos dos alunos fornecidos pelos diretores de turma.

A turma 11.º A era composta por 27 alunos, dos quais 10 eram do género masculino e 17 do género feminino. A média de idades era de 15,81, sendo que a idade mínima era de 15 anos e a idade máxima de 17 anos.

No que concerne ao nível sociocultural da turma, importa destacar que a maioria dos encarregados de educação se encontra empregada, havendo apenas três que estão em situação de desemprego e dois sobre os quais a informação é omissa.

Quanto às suas habilitações literárias, dos 27 encarregados de educação, dois revelam ter o 1.º ciclo, três têm o 2.º ciclo, três têm o 3.º ciclo, 12 afirmam ter concluído o ensino secundário, um tem um bacharelato e três uma licenciatura, havendo três que não referem a sua habilitação.

Ao nível das retenções escolares, apenas três alunos têm uma retenção ao longo do seu percurso escolar, mas nenhum deles no ano de escolaridade em que se encontram, existindo, também três alunos com negativas no ano anterior, dois deles a Cidadania e Desenvolvimento e um a Inglês.

Dos 27 alunos, 10 beneficiam de apoio social: sete têm escalão A, um tem escalão B e dois têm escalão C.

Por outro lado, a turma 11.º B era composta por 25 alunos, 12 rapazes e 13 raparigas, cuja média de idades era de 16,08, sendo que estas variavam entre os 15 e os 17 anos.

Relativamente ao nível sociocultural da turma, constatamos que a maioria dos encarregados de educação estava empregada, embora existam dois em situação de desemprego e seis que não fornecem essa informação. Para além disso, num universo de 25 encarregados de educação, um tem o 1.º ciclo, dois concluíram o 2.º ciclo, dois afirmam ter o 3.º ciclo, três têm o ensino secundário, um tem um bacharelato e 10 uma licenciatura, existindo seis encarregados de educação que não fornecem essa informação.

À semelhança do que acontece com o 11.º A, o 11.º B também tem três alunos com uma retenção ao longo do seu percurso escolar, mas nenhum no atual ano de escolaridade. Situação mais preocupante é aquela que se refere às negativas registadas no ano anterior, uma vez que dos 25 alunos, 23 têm negativa, dos quais 22 a Cidadania e Desenvolvimento e um a Educação Física.

Quanto ao apoio escolar, foram seis os alunos a beneficiar do escalão A e três do escalão B, num total de nove discentes.

Apesar de esta turma ser constituída por 25 alunos, o nosso estudo só contou com 23 estudantes, uma vez que um aluno não estava inscrito na disciplina de História, embora frequentasse as aulas e outro anulou a disciplina a meio do ano letivo.

Para além dos dados quantitativos, importa mencionar que ambas as turmas sempre demonstraram muito empenho em tudo o que lhes era solicitado, mostrando-se muito motivados com a utilização de estratégias diversificadas.

Ao nível do comportamento e da assiduidade, consideramos que as duas turmas eram muito semelhantes, uma vez que os alunos apresentavam bom comportamento e eram assíduos, pelo menos à disciplina de História. Por outro lado, o 11.º A tinha alguns problemas ao nível da pontualidade, sobretudo quando as aulas de História eram ao primeiro tempo da manhã.

Um aspeto a salientar nas duas turmas, embora mais visível no 11.º B, é o espírito crítico dos alunos que conseguiam levantar questões nunca pensadas por nós, surpreendendo as estagiárias e a orientadora cooperante.

Quanto à participação, o 11.º A era mais participativo do que o 11.º B, onde apenas alguns elementos colaboravam na aula. Apesar disso, era muito fácil trabalhar com estas turmas, com as quais a professora estagiária criou uma forte empatia.

Por fim, importa salientar que, não obstante o facto de serem turmas do ensino secundário, os alunos revelavam algumas dificuldades na expressão escrita, na redação de respostas de desenvolvimento e na incorporação da informação contida nos documentos nas respostas, bem como na adaptação à exigência da disciplina de História A.

Em suma, os alunos destas turmas mostraram-se muito recetivos à atividade que desenvolvemos no âmbito desta investigação, encontrando-se, desde o início do ano letivo, muito motivados com a possibilidade de realização de uma visita de estudo, contribuindo, deste modo, para o sucesso deste estudo.

3. Metodologia de trabalho, instrumentos de recolha dos dados e apresentação e análise dos dados

Neste capítulo descrevemos os procedimentos metodológicos adotados no decorrer da investigação de modo a responder às questões de partida definidas inicialmente. Assim, explicitamos os instrumentos de recolha dos dados e as técnicas que utilizamos para os analisar, apresentando-os e analisando-os de seguida de modo a retirar as nossas conclusões.

3.1. Metodologia de trabalho e instrumentos de recolha dos dados

Como já tivemos oportunidade de observar, o processo de ensino-aprendizagem tem beneficiado da abertura da escola ao meio e à comunidade envolvente, na qual as visitas de estudo têm desempenhado um papel primordial.

Neste sentido, procuramos compreender de que modo é que as visitas de estudo contribuem para a aquisição e consolidação de conhecimentos, assim como para o desenvolvimento da consciência patrimonial dos jovens que se reflete, entre outros aspetos, no reconhecimento da importância da valorização e preservação do património. Como tal, decidimos levar a cabo uma visita de estudo que foi devidamente planeada e avaliada por forma a não constituir um momento de lazer, mas uma experiência de aprendizagem eficaz, pelo que, de seguida, apresentamos todo o caminho percorrido até à sua realização.

Antes de mais, era necessário definir o local a visitar que se devia compaginar com os conteúdos programáticos da disciplina de História A do 11.º ano de escolaridade, pelo que consultamos o Programa da disciplina²⁰ surgindo duas hipóteses: uma visita ao Palácio-Convento de Mafra no âmbito da temática do Absolutismo Joanino ou uma visita ao Palácio Nacional da Pena em Sintra para explorar os

²⁰Disponível em:

https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Secundario/Documentos/Programas/historia_a_10_11_12.pdf.
[Consulta realizada em 30/11/2019].

conteúdos relacionados com o Romantismo em Portugal. No entanto, estas opções acabaram por ser postas de lado quando os alunos, aquando da leção da temática do absolutismo joanino que ocorreu nos dias 2 e 8 de outubro de 2019 e que ficou a cargo da professora orientadora, sugeriram visitar o Museu Nacional dos Coches, proposta que nos pareceu pertinente e que se coadunava com o programa da disciplina, enquadrando-se no domínio “*A Europa nos Séculos XVII e XVIII – Sociedade, Poder e Dinâmicas Coloniais*” e no subdomínio “*A Europa dos Estados Absolutos e a Europa dos Parlamentos*”, mais concretamente na temática do Absolutismo Joanino.

Na realidade, ao longo das aulas subordinadas a esta temática, procurou-se que os alunos compreendessem os contornos do absolutismo régio em Portugal que atingiu o seu expoente máximo com D. João V, cujo reinado ficou marcado pela magnificência, permitida pelo ouro e diamantes do Brasil, e pelo culto da pessoa régia, à semelhança do que acontecia com Luís XIV em França.

Tomando o rei francês como exemplo, o reinado de D. João V ficou marcado por um conjunto de medidas, nomeadamente a submissão das ordens sociais através da recusa em reunir Cortes, a política das grandes construções, das quais se destaca o Palácio-Convento de Mafra, o apoio às artes e às letras através da criação de instituições como a Biblioteca da Universidade de Coimbra e a Real Academia de História, a política de neutralidade face aos conflitos europeus, salvaguardando, porém, os interesses do império, e o reforço do poder da Coroa através do envio de representações diplomáticas que deslumbravam os contemporâneos pela pompa e sumptuosidade, destacando-se a embaixada enviada ao Papa Clemente XI, em 1716, cujos coches se encontram no Museu Nacional dos Coches. Assim, a visita a este espaço permitiria envolver os alunos na magnificência joanina, testemunho dos tempos áureos de Portugal, e retomar conceitos e matérias lecionadas no 8.º ano, como a arte barroca, que surge no domínio “*Absolutismo e Mercantilismo numa Sociedade de Ordens*” e no subdomínio “*O Antigo Regime Português na Primeira Metade do Século XVIII*”, e que não é lecionada no 11.º ano.

Nesta deslocação à capital, considerámos que também seria oportuno visitar a Baixa Pombalina e as ruínas do Convento do Carmo no âmbito da temática Política Pombalina que se enquadra no domínio “*A Europa nos Séculos XVII e XVIII –*

Sociedade, Poder e Dinâmicas Coloniais” e no subdomínio “*Construção da Modernidade Europeia*”.

Esta temática foi lecionada pela professora estagiária às duas turmas envolvidas neste estudo nos dias 27 e 29 de novembro, nas quais se procurou sublinhar a ação governativa do Marquês de Pombal, como se pode verificar no plano de aula por nós elaborado (Anexo 1). Desta forma, foram dadas a conhecer aos alunos as principais medidas que o Marquês levou a cabo na senda do despotismo iluminado do século XVIII e enquanto Secretário de Estado do rei D. José I e que visavam o reforço do poder régio e o controlo dos grupos privilegiados. De todas, destaca-se a reconstrução da cidade de Lisboa após o terramoto de 1 de novembro de 1755 e que se baseou no racionalismo iluminista da época que fez surgir uma cidade com as seguintes características: traçado geométrico; ruas largas e retilíneas; subordinação dos projetos particulares ao projeto estatal e proibição de qualquer elemento exterior que sugerisse a condição social dos proprietários; o sentido prático evidenciado pelo sistema da “gaiola” e pela construção de infraestruturas de saneamento e abastecimento de água e valorização da burguesia através da transformação do Terreiro do Paço em Praça do Comércio. Todas estas transformações poderiam ser visualizadas *in loco* pelos alunos aquando da visita à Baixa Pombalina durante a qual os discentes iriam percorrer a pé um trajeto que incluía o Terreiro do Paço, algumas ruas mais importantes como a Rua Augusta ou a Rua Áurea, onde iriam ser chamados à atenção para a uniformização dos edifícios, e as ruínas do Convento do Carmo para compreenderem melhor as consequências materiais do terramoto.

Depois de escolhidos os locais a visitar, tornou-se imperioso preparar a visita de estudo, o que foi feito de uma forma muito cuidadosa e rigorosa, uma vez que, como já vimos, o sucesso ou insucesso desta atividade depende muito do modo como esta é planificada. De facto, a realização desta atividade exigiu bastante trabalho tanto pela parte logística como pela preparação científica, uma vez que a visita foi dinamizada pela professora estagiária.

Por conseguinte, começamos por definir os objetivos da visita de estudo, que pretendíamos realizar após a leção das duas temáticas, e que se prendiam com a possibilidade de consolidar os conhecimentos sobre a situação portuguesa no século

XVIII (absolutismo joanino e ação governativa do Marquês de Pombal), de promover o conhecimento e a valorização do Património Nacional e de fomentar o espírito de grupo e a cooperação.

De seguida, a professora estagiária estabeleceu contactos com os serviços educativos do Museu Nacional dos Coches de modo a obter informações sobre o espaço e a sua disponibilidade para o dia pretendido (dia 31 de março), bem como sobre o custo da visita. Rapidamente obtivemos uma resposta que confirmava que a visita se poderia realizar no dia 31 de março desde que não fosse necessário um guia, assim como nos informaram que a visita não teria qualquer custo. Estabelecemos, também, contacto via e-mail com uma empresa de transporte por forma a obter um orçamento e a saber o tempo de duração da viagem já com as paragens necessárias incluídas para melhor podermos planificar a atividade, ao qual obtivemos resposta prontamente.

Procuramos, ainda, e com a ajuda da professora orientadora Isabel Pereira, auscultar os restantes docentes das turmas, de modo a fomentar a interdisciplinaridade, aspeto muito importante, uma vez que permite reduzir o número de visitas e, consequentemente, o custo a elas associado e que, por vezes, se torna um fator impeditivo da participação dos alunos. No seguimento desta auscultação, a professora de Português do 11.º B mostrou-se interessada em desenvolver um projeto que consistia em realizar um percurso pedestre por Lisboa com paragem em alguns dos locais referidos na obra literária *Os Maias*, de Eça de Queirós, como o Terreiro do Paço, a Praça do Município, a Rua do Alecrim, o Chiado, a Praça Luís de Camões, o Teatro da Trindade, a Rua Garrett, a Rua Ivens, a Rua do Carmo, o Teatro de D. Maria II, o Rossio e o Mosteiro dos Jerónimos, além de pretender visitar a Sala de Espetáculos do Teatro Nacional de S. Carlos que se mantém praticamente intacta desde 1793.

Neste sentido, estabelecemos contacto via e-mail com o Teatro para averiguar a possibilidade de visitar este espaço, que se mostrou receptivo e que nos informou que esta visita teria o custo de 2,50€ por estudante. Para além disso, procuramos realizar um estudo das distâncias entre os vários locais a partir da plataforma *Google Maps* para articular o percurso que a professora de Português pretendia com aquele que iríamos realizar aquando da visita à Baixa Pombalina. Deste modo, aos objetivos anteriormente definidos juntaram-se outros, nomeadamente o de promover a interdisciplinaridade e a

integração de conhecimentos de diferentes disciplinas e o de motivar os alunos para o estudo das obras literárias do programa de Português do Ensino Secundário (especialmente *Os Maias*) e experienciar *in loco* os locais aí referidos de forma a melhor apreenderem os conteúdos literários.

Depois desta articulação e munida das informações necessárias, a professora estagiária contactou os serviços administrativos da Escola Secundária João Gonçalves Zarco, uma vez que é a Escola que paga a visita aos alunos que usufruem de escalão A e uma parte aos que beneficiam de escalão B, e a Equipa de Coordenação das Visitas de Estudo por forma a viabilizar a visita, o que aconteceu após o preenchimento de um modelo de proposta de visita de estudo fornecido pela equipa responsável e que pretende formalizar as propostas (Anexo 2).

Posto isto, no dia 13 de fevereiro, procedemos às pré-marcações no Museu Nacional dos Coches para as 10h30 do dia 31 de março e no Teatro de S. Carlos para as 13h30 do mesmo dia perante a impossibilidade de visita da parte da tarde, assim como na empresa de transportes. Para além disso, elaboramos um documento que visava informar os encarregados de educação da visita a realizar e solicitar a sua autorização (Anexo 3).

Realizados todos os contactos e aprovada a visita, foi necessário pensar de que forma é que esta atividade poderia ser avaliada. Neste sentido, e em reunião com a orientadora cooperante e a colega de estágio, no dia 20 de fevereiro decidiu-se propor aos alunos a realização de um trabalho intitulado “Roteiro da Lisboa Setecentista” e que seria constituído por duas partes. Na primeira parte, os alunos deveriam apresentar uma contextualização do período joanino e do período pombalino, bem como realizar uma pesquisa sobre um coche do período de D. João V e sobre o Teatro Nacional de S. Carlos. Já na segunda parte, deveriam elaborar um guião turístico com informações sobre o Museu Nacional dos Coches, o Teatro Nacional de S. Carlos, o Terreiro do Paço e as principais ruas e edifícios da Baixa Pombalina com base em 10 fotografias tiradas por si ao longo da visita. Este trabalho seria um dos instrumentos de avaliação do 2.º semestre e teria de ser entregue até ao dia 30 de abril, seguindo-se a sua apresentação em sala de aula, tendo sido muito bem aceite pelos discentes.

Paralelamente a este processo, e perante a impossibilidade de deslocação aos respetivos locais, procuramos documentar-nos sobre os espaços a visitar, consultando vários sites²¹ e obras²² e recorrendo, sempre que possível, às visitas virtuais, como é o caso da visita virtual disponibilizada pelo Museu Nacional dos Coches²³, de modo a realizar um guião informativo e uma ficha de registo, assim como obter as informações necessárias para a dinamização da visita, uma vez que esta ficou a nosso cargo, pois, como afirma Almeida (1998), “quando o professor é responsável pela programação, planificação e dinamização, existe então uma melhor adequação às características dos alunos” (p. 75).

A visita teria, deste modo, lugar no dia 31 de Março de 2020 e iniciar-se-ia às 06h30, hora prevista para a saída da escola em direção a Lisboa, onde esperávamos chegar por volta das 10h30, seguindo-se a visita ao Museu Nacional dos Coches que deveria terminar por volta das 12h30 e de onde seguiríamos para o Teatro Nacional de S. Carlos cuja visita se iniciava por volta das 13h00 e terminaria por volta das 13h30.

Depois de um momento destinado ao almoço e ao convívio entre os alunos e os docentes, a visita iria continuar por volta das 15h00 iniciando-se o percurso pedestre por Lisboa e que tinha como ponto de partida a Praça do Comércio, onde os alunos observariam as principais transformações arquitectónicas após o terramoto de 1755, a Estátua Equestre de D. José I que se encontra no centro da praça e o Arco da Rua Augusta.

O percurso continuaria com a paragem em alguns locais como a Praça do Município, a Rua do Alecrim, a Rua Ivens, a Rua Garrett, o Chiado, a Praça Luís de Camões, o Teatro da Trindade, o Rossio e o Teatro Nacional D. Maria II, onde a professora de Português iria fornecer breves explicações e ler alguns excertos da obra já

²¹ Destacam-se os seguintes: <http://museudoscoches.gov.pt/pt/> [Consulta realizada em 20/02/2020]; <https://artsandculture.google.com/search?q=museu+nacional+dos+coches> [Consulta realizada em 20/02/2020]; https://www.timeout.pt/lisboa/pt/search/#/?sort=relevance&q=museu%20dos%20coches&viewstate=list&page_number=1 [Consulta realizada em 05/03/2020]; <https://observador.pt/pesquisa/?q=museu+dos+coches> [Consulta realizada em 02/03/2020].

²² Destacam-se as seguintes: MACEDO (1989); SILVA (1977); MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL (1948); FRANÇA (1989); TAVARES (2005); SERRÃO (2003).

²³ Disponível em: <https://my.matterport.com/show/?m=crADZwGeEXE>. [Consulta realizada em 25/02/2020].

mencionada. Para além disso, os alunos teriam a oportunidade de ver as ruínas do Convento do Carmo, de modo a compreenderem a destruição provocada pelo terramoto e onde seriam alertados para a necessidade de preservação do património, uma vez que este permite construir memórias e pode ser utilizado como fonte histórica. Por volta das 17h00, iniciar-se-ia a viagem de regresso à escola, estimando-se as 20h30 como hora de chegada.

Antes da realização da visita, desenvolveríamos uma ação de sensibilização junto dos alunos envolvidos na atividade, procurando esclarecer todas as dúvidas e transmitir algumas informações, tais como o itinerário, as regras básicas e os objetivos da visita, alertando os alunos para a importância do preenchimento e da preservação das fichas de registo que iriam receber no dia da visita e que constituiriam um instrumento de avaliação.

Todavia, a visita de estudo não se realizou por motivos que se prenderam com a pandemia da COVID – 19 que chegou a Portugal em março e que levou a Escola Secundária João Gonçalves Zarco a cancelar, no dia 11 do mesmo mês, todas as visitas de estudo programadas. Neste sentido, procedemos à desmarcação das visitas e informamos os alunos que se mostraram muito desanimados pelo cancelamento, sugerindo de imediato a realização de uma visita de estudo virtual, proposta que nos pareceu muito pertinente e que se tornou a única possível após o encerramento das escolas no dia 16 de março e a consequente implementação do ensino à distância, procurando rentabilizar as potencialidades das novas tecnologias de informação e comunicação.

Apesar disso, decidimos fazer algumas alterações à proposta inicial, realizando a visita virtual apenas ao Museu Nacional dos Coches por forma a não sobrecarregar os alunos, algo de que eles se queixaram ao longo desta situação adversa, pelo que também tivemos de modificar os objetivos da visita que passaram a prender-se com a consolidação de conhecimentos sobre o contexto político português no século XVIII (absolutismo joanino), a compreensão de aspetos do barroco e do rococó e da evolução técnica e artística dos meios de transporte de tração animal até ao aparecimento do automóvel, a promoção do reconhecimento e da valorização do Património Nacional e o fomento do espírito de grupo e da cooperação.

De seguida, começamos a preparar todos os materiais necessários à realização da visita, uma vez que esta foi construída de raiz, e que consistiu numa apresentação PowerPoint (Anexo 4) com locução (Anexo 5) que foi enviada para os 50 alunos no dia 1 de junho juntamente com o respetivo guião de exploração (Anexo 6). O guião deveria orientar os discentes na identificação da informação mais importante e era constituído por 22 perguntas, cujas cotações estão relacionadas com o grau de complexidade: uma de completamento, uma de verdadeiros/falsos, duas de associação e as restantes de resposta curta ou restrita, e que podem ser divididas em dois grupos principais. Na primeira parte, temos um conjunto de questões que permitem contextualizar o museu para que os estudantes conheçam um pouco mais da sua história e da sua coleção. Na segunda parte, os alunos são convidados a conhecer vários veículos da coleção, descobrindo as respostas para as perguntas colocadas e que permitem articular o programa curricular com a herança cultural do país, demonstrando que os museus constituem espaços de aprendizagem que favorecem a compreensão dos conteúdos e a valorização do património.

Este guião deveria ser enviado devidamente preenchido para a professora estagiária até ao dia 6 de junho, uma vez que constituía um elemento de avaliação, pelo que foi devidamente corrigido de acordo com os critérios de correção por nós elaborados (Anexos 7 e 8), atribuindo-lhe as seguintes classificações: **Medíocre** (0 – 4 valores); **Insuficiente** (5 – 9 valores), **Suficiente** (10 – 14 valores); **Bom** (15 – 17 valores) e **Muito Bom** (18 – 20 valores). Para obtermos uma análise mais detalhada, calculamos, ainda, a percentagem de sucesso em cada questão, assim como a cotação média, de modo a compreendermos o verdadeiro impacto das visitas de estudo ao nível da aprendizagem da História, dados que apresentaremos mais adiante.

A visita iniciava-se com a exposição das coleções do Museu, acompanhada da contextualização do aparecimento deste espaço, destacando-se a rainha D. Amélia, o que permitia aos alunos responder à primeira questão do roteiro.

De seguida, e tendo em vista a resolução da questão número dois, os estudantes ficariam a conhecer um pouco mais a história deste museu que ficou sempre marcada por um grave problema, a falta de espaço.

Ao longo da visita, os alunos teriam, ainda, a oportunidade de conhecer as várias viaturas que fazem parte do espólio deste espaço museológico, nomeadamente os coches, as berlindas, as carruagens, as seges, as liteiras, as cadeirinhas, os carrinhos de passeio, os landaus e as malas-postas, no sentido de poderem responder à questão número 3.

Perante a impossibilidade de conhecer todas as viaturas do Museu, selecionamos algumas de cada categoria. Assim, a visita começava com a apresentação do Coche de Filipe II que é o mais antigo da coleção, revelando, por isso, características arcaicas que o distinguem dos restantes coches, nomeadamente dos do século XVII, dos quais se destaca o Coche de D. Maria Francisca Isabel de Saboia, que apresenta uma grande inovação relativamente ao anterior e que consiste num mecanismo de suspensão designado pescoço de cisne que lhe confere maior estabilidade. Desta forma, os alunos seriam capazes de identificar as principais características dos modelos arcaicos e dos modelos mais recentes, identificando as principais diferenças e as principais inovações, respondendo, desta forma, à questão número 4.

Do século XVIII existem vários exemplares no Museu, destacando-se os coches do reinado de D. João V que se caracterizou pelo realce da figura régia através da etiqueta, do luxo e da magnificência permitidos pelas minas de ouro e de diamantes do Brasil. Neste momento, os alunos iriam, a partir da leitura de um documento e da resposta à questão 5.1., relembrar as grandes linhas de força da política joanina, das quais se salienta o reforço do prestígio da Coroa através, por exemplo, do envio de embaixadas ao estrangeiro, nas quais se destacavam os coches magníficos que constituíam verdadeiros símbolos de poder e de autoridade na época barroca, aspeto também abordado no decurso da visita, onde se procurou retomar alguns dos conceitos e conteúdos lecionados no 8.º ano de escolaridade, procurando dirigir a atenção dos alunos para algumas características da arte barroca que se podiam encontrar nos coches presentes no Museu, nomeadamente o uso de talha dourada. Desta forma, procuramos, através da apresentação do Coche de D. Maria Ana da Áustria, do Coche de D. João V, do Coche da Mesa e dos Coches da Embaixada ao Papa Clemente XI, mostrar aos alunos as principais características dos coches barrocos e os temas neles retratados, o que permitiria aos alunos responder à questão número 6.

Para além do Barroco, o século XVIII ficou marcado por uma outra corrente artística, o rococó ou *rocaille*, que derivou do estilo barroco, aproveitando muitas das suas características, mas que se diferenciou deste por ser menos imponente, mais alegre e intimista quer na escolha do tema e dos motivos quer na escolha dos materiais, tamanhos e cores. Neste sentido, decidimos abordar as principais diferenças entre estas duas correntes, recorrendo ao Coche de D. Maria Francisca Benedita, um exemplar deste estilo artístico, e que levaria os alunos a responder ao que era solicitado na questão número 7.

Outro tipo de viaturas presente no Museu é as berlindas que se distinguem dos coches por terem as rodas traseiras e dianteiras ligadas por duas varas laterais e por duas correias de couro que se instalavam entre os rodados, o que lhes conferia uma maior estabilidade, aspeto que os estudantes poderiam visualizar aquando da apresentação de uma Berlinda da Casa Real, da Berlinda de D. Maria I e da Berlinda da Cama, que se pensa ter sido levada para o Brasil por D. João VI, uma vez que era mais alta e resistente do que os coches e possuía um sistema de arejamento adequado às altas temperaturas do Rio de Janeiro.

Dentro da categoria das berlindas, existem umas com características próprias, denominadas berlindas processionais, das quais apresentamos a Berlinda Processional de Nossa Senhora do Cabo. No final da apresentação de todas as viaturas, os alunos seriam capazes de responder à questão número 8.

A partir dos finais do século XVIII, as viaturas começaram a ser mais modestas em virtude de um conjunto de razões, das quais podemos salientar a influência do sentido prático e simplificador dos ingleses que acabou por se divulgar em Portugal aquando da deslocação da Família Real para o Brasil, onde deixou muitas das suas viaturas. Este aspeto permitiu-nos explorar os antecedentes da implantação do liberalismo em Portugal que surge no domínio “*O Liberalismo – Ideologia e Revolução, Modelos e Práticas nos Séculos XVIII e XIX*” e no subdomínio “*A implantação do Liberalismo em Portugal*” temática lecionada nas aulas dos dias 22 e 24 de janeiro pela colega estagiária. Com base nesta informação, os alunos seriam capazes de responder à questão 9.1. que dizia respeito a uma pergunta de desenvolvimento, na qual os discentes

teriam de explicar as causas e as consequências da deslocação da Família Real para o Brasil a partir de um esquema que lhes era fornecido.

O aumento da influência dos ingleses refletiu-se na utilização de um novo veículo: a carruagem, que era mais segura do que os coches e do que as berlindas. Assim, a partir da explicação dada sobre a Carruagem da Coroa, os discentes deveriam ser capazes de perceber que isso se devia ao facto de a suspensão da caixa ser feita por correias curtas em forma de C, por se terem introduzido lanternas e por se ter elevado o banco do cocheiro, respondendo à pergunta número 10.

A visita seguiria com a apresentação de uma outra viatura, a sege, da qual se pode distinguir dois tipos: as seges de quatro rodas, das quais escolhemos a Sege das Plumas, e as seges de duas rodas, como a Sege dos Óculos, que apresentamos para demonstrar aos alunos as principais vantagens deste veículo e que se prendiam com a rapidez e facilidade da deslocação e com a privacidade que permitiam pelo facto de possuírem cortinas e de poderem ser conduzidas pelo próprio ocupante, informações úteis para a resposta à questão 11.1.

O Museu tem ainda duas viaturas que são muito semelhantes, as liteiras e as cadeirinhas, das quais seleccionamos dois exemplares, por forma a demonstrar aos alunos as suas principais diferenças, o que lhes permitiria responder à pergunta 12.1. Deste modo, salientamos que, enquanto as liteiras eram viaturas maiores, com espaço para duas pessoas, uma à frente da outra, com portas laterais e varais fixos, pois eram conduzidas por mulas, as cadeirinhas eram espaços mais pequenos, só cabendo uma pessoa, com uma porta à frente e varais amovíveis já que eram conduzidas por dois ou quatro homens com a ajuda de correias de couro suspensas nos ombros.

De seguida, apresentamos o Carrinho de Passeio oferecido por Vítor Emanuel II ao futuro rei D. Carlos I, quando este, com apenas 5 anos de idade, se dirigiu a Turim com a sua mãe para participar no casamento do príncipe Humberto de Saboia e ser apresentado à família materna como futuro rei de Portugal. Com isto, pretendíamos mostrar aos alunos que também existiam viaturas destinadas à realização de passeios e que constituíam uma réplica dos carros utilizados pelos adultos.

Para terminar a visita, decidimos apresentar uma breve explicação sobre duas viaturas extraordinárias que não se enquadram nas categorias mencionadas anteriormente e que são o Landau do Regicídio e a Mala-Posta.

O Landau do Regicídio é uma das viaturas mais célebres do Museu Nacional dos Coches e permitiu-nos explorar um importante acontecimento da História de Portugal, o regicídio de D. Carlos e do príncipe herdeiro D. Luís Filipe em 1 de fevereiro de 1908, que levaria à Implantação da República em 1910 e que os alunos ainda não tinham abordado nesse ano. As várias explicações fornecidas visavam munir os alunos das informações necessárias para responder às questões 13.1 e 13.2.

Por sua vez, a apresentação da Mala-Posta permitiu-nos recordar os alunos que havia veículos que não se destinavam ao transporte exclusivo de passageiros, mas também de correio e de bagagens, constituindo os primeiros transportes públicos entre cidades, o que lhes permitiria responder à última questão do guião.

Esta visita foi muito bem recebida pelos alunos e, embora tenham existido alguns imprevistos tecnológicos, tudo se resolveu e puderam visitar o Museu Nacional dos Coches tal como tinham proposto no início do ano letivo, embora de uma forma um pouco diferente do habitual, mas que, na nossa opinião, permitiu que os discentes percebessem que o ensino é um processo em constante adaptação.

Para além de compreender a importância das visitas de estudo no processo de aprendizagem ao nível da aquisição e consolidação de conhecimentos, este estudo também procurava conhecer a perceção dos alunos sobre as visitas de estudo e de que modo é que podem contribuir para o desenvolvimento da consciência patrimonial dos jovens. Para tal, decidimos elaborar, utilizando a plataforma *Google Forms*, um inquérito por questionário (Anexo 9) que visava averiguar a opinião dos alunos acerca desta experiência de aprendizagem, procurando compreender os aspetos positivos e negativos da mesma, a forma como os alunos a percebem e a sua influência na aprendizagem da História, além de tentar entender o que é que os discentes estariam dispostos a fazer para preservar o património histórico-cultural que os rodeia e com o qual estão em contacto direto durante as visitas de estudo.

Este questionário é composto por três partes. Como tal, inicia com uma nota introdutória onde explicamos aos inquiridos a razão do estudo e asseguramos o

anonimato dos dados recolhidos. De seguida, temos um grupo direccionado para os dados pessoais dos alunos (Género e Idade) e outro para o levantamento das opiniões dos estudantes relativamente à visita de estudo realizada e à importância deste tipo de estratégias para a aprendizagem de História e para o desenvolvimento da consciência patrimonial dos jovens.

Este instrumento, enviado no dia 8 de junho aos 50 alunos envolvidos na visita, é bastante simples, redigido na 2.^a pessoa do singular de modo a criar empatia com os inquiridos, e composto por questões fechadas e abertas que, além de nos possibilitarem conhecer as preferências dos alunos, permitem que estes expressem as suas ideias e justifiquem as suas posições, proporcionando uma análise mais rica dos dados.

Os questionários foram submetidos a uma análise quantitativa com exceção das perguntas de resposta aberta que exigem uma metodologia própria, designada análise de conteúdo, muito frequente em investigações educacionais e que é, segundo Esteves (2006), “sempre um trabalho de economia, de redução da informação, segundo determinadas regras, ao serviço da sua compreensão para lá do que a apreensão de superfície das comunicações permitiria alcançar” (p. 107). Como tal, depois de recolher os dados, procedeu-se a uma leitura flutuante “para que o investigador se deixe impregnar pela natureza dos dados recolhidos e pelos sentidos gerais neles contidos a fim de começar a vislumbrar o sistema de categorias a usar para o tratamento” (Esteves, 2006, p. 113), à qual se seguiu a categorização das respostas que nos auxiliou na interpretação dos dados.

3.2. Apresentação, análise e discussão dos dados

Após a apresentação da metodologia e dos instrumentos de recolha dos dados, iremos apresentar todos os dados que obtivemos a partir do guião de exploração da visita de estudo e do inquérito por questionário, procedendo à sua análise de modo a responder às nossas questões de partida que agora retomamos:

- a) Será que as visitas de estudo contribuem para a aquisição e consolidação de conhecimentos?

- b) Qual é a percepção dos alunos relativamente à importância das visitas de estudo para a aprendizagem de História?
- c) De que modo é que as visitas de estudo podem contribuir para o desenvolvimento da consciência patrimonial dos jovens?

3.2.1. Guião de Exploração da Visita ao Museu Nacional dos Coches

Como já tivemos oportunidade de mostrar, a visita de estudo ao Museu Nacional dos Coches foi acompanhada de um guião de exploração que deveria orientar os alunos na retenção da informação e que visava compreender a importância das visitas de estudo na aprendizagem de História, nomeadamente ao nível da aquisição e consolidação de conhecimentos.

Dos 50 alunos que compunham a nossa amostra, apenas 47 responderam ao guião de exploração, não o entregando dois alunos do 11.º A e um aluno do 11.º B, mesmo sabendo que este constituía um elemento de avaliação.

A partir da análise deste instrumento de recolha dos dados, é possível constatar que os resultados foram satisfatórios, como comprova a média global dos trabalhos que foi de 14,18 e a distribuição das classificações por nível: 1 aluno teve *Insuficiente*, 22 alunos foram avaliados com *Suficiente*, 18 alunos tiveram *Bom* e 6 alunos obtiveram *Muito Bom*, ou seja, de um total de 47 alunos, apenas 1 teve negativa, sendo que a nota mais alta foi de 19 valores e a nota mais baixa de 6,4 valores.

Contudo, para que se compreenda o verdadeiro impacto das visitas de estudo na aprendizagem é necessário realizar uma análise mais detalhada (Anexo 10) tendo em conta a percentagem de sucesso obtida em cada questão.

Neste sentido, é possível verificar que a questão em que os alunos tiveram mais dificuldade foi a 5.1., na qual deveriam indicar, a partir da análise de um documento, três aspetos que caracterizaram a ação governativa de D. João V, e cuja percentagem de sucesso foi 2,2. De facto, a maior parte dos alunos limitou-se a transcrever o documento, não o interpretando, confirmando o que já tínhamos comprovado com os testes de avaliação, nos quais os alunos revelavam grandes dificuldades na interpretação

e incorporação da informação contida nos documentos nas respostas. No entanto, esperávamos melhores resultados, uma vez que esta temática já tinha sido lecionada e, como tal, mesmo que os alunos não fossem capazes de interpretar o documento, deveriam ter conhecimentos para responder à questão, o que não aconteceu em grande parte dos casos.

A par desta questão, outras 6 obtiveram uma percentagem de sucesso inferior a 50%, nomeadamente a questão 2 (17%), 4.1. (12,8%), 7.2. (23,4%), 8.1. (14,9%), 9.1. (4,3%) e 12.1. (48,9%), destacando-se a questão 9.1., na qual os alunos deveriam desenvolver a temática, já lecionada, da deslocação da Família Real para o Brasil, explicando as suas causas e consequências a partir de um esquema que lhes era fornecido.

Nesta questão, apenas 2 alunos obtiveram a cotação máxima (30 pontos), destacando-se a cotação de 2 pontos que foi obtida por 8 alunos, sendo, por isso, a mais frequente. A média obtida nesta questão foi de 13,2 num total de 30 pontos. As principais dificuldades sentidas prendem-se com o desenvolvimento e organização dos conteúdos, na medida em que grande parte dos discentes se limitou a enumerar as causas e as consequências desse fenómeno sem apresentar qualquer explicação ou estabelecer articulação entre elas, algo preocupante para turmas do Ensino Secundário que serão sujeitas a uma avaliação externa no final do nível de ensino. Para além disso, os alunos demonstraram grandes dificuldades ao nível da comunicação escrita, apresentando erros de morfologia e de sintaxe.

Na questão 2, a baixa percentagem de sucesso prende-se, na nossa opinião, com uma leitura superficial da pergunta, já que muitos dos alunos obtiveram uma cotação mais baixa, porque apenas classificaram as afirmações como verdadeiras ou falsas, não corrigindo as falsas como era solicitado.

Outra dificuldade sentida e que se verifica na questão 4.1. está relacionada com a seleção de informação. Nesta questão, os alunos tinham de identificar as características do Coche de Filipe II que evidenciavam o seu carácter arcaico, sendo que apresentaram todas as características deste coche que foram mencionadas na visita, não efetuando uma seleção, embora, tenham questionado sobre esse aspeto, que foi devidamente esclarecido.

Por fim, os alunos revelaram algumas dificuldades em estabelecer diferenças, tal como nos demonstram as respostas às questões 7.2., 8.1. e 12.1., nas quais era solicitado que os alunos distinguíssem, respetivamente, o barroco do rococó, o coche da berlinda e as liteiras das cadeirinhas, o que pode resultar de uma má compreensão de um dos aspetos, o que dificulta a diferenciação do outro.

Pelo contrário, as tarefas que apresentaram uma maior percentagem de sucesso foram as questões 1 (85%), 6.1. (97.9%), 6.4. (80,9%), 7.1. (87,2%) e 13.2. (87,2%), que dizem respeito a perguntas de completamento, associação e de resposta curta, não envolvendo o uso de competências do pensamento crítico, criativo e complexo, sendo que a questão que obteve maior percentagem de sucesso (6.1.) apenas pretendia que os alunos identificassem o estilo artístico que definia os coches do reinado de D. João V.

As restantes questões do guião obtiveram uma percentagem de sucesso que se situa entre os 55,3% e os 78,7%, ou seja, resultados satisfatórios.

Em suma, tendo em conta os resultados obtidos nos guiões, podemos compreender que os alunos revelam algumas dificuldades na interpretação de fontes e na integração da informação contida nas mesmas nas respostas, na redação de perguntas de desenvolvimento, na expressão escrita e na seleção de informação.

Quanto ao impacto desta atividade na aquisição e consolidação de conhecimentos, concluímos que as questões que se destinavam à consolidação de conhecimentos foram as que obtiveram uma maior percentagem de insucesso, com exceção da questão 6.1. que obteve a maior percentagem de sucesso, por oposição às questões que visavam a aquisição dos conhecimentos, o que nos parece pouco revelador sobre o real impacto das visitas de estudo no processo de ensino-aprendizagem, uma vez que os alunos não tiveram contacto direto com a realidade tal como pretendíamos no âmbito desta investigação e que não foi possível pelos motivos já enunciados.

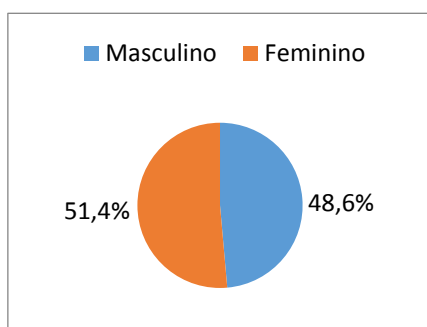
3.2.2. Inquérito por Questionário

Após a realização da visita de estudo, os alunos tiveram de responder a um inquérito por questionário que visava compreender qual é a sua importância para a

aprendizagem de História e de que modo é que estas contribuem para o desenvolvimento da consciência patrimonial.

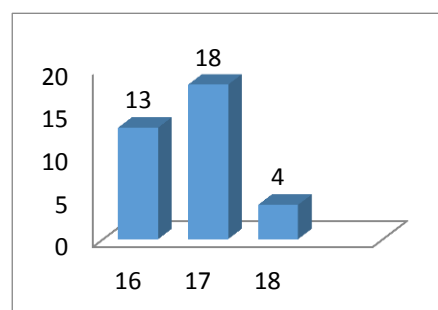
Apesar de ter sido enviado para um total de 50 alunos, apenas obtivemos 35 respostas, das quais 51,4% (18 alunos) pertencem ao género feminino e 48,6% (17 alunos) pertencem ao género masculino, existindo, por isso, um certo equilíbrio entre os dois géneros. Dos 35 alunos, 13 (37,2%) têm 16 anos de idade, 18 (51,4%) têm 17 e quatro (11,4%) têm 18, pelo que a média de idades ronda os 16,7 anos.

Gráfico 1- Distribuição da amostra quanto ao género



Fonte: dados recolhidos por nós

Gráfico 2 - Distribuição da amostra quanto à idade



Fonte: dados recolhidos por nós

No que concerne à avaliação que os alunos fizeram da visita de estudo ao Museu Nacional dos Coches, 33 alunos (94,3%) gostaram de a realizar ao contrário de dois alunos (5,7%) que não apreciaram esta atividade.

Por conseguinte, procurámos saber quais foram os aspetos que os alunos consideraram como positivos e/ou negativos no decurso da visita, procedendo-se a uma categorização das respostas que apresentamos de seguida.

Tabela 1 - Categorização dos aspetos positivos mencionados como resposta à pergunta “Indica os aspetos que consideraste positivos e/ou negativos no decurso da visita”.

Categorias	Respostas
Aprendizagens Desenvolvidas	[3] Neste caso, a visita deu-me a conhecer mais sobre o passado como os monarcas e as pessoas se deslocavam e

	também toda a riqueza exposta nas viaturas que vi. [4] Fiquei a saber mais sobre os vários coches do século XIX. [5] Permitiu ter mais conhecimento sobre cada um dos coches e a sua relação com a História de Portugal. [7] As curiosidades e as informações gerais contribuíram para a sistematização de conhecimentos já adquiridos, bem como para aquisição de novos. [16] O aspeto positivo é o facto de aprendermos tudo sobre os coches. [17] Gostei bastante da visita na medida em que mesmo não estando no próprio sítio consegui adquirir bastante informação e aprender mais acerca do museu e de todos os coches. [18] Consegui entender muito melhor os coches, cadeirinhas, etc. e, mesmo não estando lá, a visita foi interessante. [19] Foi uma boa forma de obter a matéria e bastante cativante. [23] Esta visita foi uma ótima maneira de aprender sobre este museu e as suas viaturas em casa. [24] O ponto positivo é a consolidação de conhecimentos. [27] Aprendizagem e conhecimento de certas culturas e descobertas. [28] Como aspetos positivos, penso que é mais fácil assimilar a informação e estar concentrado, uma vez que é uma forma diferente de o fazer. [32] Toda a informação apresentada cultiva o conhecimento dos alunos. [33] Permitiu conhecer melhor a matéria em estudo.
Dinamização da visita e Papel do Professor	[1] Tranquilidade e apazibilidade do passeio. [2] Gostei do modo como a visita foi feita. [6] As explicações eram fáceis de compreender e estavam muito bem organizadas. [7] Penso que a narração da professora tornou a visita mais interativa e cativante. [9] Gostei da maneira calma e objetiva como a professora explicou. [13] O aspeto positivo foi o facto de não ter de sair de casa para realizar a visita, tendo no PowerPoint toda a informação necessária acompanhada pela explicação da professora. [16] Entre outras coisas foi bastante cativante para a visita a sua estrutura. [20] A forma como foi explicada passo a passo. [26] Achei muito interessante a forma como a professora conseguiu realizar esta visita sem nos termos de deslocar ao local.

	[29] Bastante interessante e boa comunicação, gostei bastante. [30] Foi uma visita muito bem organizada e cativante para a aprendizagem de História.
Contacto direto com o objeto de estudo	[10] Considerei bastante positivo o facto de, através dos áudios da professora, conseguirmos sentir que estávamos, de facto, no respetivo museu. [21] Ver os antigos coches foi uma experiência interessante.
Inovação	[8] Gostei muito do facto de ter sido possível reinventar a visita de um modo engraçado, diferente e dinâmico. [15] A visita foi muito interessante e foi bastante inovadora. [25] Gostei em geral da visita, foi uma forma engraçada e inovadora de responder às dificuldades que vão sendo apresentadas por esta pandemia.
Sem categoria	[11] Um aspeto positivo foi a diversidade.

Fonte: dados por nós recolhidos

Tendo em conta as respostas dadas, é possível compreender que os aspetos que os alunos consideraram positivos na realização da visita podem enquadrar-se em quatro categorias, nomeadamente: Aprendizagens desenvolvidas; Dinamização da Visita e Papel do Professor; Contacto direto com o objeto de estudo e Inovação.

De todas, salientam-se as aprendizagens desenvolvidas ao longo da visita, o que nos demonstra a importância da visualização dos espaços para uma aprendizagem significativa, e a forma como esta foi dinamizada, com destaque, em alguns casos, para o papel da professora enquanto orientadora do processo de ensino-aprendizagem, o que vai ao encontro de Almeida (1998) quando afirma que, quando “o professor é o responsável pela programação, planificação e dinamização, existe então uma melhor adequação às características dos alunos” (p. 75).

Além disso, dois alunos destacaram o contacto direto com o objeto de estudo e três mencionaram a inovação que esteve subjacente à visita e que permitiu, nas palavras dos mesmos, “responder às dificuldades que vão sendo apresentadas pela pandemia” (Questionário 25).

Por sua vez, três alunos gostaram de tudo, salientando que “a visita foi interessante, mesmo para quem não se interessa por este tipo de coisas” (Questionário

35), não especificando nada em concreto, e o mesmo número de alunos não apresentou nenhum aspeto positivo. Por fim, um aluno mencionou a diversidade como o aspeto que considerou mais positivo.

Relativamente aos aspetos negativos, apenas nove alunos salientaram o facto de a visita ter sido virtual, o que não permitiu uma experiência sensorial tão rica, comprometendo, na opinião de um aluno, a noção de espaço, tal como se pode comprovar pela categorização das respostas.

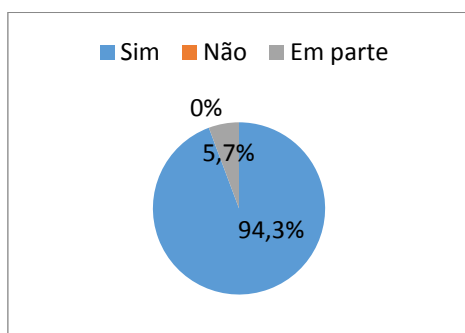
Tabela 2 - Categorização dos aspetos negativos mencionados como resposta à pergunta “Indica os aspetos que consideraste positivos e/ou negativos no decurso da visita”.

Categorias	Respostas
Visita Virtual	[12] O único aspeto negativo foi simplesmente o facto de não termos oportunidade de o visitar mesmo, ao deslocarmo-nos ao local. [13] Como aspeto negativo foi o facto não ser uma visita de campo, pois é sempre mais divertido aprender no local da ação. [17] O que não achei tão positivo foi o facto de que como não estávamos presencialmente a ver as coisas não conseguíamos perceber o quanto eram bonitas e luxuosas. [18] A visita teria sido muito mais interessante se estivéssemos mesmo no museu e se tivéssemos visto os coches, etc. ao vivo. [21] Foi pena não poder ter realizado a visita em pessoa, pois seria muito mais interativa. [24] O facto de não poder ver a exposição pessoalmente. [31] O facto de ser virtual torna tudo menos interessante. [33] Não foi possível ter noção do espaço que estava a visitar. [34] Muito menos interativa sendo virtual.

Fonte: dados recolhidos por nós.

Quando questionados sobre se as visitas de estudo poderiam ser uma boa forma de aprender História, 33 alunos (94,3%) afirmaram que sim, enquanto dois alunos (5,7%) consideraram que isso podia acontecer apenas em parte, não existindo nenhum aluno a responder negativamente.

Gráfico 1 - Respostas à pergunta “Consideras que as visitas de estudo são uma boa forma de aprenderes História?”



Fonte: dados recolhidos por nós

De seguida, pedimos aos alunos que justificassem as suas opções. Como tal, entre os alunos que consideraram a visita como uma estratégia útil para a aprendizagem de História, 15 alunos destacaram o facto de as visitas os motivarem para a aprendizagem pelo seu carácter lúdico e pelo facto de se realizarem num ambiente mais descontraído. Por sua vez, 18 alunos salientaram a facilidade da compreensão dos conteúdos da disciplina e a sua consequente assimilação, já que as visitas lhes permitem um contacto direto com o objeto de estudo, possibilitando, desta forma, a concretização do saber teórico. Existe, ainda, um aluno que referiu a possibilidade de contactar com novos espaços, outro que mencionou o desenvolvimento das relações humanas interpessoais e mais um que se limitou a referir que as visitas são muito educativas (Tabela 3).

Tabela 3 - Categorização das respostas à pergunta “Porquê?”

Categorias	Respostas
Motivação e Componente lúdica	[1] É uma forma de nos interessarmos mais pela matéria e, ao mesmo tempo, interioriza-la de uma forma mais divertida. [4] Pois as visitas fazem com que nós estejamos mais interessados na matéria. [6] Porque os adolescentes têm mais vontade de aprender e estar mais atentos quando vão a visitas de estudo. [7] Considero que são uma forma interativa de conhecermos a história, pelo que se torna mais cativante, a meu ver.

	[9] Torna a história mais interessante. [14] Penso que sim, pois é uma maneira diferente de aprender sobre a história do nosso país. [15] Porque é uma forma de nós absorvermos informação de uma maneira mais fácil e mais divertida. [17] As visitas de estudo são uma maneira mais animada e entretida de aprendermos História. [18] Porque ao mesmo tempo que nos estão a explicar a matéria, a falar sobre os coches, etc., conseguimos ver aquilo, o que torna muito mais interessante e menos aborrecido. [19] Porque é uma forma diferente de aprender e que nos cativa mais. [20] Na minha opinião, o aparato muitas vezes apresentado por obras históricas e também de arte cativa mais a pessoa a olhar com atenção para cada pormenor. [24] Mais interativo. [26] Visitas de estudo são uma forma interativa de aprender História. [29] Acho que é uma forma mais criativa e cativante para aprender, visto que os alunos não estão apenas a olhar para os PowerPoint ou para um papel mas sim a conhecer objetos e sítios da época em questão. [32] Dado que não se realizam todos os dias, desperta um maior interesse nos alunos que talvez não se interessem em ambiente de sala de aula.
Facilita a aprendizagem	[2] Porque nos permite visualizar o que já estudamos em alguns casos. [3] As visitas de estudo são uma boa forma de aprender História pois através da visita de locais podemos ter um contacto mais direto com aquilo que estamos a aprender e assim alargamos os nossos conhecimentos sobre o assunto. [5] Porque permite que tenhamos um melhor contacto com os elementos da matéria que se está a dar no momento. [6] Penso que é sempre bom nós visualizarmos, se possível, os conteúdos aprendidos em sala de aula. [8] São uma ótima maneira de observarmos os factos com os nossos próprios olhos, podermos ver e tocar coisas com História. [10] A disciplina de História engloba vários assuntos e/ou temas que podem ser muito melhor entendidos quando visitamos, no caso do nosso país, os monumentos/museus/ruas... que correspondem à matéria dada, uma vez que com o seu visionamento fica mais fácil a compreensão e, também, a imaginação. [11] Numa visita de estudo é possível viver a história de

	certa forma e assim aprender. [12] Porque temos uma visão mais pormenorizada das coisas. [13] A meu ver, as visitas de estudo na disciplina de História são fundamentais uma vez que ao ver os locais, juntamente com a explicação, consigo absorver melhor a matéria. [16] Porque estamos a aprender onde de verdade se passaram as coisas. [21] Ajudam-me a relacionar e em parte entender melhor a matéria lecionada, dando-me uma nova perspetiva. [22] Porque podemos ver e saber melhor aquilo se passou com a explicação de quem nos guia na visita e com aquilo que vemos. [23] Porque ao observar aquilo que estamos a estudar podemos ter uma maior perceção da sua história. [25] A partir das visitas de estudo nós podemos perceber o ambiente e o local onde ocorreu a história, muito melhor do que estar numa sala de aula onde só podemos imaginar. [28] Mais fácil assimilar informação, uma vez que não é só teoria, mas também observação de objetos ou edifícios ou locais onde passaram acontecimentos importantes da história que complementam a teoria. [30] Porque vemos a História em primeira mão, permitindo-nos expandir a imagem que temos dos tempos antigos e ficar a entender melhor o quotidiano dos nossos antepassados. [33] Porque permite que conheçamos melhor a história e o património de Portugal. [35] Estar em contacto direto com os objetos e ambientes ajuda a perceber melhor a matéria.
Contacto com novos espaços	[2] Permite sairmos da escola para conhecermos novos sítios.
Fomento das Relações Humanas	[8] Além de reforçar as relações humanas...
Sem categoria	[27] Porque são muito educativas.

Fonte: dados por nós recolhidos

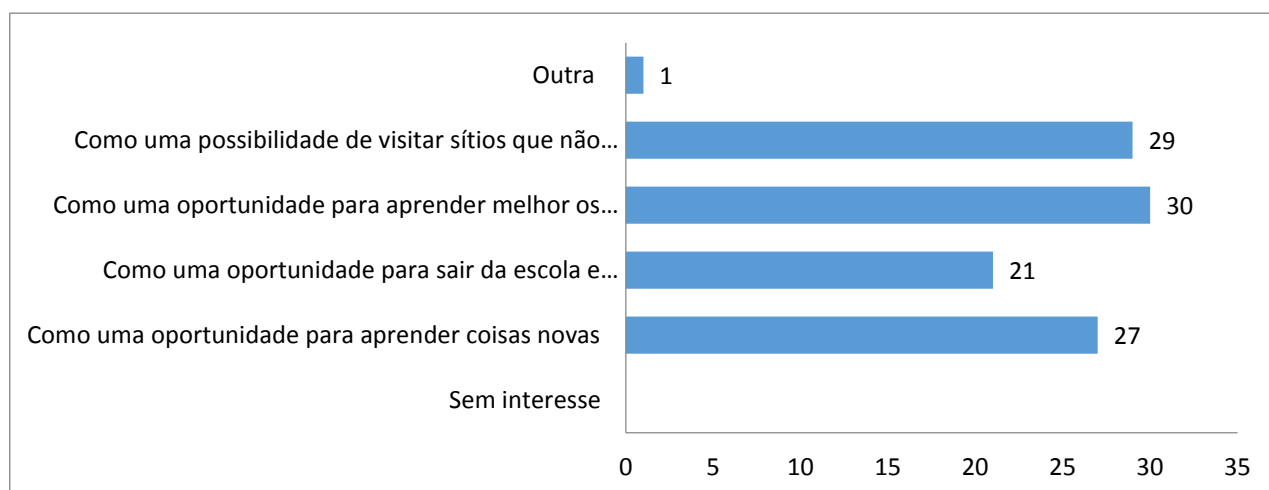
Neste sentido, podemos concluir que as principais razões apontadas pelos alunos para justificarem a importância das visitas de estudo para a aprendizagem de História vão ao encontro das potencialidades didáticas desta estratégia demonstradas por vários autores e apresentadas por nós no Capítulo 1 deste relatório de estágio.

Já os alunos que consideraram que as visitas de estudo contribuem apenas em parte para a aprendizagem de História (dois alunos) mencionaram a dificuldade de retenção da informação como um dos obstáculos à sua eficácia total.

Depois de procurarmos compreender a importância das visitas de estudo para os alunos, questionámos a forma como as encaram no âmbito da aprendizagem de História, apresentando seis opções de resposta (*Sem interesse; Como uma oportunidade para aprender coisas novas; Como uma oportunidade para sair da escola e divertir-me; Como uma oportunidade para aprender melhor os assuntos das aulas; Como uma possibilidade de visitar sítios que não conheces; Outra*), sendo que os alunos podiam seleccionar mais do que uma hipótese.

Verificamos que 30 alunos veem as visitas de estudo como uma oportunidade para aprender melhor os assuntos das aulas, 29 alunos como uma possibilidade de visitarem sítios que não conhecem, 27 alunos consideram-nas uma oportunidade para aprender coisas novas e 21 encaram-nas como uma oportunidade para sair da escola e divertir-se. Apenas um aluno seleccionou a opção “Outra” e a opção “Sem interesse” não foi seleccionada por nenhum estudante.

Gráfico 2 - Respostas à pergunta “Na tua opinião, para que servem as visitas de estudo no âmbito da aprendizagem de História?”



Fonte: dados recolhidos por nós

Deste modo, podemos concluir que os alunos encaram as visitas de estudo como uma excelente oportunidade para consolidar os conhecimentos e adquirir novos, além de lhes permitirem visitar novos sítios. Por outro lado, um grande número de alunos também salienta o carácter lúdico das visitas de estudo, embora não as encarem como um mero momento de convívio, uma vez que também lhes reconhecem valor didático, com exceção de um aluno que apenas selecionou a opção “Como uma oportunidade para sair da escola e divertir-me”.

Embora apenas um aluno tenha selecionado a opção “Outra”, foram quatro os alunos que decidiram especificar outras funções das visitas de estudo para além das mencionadas na questão anterior. Assim, um deles destacou a importância desta estratégia para a formação para a cidadania na medida em que “incute bons valores nos estudantes” (Questionário 1). Outro aluno salientou o papel das visitas de estudo no fomento das relações humanas interpessoais e para a concretização do saber teórico por meio do contacto direto com a realidade. Por fim, dois alunos destacam o ambiente descontraído e o convívio permitido por esta estratégia de aprendizagem.

Tabela 4 - Categorização das respostas à pergunta “Se respondeste outra, especifica qual.”

Categorias	Respostas
Formação para a Cidadania	[1] Também servem para incutir bons valores nos estudantes.
Fomento das Relações Humanas	[8] O reforço de ligações interpessoais entre alunos e entre aluno-professor.
Concretização do saber teórico	[8] A oportunidade de constatar coisas que ouvimos falar na vida real.
Convívio e lazer	[11] Conviver com a turma. [22] Para relaxar.

Fonte: dados por nós recolhidos

Por fim, procurámos perceber o que é os alunos estariam dispostos a fazer para preservar o património histórico-cultural que os rodeia. As respostas dadas a esta questão foram categorizadas como se pode ver na tabela seguinte.

Tabela 5 - Categorização das respostas à pergunta “O que estarias disposto(a) a fazer para preservar o património histórico-cultural que te rodeia?”

Categorias	Respostas
Divulgação e conhecimento por parte da sociedade	[1] Estaria disposto a ensinar quem eu conseguir a ganhar gosto pelo património cultural. [4] Publicar sobre o património histórico-cultural para que mais pessoas saibam sobre a importância que este tem. [7] A preservação do património pode ser garantida através do respeito pelo mesmo e pela sua valorização, através da criação de cartazes que difundissem o seu valor histórico, bem como a importância da sua valorização. [8] Por um lado, penso que divulgar informação, mostrar a importância do património se revela de grande importância, porque saber é poder e reveste-se de grande magnitude o facto de podermos ensinar aos outros e dar a conhecer o nosso património. [11] Educar as pessoas que conheço para a importância do mesmo. [12] Continuar a saber sempre mais sobre a importância do património histórico e cultural. [13] A divulgação de espaços histórico-culturais junto de amigos ou através das redes sociais. [14] Estaria disposto a divulgar em redes sociais e a dar a conhecer aos meus amigos e familiares. [18] Talvez tentaria levar os meus amigos e familiares a esses locais para eles tomarem conhecimento e divulgarem para outras pessoas. [19] Fazer publicidade desse património, pois muito dele por vezes não é do conhecimento de toda a gente. [20] Creio que a preservação de aspetos históricos é muito bom a nível cultural, para o proteger basta a sociedade ter noção do valor cultural e por vezes monetário que a História tem no nosso dia-a-dia. [21] Recomendar o local à família. [27] Participar em mais visitas de estudo. [28] Ensinando os mais novos a preservar o património. [30] Divulgar para que as pessoas deem mais importância à cultura que formou Portugal. [32] Estaria disposto a aprender na escola aspetos culturais do meu país de maneira a não deixá-lo morrer.
Proteção/Manutenção	[3] Acho que devemos preservar o nosso passado, pois foi algo que fez parte da história do mundo em que vivemos, então na minha opinião, concentrar objetos históricos em museus é uma forma muito importante de deixar tudo preservado. Também ter mais cuidado com os monumentos expostos a todas as pessoas para que a nossa geração futura

	tenha a mesma oportunidade que nós de conhecer tudo o que conhecemos. [5] Fazer manutenção anual em todos os museus do país que contêm património histórico-cultural. [6] Estaria disposta a tentar minimizar os impactos ambientais que danificam o património. [15] Na minha opinião, o património é muito importante e interessante para muitas pessoas e, por isso, todos devemos ter o máximo cuidado quando visitamos um museu para não danificarmos nenhum objeto. [17] Garantir que todos respeitam e cuidam do património de maneira a garantir que a próxima geração o tem de maneira tão bonita, agradável e preservado para que possam usufruir da mesma maneira que nós. [19] Ir restaurando-as. [29] Estaria disposta a proteger locais e outros edifícios que são importantes, pois são provas da nossa história. [30] Planear a minha visita previamente para não visitar monumentos em horas que estejam muitas pessoas, porque o excesso de movimento e peso sobre as infraestruturas históricas influencia muito no seu bom estado. Para além disso, devo, de todas as maneiras, respeitar as medidas que protegem os elementos históricos. [33] Fazer manutenção anual a todos os museus que contêm património histórico-cultural.
Investimento no Património	[8] Por outro lado, visitar regularmente museus e outros locais culturais, de modo a patrocinar, de certa forma, o espaço cultural português, e apoiar quem o gere. Por último também gostaria de realizar um part-time numa dessas instituições para dar um contributo para essa preservação. [23] Criar uma associação que se encarrega do tratamento dos coches. [25] Eu infelizmente não posso fazer nada, mas se o pudesse acho que investia dinheiro nas equipas que estão a trabalhar na conservação dos coches. [28] Estaria disposto a ajudar financeiramente locais que fossem pagos, como os museus, visitando-os mais vezes.
Não Sabe	[26] Não sei. [31] Não sei. [35] Não sei o que poderia fazer para o preservar.
Sem categoria	[2] Ter mais atenção e respeitar mais. [16] Sim, eu faria de tudo mas nem sempre é possível, mas espero que as pessoas percebam o quanto é bom aprender e realizar visitas de estudo onde tudo se passou.

Fonte: dados por nós recolhidos

Tendo em conta as respostas dos alunos, consideramos que as suas intenções relativamente à preservação do património histórico-cultural se enquadram em quatro categorias: Divulgação e Conhecimento por parte da sociedade; Proteção/Manutenção; Investimento no Património e Não Sabe.

Assim, a maior parte dos alunos salientou que estaria disposta a conhecer mais sobre o património, através da realização de visitas de estudo, por exemplo, e a divulgá-lo à sociedade através das redes sociais e de cartazes, já que este possui não só valor cultural, mas também económico, tal como afirma um aluno.

Para além disso, alguns alunos destacam a importância de proteger o património, tendo cuidado aquando da visita a certos espaços como museus, musealizando o património, restaurando-o e efetuando manutenções, havendo estudantes que consideram que proteger o património é importante para que as gerações futuras também possam ter acesso, uma vez que este constitui uma fonte histórica.

Existem, ainda, alguns discentes que estariam dispostos a investir na preservação do património, sobretudo através da criação de equipas e associações que teriam como função a conservação e restauração do mesmo, destacando-se um aluno que estaria disposto a realizar um “*part-time* numa dessas instituições” (Questionário 8).

Por sua vez, cinco alunos afirmaram estar dispostos a preservar o património, mas não especificam nenhuma medida em concreto. Por fim, um aluno mencionou que estaria disposto a “ter mais atenção e respeitar mais” (Questionário 2) e outro afirmou que “faria de tudo, mas nem sempre é possível, mas espero que as pessoas percebam o quanto é bom aprender e realizar visitas de estudo onde tudo se passou” (Questionário 16).

Em suma, a partir da análise dos inquéritos por questionário, é possível compreender a perceção dos alunos sobre a importância das visitas de estudo para a aprendizagem de História e de que modo é que estas contribuem para o desenvolvimento da consciência patrimonial dos jovens.

Neste sentido, os alunos inquiridos demonstraram que as visitas de estudo são uma boa forma de aprender História, uma vez que estas os motivam para a aprendizagem e facilitam a compreensão dos conteúdos, na medida em que constituem momentos lúdicos, nos quais a aprendizagem se concretiza por intermédio do contacto

direto com o objeto de estudo, pelo que os conteúdos ganham significância e evidência e a aprendizagem torna-se significativa. Para além disso, destacam o papel das visitas no desenvolvimento das relações humanas, embora este aspeto não tenha sido particularmente evidente na visita desenvolvida no âmbito desta investigação, uma vez que foi virtual.

Outro aspeto que os alunos consideraram de especial relevância para a eficácia das visitas de estudo é a forma como estas são dinamizadas, sendo que grande parte deles destacou o papel da professora estagiária na dinamização da visita.

De uma maneira geral, e contrariando, de certo modo, os resultados dos guiões de exploração da visita de estudo, os discentes referiram que as visitas de estudo contribuem para a aquisição e consolidação de conhecimentos.

No que concerne ao desenvolvimento da consciência patrimonial dos jovens que se reflete, entre outros aspetos, no reconhecimento da importância da valorização e da preservação do património, podemos concluir que as visitas de estudo assumem um papel de relevo.

Na realidade, os alunos elencaram algumas medidas para preservar o património histórico-cultural, das quais se destacam a importância da divulgação das fontes patrimoniais e consequente conhecimento por parte da sociedade, bem como a necessidade de proteger e conservar o património, permitindo que este legado possa ser admirado pelas futuras gerações. De uma forma menos expressiva, também, referem o investimento no património como forma de o preservar.

Considerações Finais

O ensino não se caracteriza pela simples relação entre professores e alunos, uma vez que muitos outros fatores influenciam o processo de aprendizagem, nomeadamente o meio em que a aprendizagem decorre e a origem social dos envolvidos nesse processo, pelo que todo o processo de ensino-aprendizagem deve partir da experiência dos alunos para que estes se sintam motivados para aprender, cabendo ao professor este papel através da seleção de estratégias de aprendizagem estimulantes e adequadas aos alunos, nas quais se possa conjugar o lúdico com a aprendizagem, como os jogos, as teatralizações e, sobretudo, as visitas de estudo, tema central deste relatório.

Como tal, este trabalho teve como desiderato compreender se as visitas de estudo tinham efeitos no processo de aprendizagem, nomeadamente ao nível da aquisição e consolidação de conhecimentos, e no desenvolvimento da consciência patrimonial dos jovens.

Para tal, realizámos uma visita de estudo ao Museu Nacional dos Coches com duas turmas do 11.º ano que, devido às circunstâncias que estamos a viver, teve de sofrer adaptações, transformando-se numa visita de estudo virtual, o que constitui uma das limitações do nosso trabalho e que foi identificada pelos alunos como um aspeto negativo, mas que não nos impede de refletir sobre as vantagens desta estratégia didática e a sua receção por parte dos discentes, embora as conclusões a que chegamos não possam ser generalizadas.

Neste sentido, esta investigação permitiu concluir que as visitas de estudo são uma estratégia que agrada muito aos alunos pelo seu carácter lúdico, motivando-os para a aprendizagem, o que pode, na sua opinião, facilitar a compreensão dos conteúdos, já que o saber teórico e abstrato que se encontra nos manuais assume-se como real graças ao contacto direto com o objeto de estudo. Para além disso, destacam o papel das visitas de estudo ao nível da aquisição e consolidação de conhecimentos.

De facto, os resultados obtidos nos guiões de exploração demonstram que as visitas de estudo contribuem para a aprendizagem, como se pode verificar pela média global dos alunos que foi de 14,18 valores. No entanto, os dados não são tão claros quanto ao contributo desta estratégia para a consolidação de conhecimentos, uma vez que as perguntas que visavam o feedback relativamente aos conteúdos já lecionados

foram as que obtiveram maior percentagem de insucesso, aspeto que poderá ser trabalhado de forma mais aprofundada numa investigação futura através, por exemplo, da análise dos resultados obtidos nos testes de avaliação referentes às temáticas abordadas na visita. Apesar disso, acreditamos que existe uma relação muito positiva entre as visitas de estudo e a aprendizagem de História, sendo que aquelas contribuem para a assimilação dos conhecimentos históricos.

No que concerne ao reconhecimento da importância da valorização e preservação do património histórico-cultural, indicador de desenvolvimento da consciência patrimonial, os alunos enumeram algumas medidas para preservar o património, ressaltando uma preocupação evidente com a necessidade de divulgação e conhecimento por parte da sociedade e com a necessidade de conservação, por forma a que o património, visto como fonte histórica e garante da memória coletiva, possa ser admirado pelas gerações seguintes, o que transmite uma certa sensibilidade patrimonial.

Contudo, a partir das respostas dadas pelos alunos, foi possível perceber que, embora estejam cientes da necessidade e importância da preservação do património, a maioria dos discentes não tem uma noção clara do conceito de património, identificando-o apenas com os monumentos e as peças que se encontram nos museus. Esta situação poderia ter sido resolvida com a aplicação de um questionário exploratório que nos daria informações sobre as concepções prévias dos alunos relativamente a este assunto, permitindo-nos orientar melhor a nossa intervenção no sentido de os educar sobre esta temática, além de nos permitir compreender o real impacto das visitas de estudo na educação patrimonial através da comparação das respostas dadas pelos alunos antes e depois da realização da visita.

Além do mais, consideramos que o facto de terem surgido obstáculos à realização da visita física que impediram o contacto presencial com o património também se reflete nos resultados obtidos e que constitui, como já referimos anteriormente, a grande limitação deste trabalho.

Apesar de tudo, estamos convictos de que as visitas de estudo são uma estratégia muito útil para motivar os alunos para a aprendizagem, na qual eles participam ativamente, renovando, deste modo, as práticas pedagógicas e adaptando-as aos desafios da sociedade atual. Assim, apesar de ser uma atividade muito trabalhosa e que, por

vezes, se encontra condicionada por vários obstáculos, como aconteceu na presente investigação, não deve deixar de ser levada a cabo, sobretudo quando o interesse máximo da Escola é o sucesso dos alunos, pelo que, ao longo do nosso percurso profissional enquanto docentes, tencionamos continuar a implementá-la sempre que possível, tendo presente as suas potencialidades quando devidamente planeada e avaliada como qualquer outra estratégia e não encarada como um mero momento de convívio.

Referências Bibliográficas

AGÊNCIA LUSA (2015, 19 de Setembro). Projeto arquitetónico do Museu Nacional dos Coches recebe prémio internacional. *Observador*. Disponível em: <https://observador.pt/2015/09/19/projeto-arquitetonico-do-museu-nacional-dos-coches-recebe-premio-internacional/>. [Consulta realizada em 02/03/2020].

ALMEIDA, A. (1998). *Visitas de estudo: conceções e eficácia na aprendizagem*. Lisboa: Livros Horizonte.

ALVES, L. A. (2009). A Função Social da História. *E-F@bulações*, n.º 5, 18-22. Porto: Faculdade de Letras da Universidade da Universidade do Porto. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7245.pdf>. [Consulta realizada em 21/07/2020].

ALVES, L. A. (2014). *A História Local como estratégia para o ensino da História*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/8786/2/4880.pdf>. [Consulta realizada em 27/07/2020].

ARAÚJO, S. I. (2017). “*Só se ama o que se conhece...*”: *Contributos da História Local no Ensino da História* (tese de mestrado). Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/108721>. [Consulta realizada em 20/05/2020].

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA (1986). Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro – Lei de Bases do Sistema Educativo Português. *Diário da República*, I Série, n.º 237, 3067-3081. Disponível em: <https://dre.pt/application/file/a/222361>. [Consulta realizada em 03/09/2020].

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA (2001). Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro – Lei de Bases do Património Cultural Português. *Diário da República*, I Série – A, n.º 209, 5808-5829. Disponível em: <https://dre.pt/application/file/a/629698>. [Consulta realizada em 02/09/2020].

BARCA, I.; SOLÉ, G.; PINTO, H.; FACAL, R.; GIL, T. & SABATÉ, M. (2015). Educação Histórica e Patrimonial – novos desafios. In SOLÉ, G. (org.). *Educação*

patrimonial: contributos para a construção de uma consciência patrimonial (55-75). Braga: Centro de Investigação em Educação da Universidade do Minho. Disponível em: http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/40238?fbclid=IwAR0IAqq38lhO2RE6qfl2y-p7R2ZE17PF2XnR0ObQW-eZ_IeJy7RyS5TaqcQ. [Consulta realizada em 23/08/2020].

BARROSA, B. (coord.) (2003). *O meu Dicionário da Língua Portuguesa*. Maia: Edições Nova Gaia.

CÂMARA MUNICIPAL DE MATOSINHOS (2006). *Carta Educativa do Concelho de Matosinhos*. Matosinhos: Câmara Municipal de Matosinhos. Disponível em: https://www.cm-matosinhos.pt/cmmatosinhos2020/uploads/writer_file/document/23266/carta_educativa_do_concelho_de_matosinhos.pdf. [Consulta realizada em 10/09/2020].

CARDOSO, A. & PEREIRA, M. (2016). A Escola e a Educação Patrimonial: Perspetivas de intervenção. *Millenium – Journal of Education, Technologies and Health*, 38 (15), 107-123. Disponível em: https://revistas.rcaap.pt/millenium/article/view/8253?fbclid=IwAR1dwSAcV88Vka7wQnAqH0ckwc2_Y4at4wV7RyDv765whrdY6FPg8x84N7Q. [Consulta realizada em 10/08/2020].

CARVALHO, C. L. (2017, 5 de Dezembro). Museu dos Coches candidato a Museu Europeu do Ano. *Time Out Lisboa*. Disponível em: <https://www.timeout.pt/lisboa/pt/noticias/museu-dos-coches-candidato-a-museu-europeu-do-ano-120517>. [Consulta realizada em 05/03/2020].

CARVALHO, C.C. (2012). *Visitas de estudo virtuais: contributos para uma outra aprendizagem da História na era da sociedade da informação* (tese de mestrado). Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/66396/2/27943.pdf>. [Consulta realizada em 15/07/2020].

COELHO, S.O & AMARAL, H. (2015, 18 de Maio). A longa viagem dos coches até ao novo Museu. *Observador*. Disponível em: <https://observador.pt/especiais/longa-viagem-dos-coches-ate-ao-novo-museu/>. [Consulta realizada em 02/03/2020].

EDITORES DA TIME OUT LISBOA (2018, 29 de Março). Museu dos Coches distinguido como uma das melhores atrações de Lisboa. *Time Out Lisboa*. Disponível em: <https://www.timeout.pt/lisboa/pt/noticias/museu-dos-coches-distinguido-como-uma-das-melhores-atraccoes-de-lisboa-032918>. [Consulta realizada em 02/03/2020].

ESJGZ (2019 a). *Projeto Educativo 2018-2022*. Matosinhos: Escola Secundária João Gonçalves Zarco. Disponível em: <https://www.zarco.pt/site/index.php/documentos-orientadores/>. [Consulta realizada em 10/09/2020].

ESJGZ (2019 b). *Regulamento de atividades de grupos e turmas a desenvolver no exterior do espaço escolar*. Matosinhos: Escola Secundária João Gonçalves Zarco. Disponível em: <https://www.zarco.pt/site/index.php/regulamentos/>. [Consulta realizada em 20/11/2019].

ESTEVES, M. (2006). Análise de conteúdo. In J. Lima & J. Pacheco (orgs.), *Fazer Investigação: Contributos para a elaboração de dissertação e teses* (105-126). Porto: Porto Editora.

FARIA, A. R. (2014). *Visitas de estudo: um desafio pedagógico no ensino da História* (tese de mestrado). Instituto Politécnico de Viana do Castelo, Viana do Castelo. Disponível em: http://repositorio.ipv.pt/handle/20.500.11960/1585?locale=pt_PT. [Consulta realizada em 22/05/2020].

FRANÇA, J.A. (1989). *A reconstrução de Lisboa e a arquitetura pombalina*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

HORTA, M.; GRUNBERG, E. & MONTEIRO, A. (1999). *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: IPHAN. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf. [Consulta realizada em 17/8/2020].

LEAL, D. F. (2010). *As saídas de estudo na aprendizagem da Geografia e da História* (tese de mestrado). Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/54890/2/tesemestdanielaleal000122785.pdf>. [Consulta realizada em 13/10/2019].

MACEDO, S. C. (1989). *Museu Nacional dos Coches*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural.

MARTINS, G. (coord.) (2017). *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*. Lisboa: Ministério da Educação e Ciência. Disponível em: https://dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto_Autonomia_e_Flexibilidade/perfil_dos_alunos.pdf. [Consulta realizada em 25/11/2019].

MENDES, C. (coord.) (2001 a). *Programa de História A 10.º, 11.º e 12.º aso. Curso Científico-Humanístico de Ciências Sociais Humanas. Formação Específica*. Lisboa: Ministério da Educação, Departamento do Ensino Secundário. Disponível em: https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Secundario/Documentos/Programas/historia_a_10_11_12.pdf. [Consulta realizada em 30/11/2019].

MENDES, C. (coord.) (2001 b). *Programa de História B (10.ºano). Curso Científico-Humanístico de Ciências Socioeconómicas*. Lisboa: Ministério da Educação, Departamento do Ensino Secundário. Disponível em: https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Secundario/Documentos/Documentos_Disciplinas_novo/Cursos_Cientifico_Humanisticos/historia_b_10.pdf. [Consulta realizada em 17/12/2019].

MENDES, C. (coord.) (2002). *Programa de História B (11.º ano). Curso Científico-Humanístico de Ciências Socioeconómicas*. Lisboa: Ministério da Educação, Departamento do Ensino Secundário. Disponível em: https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Secundario/Documentos/Documentos_Disciplinas_novo/Cursos_Cientifico_Humanisticos/historia_b_11.pdf. [Consulta realizada em 17/12/2019].

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (1991 a). *Programa de História do 3.º Ciclo do Ensino Básico*, v.1. Lisboa: Ministério da Educação. Disponível em: https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/eb_hist_programa_3c_1.pdf.

[Consulta realizada em 05/12/2019].

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (1991 b). *Programa de História do 3.º Ciclo do Ensino Básico*, v.2. Lisboa: Ministério da Educação. Disponível em: https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/eb_hist_programa_3c_2.pdf.

[Consulta realizada em 05/12/2019].

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2018 a). *Aprendizagens Essenciais de História A: 10.º*. Lisboa: Ministério da Educação e Ciência. Disponível em: <https://www.dge.mec.pt/aprendizagens-essenciais-ensino-secundario>.

[Consulta realizada em 25/11/2019].

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2018 b). *Aprendizagens Essenciais de História A: 11.º*. Lisboa: Ministério da Educação e Ciência. Disponível em: <https://www.dge.mec.pt/aprendizagens-essenciais-ensino-secundario>.

[Consulta realizada em 25/11/2019].

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2018 c). *Aprendizagens Essenciais de História A: 12.º*. Lisboa: Ministério da Educação e Ciência. Disponível em: <https://www.dge.mec.pt/aprendizagens-essenciais-ensino-secundario>.

[Consulta realizada em 25/11/2019].

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2019). Despacho normativo n.º 6147/2019, de 04 de Julho. *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 126, 18990-18992. Disponível em: https://dre.pt/web/guest/home/-/dre/122920121/details/3/maximized?serie=II&parte_filter=31&dreId=122920077.

[Consulta realizada em 15/12/2019].

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL (1948). *Museu nacional dos Coches: Guia do Visitante*. Lisboa: Direção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes.

NASCIMENTO, E. (2015). Patrimônio, memória e identidade: perspectivas da Educação Histórica. In PRATS, J.; BARCA, I. & FACAL, R. (org.). *Historia e Identidades*

Culturales (1051-1061). Braga: Centro de Investigação em Educação da Universidade do Minho. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/41768>. [Consulta realizada em 06/08/2020].

NUNES, G. M. (1996). A História Regional e Local – Contributos para o estudo das identidades locais. *Cadernos De Sociomuseologia*, 8 (8), 71-81. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/282>. [Consulta realizada em 05/08/2020].

OLIVEIRA, H. (2012). As potencialidades didáticas das visitas de estudo: a perceção dos alunos sobre a aprendizagem desenvolvida. Comunicação apresentada no *XIII Coloquio Iberico de Geografía: Respuestas de la Geografía Ibérica a la crisis actual*. Santiago de Compostela: Unidixital, 1680-1687. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/64778>. [Consulta realizada em 09/10/2019].

PIMENTEL, A. (coord.) (2004). *Programa de História da Cultura e das Artes. Cursos Científico-Humanísticos de Artes Visuais e de Línguas e Literaturas (11.º e 12.º anos) e Cursos Artísticos Especializados de Artes Visuais, Dança, Música e Teatro (10.º, 11.º e 12.º anos)*. Lisboa: Ministério da Educação, Departamento do Ensino Secundário. Disponível em: https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Secundario/Documentos/Programas/historia_cult_artes_10_11_12.pdf. [Consulta realizada em 13/12/2019].

PINTO, H. (2016). *Educação Histórica e Patrimonial: Conceções de alunos e professores sobre o passado em espaços do presente*. Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória». Disponível em: https://catalogo.up.pt/exlibris/aleph/a23_1/apache_media/3BDIB2EGCLKCAGEKKI8XLQE9T1BQP8.pdf. [Consulta realizada em 21/01/2020].

PINTO, T.A. (2015). *A visita de estudo virtual como estratégia pedagógica: uma experiência no 1.º ciclo do Ensino Básico* (tese de mestrado). Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, Porto. Disponível em: <https://recipp.ipp.pt/handle/10400.22/7918>. [Consulta realizada em 19/07/2020].

QUIVY, R. & CMAPENHOUDT, L. (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

REBELO, B. (2014). *Visitas de estudo: uma estratégia de aprendizagem* (tese de mestrado). Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Instituto de Educação, Lisboa. Disponível em: <http://recil.grupolusofona.pt/handle/10437/5908>. [Consulta realizada em 23/07/2020].

SAINT-EXUPÉRY, A. (2015). *O Príncipezinho*. Lisboa: Dom Quixote.

SERRÃO, V. (2003). *O Barroco*. Lisboa: Presença.

SILVA, F. R. (1999). *História Local: Objetivos, métodos e fontes*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/8247/2/3226.pdf>. [Consulta realizada em 30/07/2020].

SILVA, M. M (1977). *O Museu Nacional dos Coches*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

TAVARES, R. (2005). *O pequeno livro do grande terramoto: ensaio sobre 1755*. Lisboa: Tinta-da-China.

VALE, F. A. (2019). *A visita de estudo na didática da História* (tese de mestrado). Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/121669>. [Consulta realizada em 03/05/2020].

Webgrafia

- <http://museudoscoches.gov.pt/pt/>. [Consulta realizada em 20/02/2020].
- <http://www.360cities.net/>. [Consulta realizada em 09/07/2020].
- <http://www.airpano.com/>. [Consulta realizada em 09/07/2020].
- <http://www.arounder.com/>. [Consulta realizada em 08/07/2020].
- <http://www.googleartproject.com/>. [Consulta realizada em 20/02/2020].
- <http://www.icomos.pt/>. [Consulta realizada em 09/08/2020].
- <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf>. [Consulta realizada em 23/09/2020].
- <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/>. [Consulta realizada em 09/08/2020].
- <https://artsandculture.google.com/exhibit/carrinhos-pequenos-para-os-pequenos/JAfiAC6JA6BvIQ>. [Consulta realizada em 20/02/2020].
- <https://artsandculture.google.com/exhibit/como-se-chama-este-coche/GAICAg37xQhOLw>. [Consulta realizada em 21/02/2020].
- <https://artsandculture.google.com/exhibit/uma-longa-viagem-os-coches-e-os-seus-mitos/oQKS3YZJ242zIg>. [Consulta realizada em 21/02/2020].
- <https://artsandculture.google.com/exhibit/um-passeio-vossa-majestade/TALyCunY0SafKQ>. [Consulta realizada em 21/02/2020].
- <https://artsandculture.google.com/exhibit/viagem-ao-novo-mundo-a-corte-portuguesa-no-brasil/5gLSumB0octrLg>. [Consulta realizada em 22/02/2020].
- <https://artsandculture.google.com/search?q=museu+nacional+dos+coches>. [Consulta realizada em 20/02/2020].
- <https://en.unesco.org/about-us/introducing-unesco>. [Consulta realizada em 09/08/2020].
- <https://my.matterport.com/show/?m=crADZwGeEXF>. [Consulta realizada em 25/02/2020].
- <https://observador.pt/pesquisa/?q=museu+dos+coches>. [Consulta realizada em 02/03/2020].

https://www.timeout.pt/lisboa/pt/search#/?sort=relevance&q=museu%20dos%20coches&viewstate=list&page_number=1. [Consulta realizada em 05/03/2020].

Anexos

Anexo 1 – Plano de Aula Sobre a Política Pombalina

Domínio: A Europa nos Séculos XVII e XVIII – Sociedade, Poder e Dinâmicas Coloniais			
Subdomínio: Construção da Modernidade Europeia			
Sumário: Portugal – o projeto pombalino de inspiração iluminista.		Tempo letivo: 100 minutos	Turma: 11ºB (27.11.2019) e 11.ª A (29.11.2019)
Aprendizagens Essenciais: • Valorizar o contributo dos progressos do conhecimento e da afirmação da filosofia das Luzes para a construção da modernidade europeia.		Conceitos: Iluminismo: Corrente filosófica que se desenvolveu na Europa do século XVIII e que se caracterizou pela crítica à autoridade política e religiosa, pela afirmação da liberdade e pela confiança na Razão e no progresso da Ciência, como meios de atingir a felicidade humana. Originárias da Inglaterra e da Holanda, as “Luzes” fizeram da França o seu principal centro e daí irradiaram para a Europa e para o Mundo. Despotismo esclarecido ou iluminado: regime político em que o rei tem o poder absoluto (é um déspota) mas justifica a sua autoridade através do pensamento iluminista. O rei, iluminado pela razão e apoiado pelos filósofos iluministas, propõe reorganizar o reino para o bem público e o progresso. Estrangeirados: portugueses que, vivendo no estrangeiro, traziam para Portugal as ideias iluministas.	
Situação-problema: “O Marquês de Pombal: O Homem, o Diplomata e o Estadista” (Joaquim Veríssimo Serrão)			

Questões-orientadoras:

- Como se caracterizou a ação governativa do Marquês de Pombal no que diz respeito às instituições políticas?
- Como se caracterizou a política social pombalina?
- Quais as principais medidas tomadas pelo Marquês ao nível do ensino?
- Como se desenvolveu a reorganização urbana de Lisboa após o terramoto de 1755?

Conteúdos	Indicadores de aprendizagem	Estratégias de aprendizagem	Avaliação
1. Foi na lógica do despotismo esclarecido do século XVIII, que o Marquês de Pombal, enquanto Secretário de Estado do rei D. José I, levou a cabo a reforma do reino em diversas áreas, em todas trabalhando para o reforço do poder régio e o controlo das classes privilegiadas, de modo a criar um Estado autónomo, independente e superior ao resto da sociedade. Deste modo, o novo ministro procurou racionalizar o aparelho de Estado, com vista à centralização do poder. Em primeiro lugar, era preciso solucionar os	1. Caracterizar a ação governativa do Marquês de Pombal, no que diz respeito às instituições políticas.	Motivação: Visualização de um excerto de um videojogo intitulado “Assassin’s Creed Rogue”²⁴, que retrata o terramoto de Lisboa de 1755, no sentido de introduzir a temática da aula e fazer com os alunos percebam algumas das consequências deste fenómeno. 1.1. Visualização de um excerto de um vídeo da Escola Virtual intitulado “A Governação do Marquês de Pombal: medidas políticas e económicas”, no sentido de levar os alunos a identificar as principais medidas políticas tomadas pelo Marquês, nomeadamente a criação do Erário Régio, da Junta do Comércio, da Real Mesa Censória e da Intendência-Geral da Polícia. 1.2. Análise com os alunos de uma página do site do Tribunal de Contas²⁵, com o intuito de os	• Observação direta ao nível do empenho na realização das atividades propostas. • Participação oral e qualidade das intervenções. • Observação direta ao nível do comportamento.

²⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vEGBqHGyRiA>.

²⁵ Disponível em: <https://erario.tcontas.pt/pt/apresenta/historia/tc1761-1832.shtm>

problemas das finanças portuguesas fortemente depauperadas, devido especialmente ao Tratado de Methuen e à diminuição das remessas de ouro do Brasil, que originaram uma balança comercial deficitária e uma forte dependência face à Inglaterra. Por este motivo, o Marquês vai criar, em 1761, o Erário Régio que centralizava a receção das receitas públicas e a sua redistribuição por todas as despesas. Para além disso, criou, em 30 de Setembro de 1755, a Junta do Comércio, um órgão consultivo que tinha estatutos próprios. Esta junta tinha alguns poderes, nomeadamente ordenar o comércio, reprimir o contrabando, intervir na importação de produtos manufaturados, vigiar as alfândegas, coordenar a partida de frotas para o Brasil, licenciar a abertura de lojas e a atividade dos homens de negócios. Esta foi, segundo Joaquim Veríssimo Serrão, “um órgão regulador da economia portuguesa e a maior alavanca da obra pombalina para dirigir o setor comercial”. A par das finanças, Pombal preocupou-se em reformar o sistema judicial português, uma vez que se vivia num clima de grande insegurança. Deste modo, publicou imensa legislação procurando uniformizar o país em termos judiciais e anulou os privilégios da nobreza e do clero. Para além disso, criou, em 1760, a Intendência-Geral da Polícia, instituição de segurança que vai coordenar todo o sistema judicial e que vai cumprir uma		alunos perceberem o modo de funcionamento do Erário Régio. 1.3. Leitura e análise de um excerto retirado da obra <i>O Marquês de Pombal: O Homem, o Diplomata e o Estadista</i> de Joaquim Veríssimo Serrão (1987) sobre a Junta do Comércio, no sentido de levar os alunos a compreender quais as principais funções deste órgão, bem como a sua importância para o setor comercial.	
--	--	---	--

parte da missão da Inquisição. Por fim, Pombal procurou controlar os riscos da livre circulação de correntes opostas ao Despotismo e, por isso, caminhou-se para a censura de finalidade política, pelo que criou, em 1768, a Real Mesa Censória que devia examinar os livros e os papéis que deviam circular no reino. Com a criação deste organismo, o Marquês conseguia também submeter o clero à Coroa, retirando a censura da alçada da Igreja que a retomou no reinado de D. Maria I. 2. Foi na lógica do despotismo iluminado do século XVIII, que o Marquês de Pombal, enquanto secretário de Estado do rei D. José I, levou a cabo a reforma do reino em diversas áreas, em todas trabalhando para o reforço do poder régio e o controlo das classes privilegiadas. Neste sentido, procurou submeter a nobreza e a Igreja, de modo a criar um Estado autónomo, independente e superior ao resto da sociedade. A forma dura como o ministro reagia a qualquer tipo de oposição manifestou-se, pela primeira vez, em 1757, quando reprimiu violentamente um motim popular que ocorreu no Porto contra a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, executando 26 pessoas e condenando a penas e castigos vários 400 pessoas e a	2.Caracterizar a política social pombalina.	2.1. Leitura e análise de um excerto retirado da obra <i>O Marquês de Pombal: O Homem, o Diplomata e o Estadista</i> de Joaquim Veríssimo Serrão (1987) sobre o motim contra a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, com o intuito de os alunos perceberem a forma excessivamente dura como o Marquês de Pombal reagia a qualquer tipo de oposição. 2.2. Leitura e análise de um excerto retirado da obra <i>O Marquês de Pombal: O Homem, o Diplomata e o Estadista</i> de Joaquim Veríssimo Serrão (1987) sobre o atentado contra D. José I de modo a que os alunos percebam o que está na origem da perseguição à família Távora.	
--	--	---	--

própria cidade. Para a submissão da nobreza pode-se destacar o Suplício dos Távoras, acusados da tentativa de regicídio que ocorreu no dia 3 de Setembro de 1758 e condenados à morte no dia 12 de Janeiro, sendo a pena executada no dia seguinte, em Belém, com uma extrema violência como se de uma lição se tratasse contra todos aqueles que atentassem contra o rei. Depois de executados, os seus restos mortais foram queimados e as cinzas deitadas ao mar. A partir de então, a nobreza não esboçou mais nenhum ato de rebeldia contra o rei ou o ministro. Para além disto, proibiu, por decreto de 5 de Outubro de 1768, o casamento da 1ª nobreza dentro das linhagens, o que não permitia um elevado grau de pureza, pois a consanguinidade prejudicava a intelectualidade. No que diz respeito à Igreja, as convicções religiosas de Pombal não o impediram de considerar inaceitável a independência da Igreja face ao poder civil. Neste sentido, esforçou-se por submeter o clero à Coroa, pelo que criou, em 1768, a Real Mesa Censória, um organismo de censura estatal, retirando a censura da alçada da Igreja, subordinando, deste modo, o Tribunal do Santo Ofício à Coroa. Dentro do clero, a Companhia de Jesus, que detinha um papel muito importante na missão dos índios brasileiros e nas instituições de ensino, foi o alvo preferencial da animosidade do Marquês que expulsou os Jesuítas de Portugal, em		2.3. Visualização de um excerto da série “<i>O Processo dos Távoras</i>” no sentido de levar os alunos a perceber a perseguição levada a cabo pelo ministro de D. José I contra a família Távora e as suas consequências. 2.4. Leitura e análise de um excerto do <i>Decreto de expulsão dos Jesuítas</i> com o objetivo de os alunos identificarem as principais acusações que o ministro fez aos Jesuítas bem como a pena aplicada a esta ordem religiosa.	
---	--	--	--

1759, sob o pretexto de terem participado no atentado contra D. José e de estarem a levar a cabo um plano para se apossarem do Brasil. Para além disso, tomou conta da Inquisição, nomeando o seu irmão para ficar à frente do Conselho da Santa Inquisição, acabando por domesticá-la e usá-la como um instrumento de poder político. Como tal, em Outubro de 1764, decreta que os veredictos da Inquisição tinham de ser sancionados pelo rei, bem como suspende os autos de fé. Tudo isto, levou ao corte de relações com a Santa Sé durante 11 anos, mas permitiu a obediência do poder espiritual ao poder temporal. Quanto à burguesia, procurou valorizá-la, conferindo-lhe maior estatuto. Para isso, tomou duas grandes medidas, nomeadamente: – atribuição do estatuto de nobre (1770) aos grandes burgueses acionistas das companhias monopolistas; – instituição da Aula do Comércio (1759), escola comercial para os filhos dos burgueses. Ao nível social, podemos, ainda, destacar, a proibição, em 1768, da utilização da expressão “cristão-novo”, sob pena de chicoteamento público ou, em caso de repetição, de exílio para Angola. Para além disso, aboliu a escravatura na metrópole e na Índia (1761), mas não no Brasil, pois a economia brasileira assentava na escravatura.			
--	--	--	--

3. Considerando a ignorância (conotada com as trevas) o maior entrave ao progresso dos povos, a filosofia iluminista colocou o ensino no centro das preocupações dos governantes. Assim, assiste-se por toda a Europa, ao alargamento da rede de instrução pública e à renovação das antigas instituições, espírito que chega a Portugal por via dos estrangeirados, portugueses que, vivendo no estrangeiro, traziam para Portugal as ideias iluministas. Estes homens acabaram por publicar vários livros, opúsculos e ensaios onde teceram duras críticas sobre a realidade educativa portuguesa. Destes homens podemos destacar Martinho de Mendonça (“Apontamentos para a Educação de um Menino Nobre”), Ribeiro Sanches (“Cartas sobre a Educação da Mocidade”) e Luís António Verney (“Verdadeiro Método de Estudar”). Seguindo as propostas deste homem, reformou o ensino, tomando um conjunto de medidas, tais como: – a criação do Real Colégio dos Nobres, para a preparação dos filhos da nobreza; – a criação da Aula do Comércio para os filhos dos burgueses; – fundação das Escolas Menores, entre elas as de ler, escrever e contar, que eram oficiais e gratuitas; – instituição de várias classes de Latim, Grego, Filosofia e retórica para preparação para a Universidade;	3. Identificar as principais medidas tomadas pelo Marquês ao nível do ensino.	3.1. Leitura e análise de um excerto da obra <i>Cartas sobre a Educação da Mocidade</i> de António Nuno Ribeiro Sanches (página 151 do manual), no sentido de os alunos perceberem a influência dos estrangeirados na reforma do ensino, nomeadamente a influência deste autor na criação do Real Colégio dos Nobres. 3.2. Visualização de um vídeo da Escola Virtual intitulado “<i>A Governação do Marquês de Pombal: reformas do ensino</i>” com o intuito de os alunos identificarem algumas das principais medidas tomadas pelo Marquês ao nível do ensino, procedendo depois à sua sistematização num esquema por níveis de ensino. 3.3. Leitura e análise de um excerto dos <i>Estatutos da Universidade de Coimbra</i> (página 152 do manual), de modo a que os alunos compreendam a reforma da Universidade de Coimbra, destacando algumas das medidas.	
---	--	---	--

– reforma da Universidade de Coimbra, em 1772, a qual foi dotada de novos estatutos que introduziram as faculdades de Matemática e Filosofia, bem como do suporte de um laboratório de Física, de um jardim botânico e de um observatório astronómico. Por seu turno, a faculdade de Medicina adquiriu um carácter mais prático, sendo criado um teatro anatómico. Este novo ensino servia o propósito de preparar uma elite culta, de apoio à governação, colmatando a ausência dos jesuítas. 4. O nome de Pombal está muito ligado à reconstrução de Lisboa após o terramoto de 1 de Novembro de 1755 que não atingiu apenas esta cidade portuguesa, mas também outras partes do país e até Espanha. A imagem de Lisboa em ruínas originou a ajuda de várias nações, questionando-se as causas deste terramoto: para uns era castigo divino, para outros efeitos de causas naturais. O terramoto começou por volta das nove e meia da manhã e durou cerca de 7 minutos. A este grande tremor de terra seguiram-se vários incêndios e às onze da manhã Lisboa foi atingida por um tsunami. Não se sabe ao certo o número de mortos, mas a destruição foi avassaladora, ruindo cerca de 10 000 edifícios, entre os quais o Paço Real, com a sua inestimável biblioteca, a	4. Explicar como se desenvolveu a reorganização urbana de Lisboa após o terramoto de 1755.	4.1. Visualização de um vídeo da Escola Virtual intitulado “<i>A reconstrução de Lisboa após o terramoto de 1755: o reordenamento urbano</i>”, com o objetivo de os alunos compreenderem que a reconstrução de Lisboa se fez de acordo com os princípios racionalistas da época, identificando algumas das características do projeto pombalino. 4.2. Observação e análise de algumas imagens relativas à antiga e à nova cidade de Lisboa, bem como de um sistema de construção em gaiola, de modo a que os alunos percebam as principais diferenças entre a antiga e a nova Lisboa, bem como a introdução de novidades técnicas como o sistema de construção em gaiola.	
--	---	---	--

ópera, palácios, conventos e igrejas. Na altura do sismo, a família real encontrava-se no Paço de Belém, zona onde o sismo se fez sentir com pouca intensidade. Apesar de tudo isso, o rei ficou com medo de viver em edifícios de pedra, preferindo viver longe do centro em tendas montadas na Ajuda e em Belém (Real Tenda). Desde logo, destacou-se a ação de Sebastião José de Carvalho e Melo que juntamente com D. José I decidiu combater três males: a peste que ameaçava a corrupção dos cadáveres; a fome, devido à falta de alimentos; e a guerra contra os vadios que e presos que atacavam a vida e a propriedade alheias. Por este motivo, ficou célebre a frase do Marquês: “Agora há que enterrar os mortos, cuidar dos vivos e fechar os portos”. Como Secretário de Estado do Reino, o Marquês de Pombal encarregou-se da reconstrução da cidade de Lisboa, encarregando dos trabalhos os engenheiros Manuel da Maia e Eugénio dos Santos, substituído após a sua morte, em 1760, por Carlos Mardel. Depois de várias sugestões apresentadas, decidiu-se arrasar o que restava da zona atingida e proceder à sua reconstrução de acordo com o racionalismo iluminista da época, pelo que a nova cidade apresenta as seguintes características: – traçado geométrico; – ruas largas e retilíneas; – subordinação dos projetos particulares ao			
---	--	--	--

projeto estatal e proibição de qualquer elemento exterior que sugerisse a condição social dos proprietários. – sentido prático, evidenciado pelo sistema da “gaiola”, pela construção de infraestruturas de saneamento e abastecimento de água; – valorização da burguesia, através da transformação do Terreiro do Paço em Praça do Comércio. Para além disso, o Marquês decidiu mandar elevar um monumento a D. José I, esculpido por Joaquim Machado de Castro e fundido em bronze pelo tenente-coronel Bartolomeu da Costa. Esta estátua equestre foi inaugurada no dia 06 de Junho de 1775, dia em que D. José I fazia 61 anos, num cerimonial idêntico ao do descerramento da estátua de Luís XIV em Paris, em 1699. De facto, a Lisboa que se ergueu dos escombros constitui um dos mais notáveis conjuntos urbanísticos da Europa e, talvez o maior legado que os 27 anos de governação pombalina transmitiram às gerações vindouras.		Resolução da situação-problema: os alunos deverão ser capazes de comentar a frase apresentada no início da aula, demonstrando que a personalidade de Sebastião José de Carvalho e Melo pode ser dividida em três facetas: a do homem (biografia), a do diplomata	
--	--	--	--

		(a enviatura em Londres e em Viena de Áustria) e a do estadista (destacando as principais medidas tomadas por ele), como forma de sistematizar toda ação governativa do Marquês.	
Competências específicas da História: • Utilizar adequadamente fontes históricas de tipologia diversa. • Analisar textos historiográficos, identificando a opinião do autor e tomando-a como uma interpretação suscetível de revisão em função dos avanços historiográficos. • Reforçar a utilização de conceitos operatórios e metodológicos da disciplina de História. • Situar cronológica e espacialmente acontecimentos e processos relevantes, relacionando-os com os contextos em que ocorreram. • Identificar a multiplicidade de fatores e a relevância da ação de indivíduos ou grupos, relativamente a fenómenos históricos circunscritos no tempo e no espaço.			

Bibliografia:

COUTO, Célia Pinto, & ROSAS, Maria Antónia Monterroso (2019). *Um Novo Tempo da História 11º ano – 1ª Parte*. Porto: Porto Editora.

FRANÇA, José-Augusto (1978). *A reconstrução de Lisboa e a arquitetura pombalina*. Amadora: Instituto das Cultura Portuguesa.

HESPANHA, António Manuel (1993). “O Antigo Regime (1620-1807)”. In MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores.

MAXWELL, Kenneth (2001). *O Marquês de Pombal*. Lisboa: Editorial Presença.

REAL, Miguel (2005). *O Marquês de Pombal e a Cultura Portuguesa*. Lisboa: Quidnovi.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1987). *O Marquês de Pombal: o Homem, o Diplomata e o Estadista*. Lisboa: [s.n.].

SERRÃO, Joel (1984). *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas.

Anexo 2 – Proposta de Visita de Estudo Entregue à Equipa de Coordenação



Proposta de Visita de Estudo

MOODELO

Local:
Lisboa

Objetivos:
Consolidar conhecimentos sobre a situação portuguesa no século XVIII (absolutismo joanino e ação governativa do Marquês de Pombal).
Promover o reconhecimento e a valorização do Património Nacional.
Fomentar o espírito de grupo e a cooperação.
Conhecer/Per correr a Baixa Pombalina, ampliando os conhecimentos adquiridos.
Promover a interdisciplinaridade e a integração de conhecimentos de diferentes disciplinas.
Motivar os alunos para o estudo das obras literárias do programa do Ensino Secundário (especialmente Os Maias) e experienciar *in loco* os locais aí referidos, de forma a melhor apreenderem os conteúdos literários.

Ano(s)/Turma(s): 11ªA e 11ªB Total de alunos: 52

Disciplina(s) envolvida(s): História e Português

Professor Responsável: Isabel Pereira

Professor(es) Acompanhante(s):
Professora Ana Isabel Moura
Professora Estagiária Lavinia Gonçalves
Professora Estagiária Patrícia Gomes

Duração da viagem/visita: 1 dia

Partida: Data: 31/03/2020 Hora: 06:30h
Chegada: Data: 31/03/2020 Hora: 20:30h

Itinerário: Escola Secundária João Gonçalves Zarco – Museu Nacional dos Coches visita guiada – Mosteiro dos Jerónimos – Praça do Comércio - Rua Augusta – Praça do Município – Rua do Alecrim – Teatro de São Carlos visita – Rua Ivens – Rua Garrett – Chiado – Praça Luís de Camões – Teatro da Trindade – Convento do Carmo – Rossio - Escola Secundária João Gonçalves Zarco

Tipo de transporte: Autocarro Empresa: Costa Ferreira

Alojamento em: _____ Telefone: _____

Orçamento Geral

Transporte 740 € Alojamento _____ € Seguro _____ €



Página 1 de 3

MOO.DIR.15.02



Proposta de Visita de Estudo

MOODELO

Teatro São Carlos: 135€

Total: 875€

Custo Individual 16,5€ (por aluno)

Subsídios: _____

Locais/empresa(s) a visitar:
Museu Nacional dos Coches, Convento do Carmo, Teatro de São Carlos e Cidade de Lisboa, com destaque para algumas ruas e alguns locais.

Contactos a estabelecer:

Isabel Pereira	Telef: _____
Lavinia Gonçalves	Telef: _____
Patrícia Gomes	Telef: _____
Ana Isabel Moura	Telef: _____

Nesse(s) dia(s) os alunos têm a(s) seguinte(s) aula(s):

Horas	3ªfeira (11ªA)	3ªfeira (11ªB)	4ªfeira
08:15/09:05	História A	Inglês	
09:10/10:00	História A	Inglês	
10:15/11:05	Espanhol	História A	
11:15/12:05	Geografia	História A	
12:10/13:00	Geografia	Português	
13:15/14:05			
14:10/15:00		Mac	
15:10/16:00	Educação Física	Educação Física	
16:10/17:00	Filosofia	Educação Física	
17:10/18:00	Filosofia		

Matosinhos, 06 de fevereiro de 2020

O Professor Responsável: Isabel Pereira e Ana Moura

Professor(es) Acompanhante(s):
Isabel Pereira
Ana Isabel Moura
Lavinia Gonçalves
Patrícia Gomes

Aprovada em Conselho Pedagógico de _____



Página 2 de 3

MOO.DIR.15.02



Proposta de Visita de Estudo

MOE/LO

Autorizada pela Direção em ____/____/____

O Diretor

Após a aprovação de cada visita de estudo, o professor responsável deverá obter autorização da encarregada de educação. Deverá ainda informar a Direção e as restantes professoras da turma da data e horário da realização de mesma com oito dias de antecedência.

Anexo 3 – Autorização do Encarregado de Educação para a Visita de Estudo

	Autorização de visita de estudo MOODLO
_____, encarregado de educação do aluno _____, nº _____, do 11º ano, da ____ turma, do Ensino Secundário, autoriza o seu(sua) educando(a) a participar na visita de estudo a Lisboa, com o seguinte itinerário: Visita ao Museu dos Coches, Teatro S. Carlos, Baixa Pombalina, percurso pedestre na cidade de Lisboa, no dia 31 de março de 2020, com saída da Escola às 6.15 horas e com chegada prevista às 20.30 horas, participando com a quantia de 16,5 euros. Matosinhos, _____ de _____ de _____ _____ (Assinatura do encarregado de educação)	
	Página 1 de 1 MOO.DIR.16.02

Anexo 4 – Apresentação Powerpoint da Visita de Estudo



Coleção

Tipos de viaturas:

1. Viaturas de gala ou aparato
2. Viaturas de viagem
3. Viaturas de passeio

Cronologia:



Proprietários:

1. Casa Real Portuguesa
2. Igreja
3. Famílias Nobres



Coleção



Coche



Berlinda



Carruagem



Sege



Liteira



Cadeirinha



Carrinho de passeio



Coleção



Landau do Regicídio



Mala-Posta



Charabã



Coleção



Teliz



Trombeta da Charamela Real



Cocheiro-Mor



Tabardo



Rei D. Luís I



Manto da rainha D. Amélia

História

Como surgiu o Museu Nacional dos Coches?

D. Amélia

Nasceu em 1865 em Inglaterra e faleceu em 1951 em França. Foi mulher do rei D. Carlos I e a última rainha consorte de Portugal e dos Algarves desde 1889 até 1908.

Retrato da Rainha D. Amélia (1905) – óleo sobre tela
Victor Corcos
Museu Nacional dos Coches

História



Picadeiro Real (1786). Giacomo Azzolini

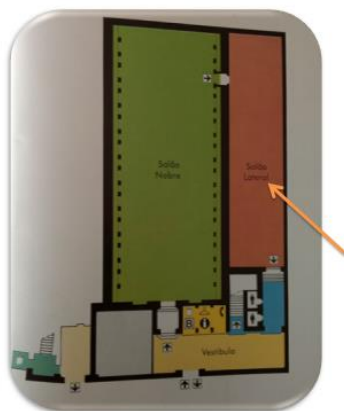
História



História



História



Planta do Antigo Museu Nacional dos Coches (1989).

Edifício

Como é o atual Museu Nacional dos Coches?

Edifício



Interior do Museu Nacional dos Coches (2015).



Auditório do Museu Nacional dos Coches (2015).

Edifício



Oficinas de Conservação e Restauro (2015).



Biblioteca (2015).

Edifício

Atualmente, o Museu Nacional dos Coches é constituído por dois edifícios:

- o Picadeiro Real;



- o novo edifício inaugurado em 2015.



Viaturas



Coche



Berlinda



Carruagem



Sege



Liteira



Cadeirinha



Carrinho de passeio

Coche

O coche é uma viatura de aparato que surgiu na cidade de Koehs na Hungria em meados do século XV e a sua utilização representa o poder aristocrático. A caixa deste veículo encontrava-se suspensa através de correntes ou correias de couro, às vezes revestidas de veludo e as suas rodas traseiras e dianteiras encontravam-se ligadas por um único varal que corria longitudinalmente o carro.



Coche de D. Pedro II (Século XVII). Trabalho Português. Museu Nacional dos Coches



Coche de Filipe II

Era um veículo conduzido por sota ou tronqueiro, não tendo, por isso, almofada para o cocheiro. Nesse lugar, apresenta uma arca para guardar os apetrechos da viagem.

[x Fechar]

Era um carro bastante difícil de manobrar, pois as rodas dianteiras eram muito grandes e encontravam-se ligadas ao eixo.

[x Fechar]

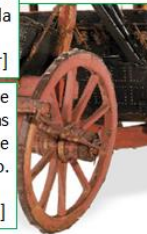
Tem caixa aberta, revestida a couro preto e preparada artística pelo que os passapeiros. Apresenta estilizadas.

O seu interior encontra-se revestido de veludo e damasco, com um teto ornamentado em talha dourada e sob as almofadas dos assentos possui um sistema de evacuação.

[x Fechar]

Em cada porta, apresenta um tamborete, onde o rei assistia às representações ou outras festividades sem ter de sair da viatura.

[x Fechar]



Coche de Filipe II (séculos XVI – XVII). Trabalho Espanhol. Museu Nacional dos Coches



Coche de D. Maria Francisca Isabel de Saboia



Absolutismo

Como se caracterizou o absolutismo joanino?





D. João V

Nasceu em 1689 e faleceu em 1750. Tornou-se rei de Portugal em 1706, tendo um dos reinados mais longos da história portuguesa que se caracterizou pelo realce da figura régia.

Retrato de D. João V (1ª metade do século XVIII) – Óleo s/tela.
Autor desconhecido.
Palácio Pimenta



Absolutismo

A análise da atuação governativa de D. João V permite detetar as seguintes linhas de força: neutralidade face aos conflitos puramente europeus, desde que não colocassem em causa o Império Português e a segurança da navegação transoceânica; adoção de uma política conducente ao aumento do prestígio da coroa junto das principais potências (Santa Sé, Inglaterra, França, Áustria e Espanha), destinada a valorizar a posição do reino através da cena internacional; defesa intransigente, intensificação de povoamento, contínua valorização e reconhecimento internacionais das fronteiras da América Portuguesa; reforço da autoridade régia e submissão da nobreza e do clero; enriquecimento dos edifícios seculares e religiosos existentes, investimento em instituições culturais, salvaguarda do património, promoção de novas e grandiosas construções e política de mecenato.

COUTO, Jorge (1998). "D. João V". In MEDINA, Henrique (dir.). *História de Portugal*, Vol. VII. Lisboa: Clube Internacional do Livro.



Barroco

O que foi o Barroco?



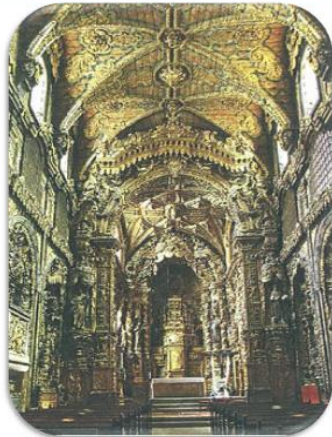
Barroco



Arte do Barroco – Origem e difusão. In PINTO, Ana Lúcia; MEIRELES, Fernanda & CAMBOTAS, Manuela Cernadas. *Ideias e Imagens 11º ano*. Porto: Porto Editora.



Barroco



Interior da Igreja de Santa Clara no Porto. In PINTO, Ana Lúcia; MEIRELES, Fernanda & CAMBOTAS, Manuela Cernadas. *Ideias e Imagens 11ª ano*. Porto: Porto Editora.



Coches do reinado de D. João V



Coche de D. Maria Ana da Áustria



Coche de D. João V



Coche da Mesa



Coche do Embaixador



Coche dos Oceanos



Coche da Coroação de Lisboa



Coches do reinado de D. João V

Principais características dos coches do reinado de D. João V:

1. Linhas curvilíneas;
2. Uso de veludos e de tecidos de seda lavrada;
3. Abundância de pinturas, esculturas e ornatos de talha dourada.



Coche de D. Maria Ana da Áustria

Coche de caixa fechada decorada ao estilo francês de Luís XIV.

[x Fechar]

O painel do alçado traseiro apresenta Minerva rodeada de figuras que simbolizam a Verdade, a Firmeza e a Felicidade.

[x Fechar]

O interior do coche é todo revestido a talha dourada e apresenta várias pinturas sobre as virtudes da rainha, representadas pelas 4 figuras localizadas nos ângulos inferiores da caixa.

[x Fechar]

Nos ângulos superiores da caixa, apresenta 4 figuras femininas que representam os 4 continentes.

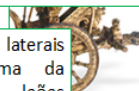
[x Fechar]

[x Fechar]

Os painéis inferiores laterais apresentam o monograma da rainha ladeado por leões adormecidos, símbolo do poder real.

[x Fechar]

Des. Museu Nacional



Coche de D. João V

É um coche de caixa fechada com janelas de vidro e linhas ondulantes que foi utilizado nas visitas de chefes de Estado estrangeiros a Portugal.

O interior é forrado a veludo vermelho.

[x Fechar]

As pinturas da caixa são da autoria de José da Costa Negreiros ou do francês Pierre Antoine Quillard.

[x Fechar]

Apresenta uma caixa com linhas sinuosas, onde aparecem várias cabeças de jovens mulheres conhecidas por "espagnolettes".

[x Fechar]

Coche de D. João V (Século XVIII). Trabalho português. Museu Nacional dos Coches



Carros Triunfais



Coche do Embaixador



Coche dos Oceanos



Coche da Coroa de Lisboa



Coche do Embaixador

Apresenta, no alçado traseiro, a figura de Tétis que é sustentada por Atlante e está a c

É possível ver a figura de Belona, divindade de origem romana, rotas num globo enquanto um Tritão seg

simboliza a conquista e empunha um escudo com [x armas do embaixador e com

No jogo dianteiro, apresenta a figura de Sileno ladeado por Minerva e Esperança.

[x Fechar]

Apresenta, ainda, a figura do Adamastor que representa os perigos que os portugueses tiveram de enfrentar no mar.

[x Fechar]

É um coche de caixa aberta revestido a tela de ouro com o interior forrado a tela de ouro e o piso inferior incrustado a marfim.

[x Fechar]

Coche do Embaixador (Século XVIII). Trabalho Italiano. Museu Nacional dos Coches



Coche dos Oceanos

É um veículo de caixa aberta revestida a veludo de seda vermelha com o interior forrado a brocado de ouro.

[x Fechar]

No alçado traseiro, está representado um episódio da história marítima portuguesa: a passagem do Cabo da Boa Esperança, em 1487.

[x Fechar]



Coche dos Oceanos (Século XVIII). Trabalho Italiano. Museu Nacional dos Coches



Coche dos Oceanos



Alçado Traseiro do Coche dos Oceanos



Coche dos Oceanos

É um veículo de caixa aberta revestida a veludo de seda vermelha com o interior forrado a brocado de ouro.

[x Fechar]

No alçado traseiro, está representado um episódio da história marítima portuguesa: a passagem do Cabo da Boa Esperança, em 1487.

[x Fechar]

No jogo dianteiro estão representados o Outono com os frutos da época e o Inverno com um braseiro.

[x Fechar]

Coche dos Oceanos (Século XVIII). Trabalho Italiano. Museu Nacional dos Coches



Coche da Coroação de Lisboa

É um veículo de caixa aberta forrada a seda vermelha, decorada com esculturas de talha dourada, em estilo barroco.

[x Fechar]



Tem um interior forrado a seda vermelha com motivos florais de ouro.

[x Fechar]

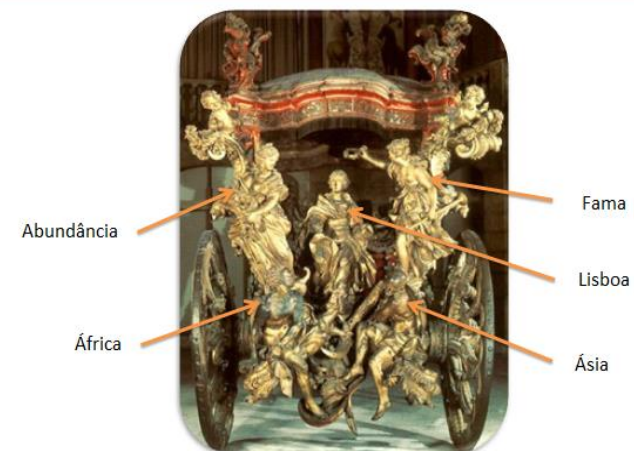
O alçado traseiro é dedicado à Coroação de Lisboa enquanto capital do Império.

[x Fechar]

Coche da Coroação de Lisboa (Século XVIII). Trabalho Italiano. Museu Nacional dos Coches



Coche da Coroação de Lisboa



Alçado Traseiro do Coche da Coroação de Lisboa



Coche da Coroação de Lisboa



Coche da Coroação de Lisboa (Século XVII). Trabalho Italiano. Museu Nacional dos Coches

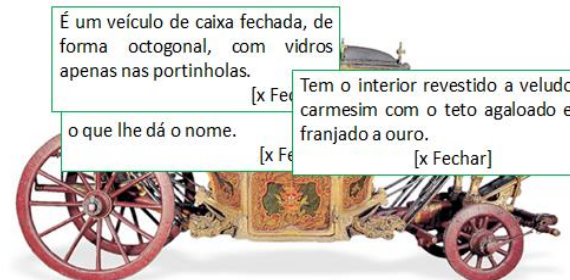


Rococó

O que é o estilo *Rocaille* ou Rococó?



Coche da Mesa



Coche da Mesa (Século XVIII). Trabalho Português. Museu Nacional dos Coches



Rococó

Características:

Estilo que se desenvolveu na Europa entre 1720 e 1760 e que se caracterizou por uma estética elegante, expressiva e naturalista. Derivou do estilo barroco, mas diferenciou-se deste por ser menos imponente, mais alegre e mais intimista.



Coche de D. Maria Francisca Benedita

É uma viatura de caixa fechada com janelas de vidro e ricamente decorada em talha dourada, com volutas, concheados e elementos vegetalistas. [x Fechar]

O interior é revestido de veludo cinzelado sobre fundo de cetim esverdeado com decoração floral de grandes dimensões. [x Fechar]

Os painéis são revestidos de pinturas da autoria de Pedro Alexandrino de Carvalho e representam cenas mitológicas. [x Fechar]

Coche de D. Maria Francisca Benedita (Século XVIII). Trabalho Português. Museu Nacional dos Coches



Berlinda

A berlinda é uma viatura que surgiu, em meados do século XVII, em Berlim, na Corte de Frederico Guilherme. Neste veículo, a caixa é suspensa por duas fortes correias de couro esticadas longitudinalmente entre as rodas, tornando este veículo mais rápido e seguro do que o coche.



Berlinda da Casa Real (Século XVII). Trabalho Francês. Museu Nacional dos Coches



Berlinda da Casa Real

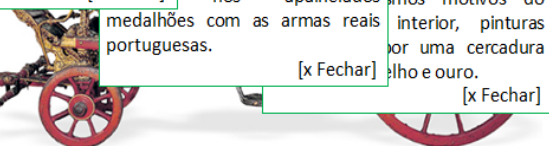
É uma viatura de caixa trapezoidal fechada com cortinas de tafetá e seda crua. [x Fechar]

O interior é revestido de veludo cinzelado em dois tons de verde

O jogo dianteiro e a tábua do motivos florais de grandes cocheiro são de talha dourada. [x Fechar]

Os painéis exteriores são pintados apainelados com motivos do medalhões com as armas reais interior, pinturas portuguesas. [x Fechar]

por uma cercadura de ouro. [x Fechar]



Berlinda da Casa Real (Século XVIII). Trabalho Francês. Museu Nacional dos Coches



Berlinda de D. Maria I

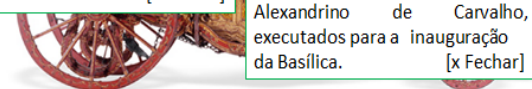
No tejadilho encontram-se as armas de Portugal e as iniciais M.P.R.P. [x Fechar]

uma caixa fechada, com elementos decorados em estilo francês de [x Fechar]

No alçado traseiro, encontra-se a figura de Apolo, rodeado pelas figuras da Geometria, da Astronomia, da Arquitetura e da Escultura. [x Fechar]

terior é forrado a veludo [x Fechar]

No exterior, encontram-se painéis pintados da autoria de Pedro Alexandrino de Carvalho, executados para a inauguração da Basílica. [x Fechar]



Berlinda de D. Maria I (Final do Século XVIII). Trabalho Português. Museu Nacional dos Coches



Berlinda da Cama

A caixa é de linhas simples pintada de verde-escuro com vivos dourados e possui um sistema de arejamento adaptado às altas temperaturas do Rio de Janeiro.

No seu interior, possui bancos rebatíveis de modo a fazer uma cama, debaixo dos quais existe um sistema de evacuação e caixas para arrumação ou transporte de utensílios.

[x Fechar]

É uma viatura robusta e pesada adequada para viagens de longa distância.

[x Fechar]

Berlinda da Cama (Início do século XIX). Trabalho Português. Museu Nacional dos Coches



Berlinda Processional de Nossa Senhora do Cabo

No tejadilho encontra-se a Coroa Real.

[x Fechar]

O interior estava reservado à imagem da Virgem que era colocada numa peanha e segura por um espigão de ferro.

[x Fechar]

No centro do cabeçal encontra-se uma águia de v

[x Fechar]

com imagens alusivas aos atributos da Virgem como o Sol, a Lua, uma casa, um farol, uma estrela, um espelho e uma haste florida.

[x Fechar]

Berlinda Processional de Nossa Senhora do Cabo (Século XVIII). Trabalho Português. Museu Nacional dos Coches

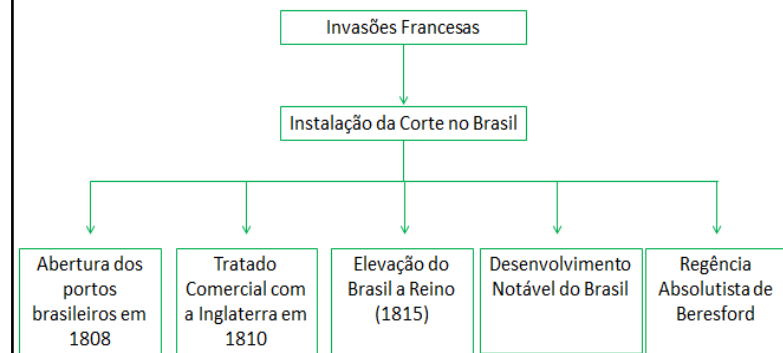


Deslocação da Corte para o Brasil

Porque razão a Família Real se deslocou para o Brasil? Quais as principais consequências deste deslocação?



Deslocação da Corte para o Brasil



Carruagem

As carruagens surgiram no século XVIII em Inglaterra e têm mais conforto e segurança do que os coches e a berlindas. Conforto porque a suspensão da caixa é feita por correias curtas e em forma de C e segurança pela elevação do banco do cocheiro e introdução de lanternas o que permite uma maior visibilidade.



Carruagem de Gala (Século XIX). Trabalho Português. Museu Nacional dos Coches



Carruagem da Coroa

Apresenta uma Coroa no tejadilho, pois serviu à coroação do rei D. Carlos, cujo monograma

O interior é à inglesa, decorado com capitoné e as molas em forma de C.

O acesso ao interior faz-se por meio de estribos desdobráveis.

Apresenta as armas reais da Casa Bragança.

Carruagem da Coroa (Século XIX). Trabalho Inglês. Museu Nacional dos Coches



Sege

A sege é um veículo que surgiu na Alemanha no século XVII com a designação de Chaise. Este carro tem dois lugares, uma meia caixa que assenta sobre duas correias de couro e as rodas ligadas por dois varais com estribos exteriores, podendo ser conduzida pelo próprio ocupante ou por um boleeiro. Podem ter duas rodas (as mais comuns) ou quatro, denominando-se traquitanas.



Sege dos Óculos (Final do Século XVIII). Trabalho Português. Museu Nacional dos Coches



Sege dos Óculos

O exterior é pintado de verde e decorado com festões e grinaldas, apresentando um brasão no alçado traseiro.

O interior é forrado a marroquim e apresenta cortinas de seda crua franjadas.

na frente, protegendo-se os ocupantes do frio e dos olhares indiscretos por meio de duas cortinas de couro preto com dois óculos envidraçados.

Sege dos Óculos (Final do Século XVIII). Trabalho Português. Museu Nacional dos Coches



Sege das Plumas

O interior é forrado a veludo carmesim com aplicações de galão e franjas.

[x Fechar]



Sege das Plumas (Século XVIII). Trabalho Português. Museu Nacional dos Coches



Liteiras

As liteiras eram um tipo de transporte sem rodas que permitia deslocações rápidas em caminhos sinuosos e estreitos e eram puxadas por mulas que se encaixavam nas varas laterais. Era constituída por uma caixa de dois lugares aberta ou, no caso dos climas mais frios, fechada.



Liteira (Século XVIII). Trabalho Francês. Museu Nacional dos Coches

Cadeirinhas

As cadeirinhas eram um tipo de transporte sem rodas carregadas por 2 ou 4 homens com a ajuda de correias de couro suspensas nos ombros e destinavam-se ao transporte de grávidas, doentes, senhoras ou membros do alto clero, sendo utilizadas nos séculos XVIII e XIX.



Cadeirinha (Século XVIII). Trabalho Português. Museu Nacional dos Coches



Carrinhos de Passeio

Os carrinhos de passeio datam do século XVIII, são carros abertos com dois assentos e um 3º na parte traseira para o pajem e destinavam-se à realização de passeios nos parques dos Palácios de Queluz, da Ajuda e de Mafra. Estes veículos podiam ser conduzidos pelo príncipe que os ocupava ou por um boleeiro.



Carrinho de Passeio (Século XVIII). Trabalho Português. Museu Nacional dos Coches



Carrinho de D. Carlos I

É um veículo de caixa aberta, com o corpo suspenso por molas e em forma de C e rico em pormenores.

[x Fechar]

O tejadilho é rematado por maçanetas de prata em forma de coroa.

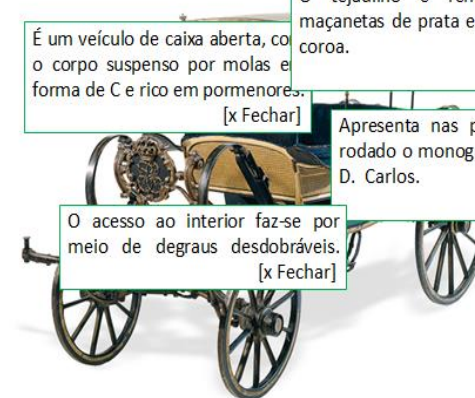
[x Fechar]

Apresenta nas portinholas e no rodado o monograma do Príncipe D. Carlos.

[x Fechar]

O acesso ao interior faz-se por meio de degraus desdobráveis.

[x Fechar]



Carruagem de Criança (2ª metade do Século XIX). Trabalho Italiano. Museu Nacional dos Coches



Landau

O landau é um carro que foi criado na cidade de Landau, na Alemanha, no final do século XVIII. É uma viatura de aparato com uma caixa com 4 lugares, frente a frente, e duas capotas de couro rebatíveis que se podem baixar ou subir, tendo janelas com vidros para baixar dos dois lados. Foi um carro muito usado nas Cortes europeias e por Presidentes da República.



Landau (Século XIX). Trabalho Português. Museu Nacional dos Coches



Landau do Regicídio

Tem o banco do cocheiro elevado.
[x Fechar]

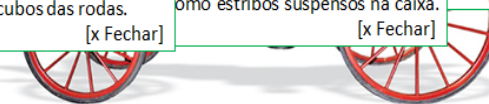
É um veículo de caixa com 4 lugares e 2 capotas em couro
[x Fechar]

Apresenta uma lanterna lateral e um travão de lado direito.
[x Fechar]

O seu interior é forrado a lã de marroquim capitoné azul-escuro.
[x Fechar]

Tem a marca do fabricante gravada nos cubos das rodas.
[x Fechar]

Apresenta o monograma de D. Carlos pintado na portinhola, bem como estribos suspensos na caixa.
[x Fechar]



Landau do Regicídio (Séculos XIX-XX). Trabalho Português. Museu Nacional dos Coches



Mala-Posta

A mala-posta é uma viatura que se destinava ao transporte de correio, de passageiros e de bagagens e que foi introduzida em Portugal em 1798 no percurso Lisboa-Coimbra com duração de 40 dias, só se estendendo ao Porto em 1856.



Mala-Posta (Século XIX). Trabalho Belga. Museu Nacional dos Coches



Anexo 5 – Locução da Visita de Estudo

Slide I

Bom dia a todos! Hoje vamos visitar, embora de uma forma um pouco diferente do que estava planeado inicialmente, o Museu Nacional dos Coches que se situa na Avenida da Índia, em Lisboa.

Slide II

Este Museu reúne viaturas de gala ou aparato, de viagem e de passeio desde o século XVI até ao século XIX pertencentes à Casa Real Portuguesa, à Igreja e a algumas famílias nobres, “formando um conjunto único no mundo, o que dá uma ideia perfeita da evolução técnica e artística dos meios de transporte de tração animal utilizados pelas Cortes Europeias durante os séculos XVII, XVIII e XIX até ao aparecimento do automóvel” (MACEDO, 1989: 4).

Slides III – V

Esta coleção é composta por coches, berlindas, carruagens, seges, carrinhos de passeio, liteiras e cadeirinhas ([clique](#)) aos quais se têm vindo a juntar, em virtude de aquisições, doações ou permutas, um conjunto de veículos extraordinários, como o Landau do Regicídio, carros de campo ou de caça, o Charabã e a Mala-Posta ([clique](#)). Para além das viaturas, o Museu possui ainda vários acessórios ligados à arte equestre, livros e instrumentos musicais, fardamentos para o pessoal do serviço das viaturas, uma coleção de indumentária civil do século XVII ao século XX, uma galeria de retratos a óleo da Família Real da Casa de Bragança e o Manto da rainha D. Amélia, uma peça de veludo cor-de-rosa bordada a prata, classificado como Bem de Interesse Nacional.

Slide VI

E como surgiu este Museu?

No século XX, a Casa Real Portuguesa possuía uma coleção de viaturas notável, quer em número quer em nível artístico que, devido, à evolução tecnológica e à redução do aparato dos atos públicos, se estava a deteriorar, pelo que a rainha D. Amélia decidiu

criar um espaço para salvaguardar as viaturas e dá-las a conhecer ao público, surgindo, deste modo, o Museu dos Coches Reais que foi inaugurado no dia 23 de Maio de 1905.

Slide VII

Quem foi D. Amélia?

D. Amélia nasceu a 28 de Setembro de 1865 em Inglaterra e faleceu em 25 de Outubro de 1951, em França. Foi mulher do rei D. Carlos I e a última rainha consorte de Portugal e dos Algarves de 1889 até 1908, quando o seu marido e o seu filho mais velho, o príncipe D. Luís Filipe, foram assassinados. Após a implantação da República em Portugal, em 5 de Outubro de 1910, exilou-se juntamente com o seu filho mais novo, D. Manuel II, o último rei de Portugal.

Slides VIII – XI

O Museu que D. Amélia fundou, situou-se, inicialmente, no Picadeiro Real, um edifício anexo ao Palácio de Belém que D. João V comprou, em 1726, a José da Silva Telo de Menezes (3º Conde de Aveiras) pela quantia de 200 000 cruzados. Este edifício foi destruído a mando de D. João, futuro D. João VI, construindo-se, em 1786, [\(clique\)](#) um novo edifício em estilo neoclássico, da autoria de Giacomo Azzolini, composto por dois pisos, que foi a 1ª morada do Museu dos Coches e que ainda pode ser visitado. No rés-do-chão encontrava-se o Salão Nobre [\(clique\)](#) com 50 metros de comprimento e 17 metros de largura e no 1º piso encontravam-se as galerias [\(clique\)](#) para a assistência e as tribunas [\(clique\)](#) para que a Família Real e a Corte pudessem assistir aos jogos equestres.

Entre 1792 e 1799, este edifício foi decorado por Francisco de Setúbal, Francisco José de Oliveira, Joaquim José Lopes (conhecido como “O Bruge”) e pelo francês Nicolau Delerive, destacando-se os motivos ligados à arte equestre [\(clique\)](#) como os que se encontram nas 3 cenas alegóricas representadas no teto do Salão Nobre.

O edifício acabou por sofrer obras, em 1904, sob a orientação de Rosendo Carvalheira, para que o espaço pudesse converter-se em museu tal como D. Amélia pretendia. Para além das obras, também as pinturas foram restauradas por José Malhoa e Conceição e Silva e o edifício inaugurou no ano seguinte, tal como vimos. Já em 1911,

após a implantação da República em Portugal, o Museu mudou de nome, passando a designar-se Museu Nacional dos Coches, nome que se manteve até à atualidade.

Desde a sua inauguração, este Museu teve muito sucesso, mas deparou-se com um problema, a falta de espaço, problema que se agravou com a implantação da República e a consequente incorporação no seu acervo de várias viaturas da extinta Casa Real, da Igreja, nomeadamente do Patriarcado de Lisboa, e de algumas famílias nobres.

Por forma a resolver este problema foi inaugurado, em 1940, [\(clique\)](#) um novo salão ao lado do Salão Nobre, da autoria do arquiteto Raul Lino que permitiu apresentar ao público mais 13 viaturas. No entanto, a falta de espaço mantinha-se, pelo que, em 1994, a Secretaria de Estado da Cultura, a cargo de Pedro Santana Lopes, adquiriu as antigas Oficinas Gerais do Exército, lugar onde se situa o atual edifício do Museu dos Coches, para se construir um novo edifício, cujo projeto foi aprovado em 2008, iniciando-se as obras a 1 de Fevereiro de 2010 sob a orientação do arquiteto brasileiro Paulo Mendes da Rocha, Prémio Pritzker em 2006, em parceria com o arquiteto português Ricardo Bak Gordon e o engenheiro Rui Furtado.

Slides XII – XV

O novo espaço, que vamos visitar hoje, foi inaugurado no dia 23 de Maio de 2015, 110 anos depois da sua fundação, tem uma área bruta de 15 177 m² e alberga dois edifícios interligados por um passadiço aéreo. No pavilhão expositivo, encontram-se duas galerias [\(clique\)](#), onde estão expostas as viaturas pertencentes à coleção permanente e diversos adereços e fardas dos séculos XVI a XIX expostos em vitrinas. Já o edifício anexo inclui uma zona de restauração, uma zona administrativa e um auditório [\(clique\)](#), com lugar para 340 pessoas [\(clique\)](#).

Este novo edifício é, ainda, constituído por Oficinas de Conservação e Restauro que visam o estudo e a requalificação da coleção, uma Biblioteca [\(clique\)](#) acessível ao público com marcação prévia onde se podem consultar obras sobre os Meios de Transporte, Equitação, Arte Equestre, História, História de Arte, Conservação e Restauro e Museologia, um Arquivo, um Serviço Educativo e um Posto de Informação

Turística. Para além disso, é rodeado pela Praça do Museu, uma zona de acesso livre que se constitui como um lugar de lazer e de passeio.

O novo edifício é amplo, branco e moderno, contrastando com o classicismo dos coches e do antigo museu, tem o chão em cimento por forma a manter as temperaturas frescas e as janelas só deixam entrar a luz solar em pontos estratégicos para não danificar as viaturas. Em 2019, recebeu o Prémio CICA de Arquitetura e esteve nomeado para o prémio Museu Europeu do Ano 2018 que acabou por ser entregue ao Museu do Design em Londres. Nesse mesmo ano, foi distinguido como uma das melhores atrações de Lisboa pela TripExpert que lhe atribuiu o prémio Experts'Choice [\(clique\)](#).

Deste modo, atualmente, o Museu Nacional dos Coches é constituído por dois edifícios:

- o Picadeiro Real de Belém, 1ª morada do Museu, onde é possível contemplar algumas viaturas, um núcleo destinado à rainha D. Amélia, pinturas dos reis de Portugal, tapeçarias e alguns acessórios equestres. Sabias que...? Neste espaço, realizaram-se, em 2017, as cerimónias fúnebres de Zé Pedro, o guitarrista dos Xutos & Pontapés.

- o novo edifício inaugurado em 2015, onde estão expostas 78 viaturas e que custou entre 39 e 40 milhões de euros.

Slides XVI

Como já referi, da coleção do Museu fazem parte diferentes tipos de viaturas, nomeadamente coches, berlindas, seges, carruagens, carrinhos de passeio, liteiras e cadeirinhas, sendo importante percebermos quais as principais características de cada modelo. Como tal, ao longo da visita, vou procurar explicar as principais características de cada viatura, apresentando algumas das viaturas mais emblemáticas. As restantes podem conhecê-las através do site do Museu Nacional dos Coches, da Visita Virtual que este museu disponibiliza ou através de uma visita em família ao espaço quando isso for possível.

Slide XVII

A nossa visita começa com a apresentação da viatura com mais expressão no Museu: o coche.

Os coches eram viaturas de aparato que surgiram na cidade de Kochs na Hungria, em meados do século XV, destinados ao transporte da Família Real, da nobreza e de elementos do alto clero. Eram puxados por cavalos ou, em caso de longas viagens, por mulas, transportando pelo menos 4 pessoas. Estas viaturas eram “constituídas por uma caixa central de madeira, revestida interior e exteriormente por veludo, damasco ou outros tecidos preciosos, couro e pregarias “ (SILVA, 1977: 12). Noutros casos, encontramos exteriores ornamentados com pinturas, esculturas ou aplicações de bronze. A caixa deste veículo encontrava-se suspensa através de correntes ou correias de couro, às vezes revestidas de veludo e as suas rodas traseiras e dianteiras encontravam-se ligadas por um único varal que corria longitudinalmente o carro, o que o tornava um veículo pouco confortável. Contudo, em meados do século XVII, o coche viu as suas condições de segurança, conforto e condução melhoradas através da introdução de um sistema de suspensão denominado pescoço de cisne que consiste na introdução, sob o banco do cocheiro, da chamada quinta roda, ou seja, um mecanismo formado por duas peças circulares sobrepostas que facilitam a capacidade de manobra do coche, que é possível observar no Coche de D. Maria Francisca Isabel de Saboia.

Slide XVIII

No Museu, é possível encontrar vários coches sendo que o mais antigo é o coche de Filipe II que é um modelo espanhol de finais do século XVI e inícios do século XVII trazido pelo monarca para Portugal em 1619.

Filipe II de Portugal nasceu em Madrid em 1578 e faleceu na mesma cidade em 1621 e foi rei de Portugal e de Espanha desde 1598 até à sua morte. Durante o seu reinado, procurou melhorar as relações entre Portugal e Espanha, pelo que decidiu fazer uma viagem a nosso país, em 1619, neste coche que se encontra no Museu.

Este coche é um modelo arcaico, (clique) apresentando, por isso, linhas predominantemente retilíneas e uma caixa aberta, revestida a couro e pregaria artística, pelo que os passageiros eram protegidos da chuva e do frio por pesados reposteiros. (clique) O interior deste coche é revestido de veludo e damasco e tem o teto

ornamentado em talha dourada. Sob as almofadas dos assentos possui um sistema de evacuação para que o monarca pudesse fazer as suas necessidades fisiológicas ou mesmo vomitar já que as viagens eram desconfortáveis pelos motivos que já vimos. (clique) Em cada porta, encontra-se um tamborete, onde o rei assistia às representações ou festividades por onde o séquito real passava sem ser necessário sair da viatura. (clique) Ao contrário de todos os outros coches do Museu, este veículo não apresenta uma almofada para o cocheiro, pois era conduzido por tronqueiro e sota, homens que montavam a cavalo. Por este motivo, no lugar da almofada apresenta uma arca para guardar os apetrechos da viagem. (clique) Era um carro bastante difícil de manobrar, pois as rodas dianteiras eram demasiado grandes e encontravam-se ligadas ao eixo.

Este veículo foi sujeito a uma ação de conservação e restauro, em Abril de 2016, que apresentou uma particularidade já que os veículos foram restaurados no local da exposição para que os visitantes pudessem observar o trabalho das equipas.

Slide XIX

A este coche segue-se uma coleção de coches do século XVII, dos quais se destaca o Coche de D. Maria Francisca Isabel de Saboia que vamos ver com mais pormenor de seguida.

D. Maria Francisca Isabel de Saboia nasceu em Paris em 1646 e morreu em Lisboa em 1683 e foi rainha consorte de Portugal de 1666 até à sua morte. Foi mulher do rei D. Afonso VI, cujo casamento foi anulado sob o pretexto deste nunca a ter procurado no leito conjugal. Depois da anulação do casamento, casou com o irmão do seu 1º marido, o rei D. Pedro II.

O coche que lhe pertence é o 2º mais antigo da coleção. Data da 2ª metade do século XVII e é de origem francesa, tendo sido trazido para Portugal pela rainha.

Relativamente ao coche anterior, esta viatura revela uma evolução, (clique) apresentando algumas linhas curvilíneas, almofada para cocheiro e uma caixa fechada ornamentada com pinturas de motivos florais. (clique) No alçado traseiro e dianteiro encontram-se as figuras alegóricas da Sabedoria, Guerra, Fama, Justiça e Clemência que ladeiam os escudos com os brasões de Portugal e Saboia-Nemours. (clique) Nas

portinholas, surgem medalhões com as iniciais da rainha ladeados por figuras de mulher. (clique) Já o interior é revestido de veludo e o teto é guarnecido de galão, franja e pregaria dourada. (clique)

Este coche é muito importante, pois já apresenta o mecanismo de suspensão designado por pescoço de cisne, de que já falamos e que facilitou a manobra do coche.

Do século XVIII, existem vários exemplares no Museu Nacional dos Coches, destacando-se os coches do reinado de D. João V, expoente máximo do absolutismo em Portugal, que já estudamos este ano e vamos agora relembrar.

Slide XX

Como se caracterizou o absolutismo joanino?

Slides XXI-XXII

D. João V nasceu em 1689 e faleceu em 1750, sendo aclamado rei de Portugal em 1706 e tendo um dos reinados mais longos da história portuguesa que se caracterizou pelo realce da figura régia através da etiqueta, da autoridade e da magnificência, permitida pela exploração das recém-descobertas minas de ouro e diamantes do Brasil. Para compreenderes um pouco melhor a atuação de D. João V ao longo do seu reinado, lê o seguinte documento.

Como viste, uma das linhas de força da atuação de D. João V pautou-se pelo reforço do prestígio da Coroa, algo que foi possível graças ao envio de embaixadas ao estrangeiro, nas quais se destacam os trajes, a distribuição de moedas pela população e os coches magníficos, dos quais vamos ver alguns exemplares, verdadeiros símbolos de poder e autoridade na época barroca.

Slides XXIII-XXV

Mas afinal o que foi o barroco?

O barroco define-se como uma arte que pretende impressionar, comover, causar espanto, através do exagero e da riqueza dos detalhes, e que traduziu as convulsões e os

antagonismos do seu tempo. (clique) Como podes ver no mapa, este estilo nasceu em Itália no século XVII, expandindo-se progressivamente para o resto do Mundo através dos comerciantes, colonizadores e evangelizadores.

Inicialmente ligado à arte religiosa, o barroco também funcionou como expressão do poder político, sendo utilizado por monarcas para reforçar e demonstrar o seu poder tido como de origem divina, dirigindo-se, deste modo, ao grande público.

Por conseguinte, a arte barroca teve sempre uma dupla função: fascinar pelos sentidos e transmitir uma mensagem ideológica.

Em Portugal, o barroco estendeu-se desde o século XVII até ao século XVIII e teve o seu esplendor nos reinados de D. João V e de D. José I.

A arquitetura barroca portuguesa foi um prolongamento do Maneirismo misturado com algumas características internacionais. Ao nível da escultura, Portugal teve influência espanhola e, sobretudo, italiana. (clique) Contudo, a característica mais marcante do barroco em Portugal é o uso da talha dourada utilizada como elemento decorativo dos interiores arquitectónicos, revestindo todo o tipo de superfícies como podes observar nesta imagem. A talha dourada consistia em cobrir as superfícies com um revestimento de folha de ouro. O uso deste material é particularmente evidente em vários coches que se encontram no Museu.

Slides XVI-XVII

Do reinado de D. João V destacam-se o Coche de D. Maria Ana da Áustria, o Coche de D. João V, o Coche da Mesa e os Coches da Embaixada ao Papa Clemente XI, todos eles de inestimável valor. (clique)

Em todos eles destacam-se as linhas curvilíneas, o uso de veludos e tecidos de seda lavrada e a abundância de pinturas, esculturas e de ornatos de talha dourada que representam temas da mitologia greco-romana, os símbolos das virtudes, das 4 estações do ano, dos 4 continentes e os temas dos triunfos nos mares e em terra, os símbolos da vida e da história portuguesa.

Slide XXVIII

O Coche de D. Maria Ana da Áustria (1683-1754) foi mandado construir pelo imperador D. José I da Áustria para o casamento da sua irmã com D. João V. Este veículo chegou a Portugal por mar numa frota de 11 naus, fazendo parte dos chamados “Coches Dourados”. [\(clique\)](#)

Este coche de caixa fechada é decorado ao estilo francês de Luís XIV [\(clique\)](#) e apresenta, nas portinholas e nos alçados, as armas reais de Portugal em talha dourada encimadas pela Coroa da Arquiduquesa, [\(clique\)](#) e nos painéis inferiores laterais o monograma da rainha ladeado por leões coroados, símbolo do poder real. [\(clique\)](#) O exterior é todo revestido a talha dourada, incluindo o jogo do rodado, e apresenta várias pinturas sobre as virtudes da rainha, representadas pelas 4 figuras localizadas nos ângulos inferiores da caixa e que simbolizam a Dignidade, a Sinceridade, o Afeto e a Força. [\(clique\)](#) Para além disso, nos ângulos superiores da caixa é possível encontrar 4 figuras femininas que representam os 4 continentes: a Europa e a América à frente e a Ásia e a África atrás. [\(clique\)](#) O painel do alçado traseiro apresenta Minerva rodeada de figuras que simbolizam a Verdade, a Firmeza e a Felicidade. Este coche já viu os têxteis da cobertura e das correias restaurados.

Slide XXIX

O Coche de D. João V é uma viatura de aparato do século XVIII mandada construir por D. João V que se destaca pela sua leveza e qualidade do trabalho em talha dourada da autoria de José de Almeida e Félix Vicente de Almeida. [\(clique\)](#) Este coche de caixa fechada com janelas de vidro e linhas ondulantes foi utilizado nas visitas de chefes de Estado estrangeiros a Portugal [\(clique\)](#) e tem um interior forrado a veludo vermelho. [\(clique\)](#) Apresenta uma caixa com linhas sinuosas onde aparecem várias cabeças de jovens mulheres conhecidas por “espanolettes”, destacando-se as das rodas traseiras que representam os 12 signos do Zodíaco. [\(clique\)](#) Já as pinturas da caixa são da autoria de José da Costa Negreiros ou do francês Pierre Antoine Quillard.

Slide XXX

É, ainda, possível encontrar, no Museu, 3 carros triunfais do século XVIII que correspondem a 3 coches da embaixada enviada por D. João V, em 1716, ao papa Clemente XI, composta por 5 coches temáticos e 10 coches de acompanhamento,

verdadeiros exemplos do barroco italiano. Esta embaixada, comandada pelo Marquês de Fontes, foi o ponto alto da ostentação do rei D. João V, contribuindo para o prestígio de Portugal junto da Santa Sé e para a afirmação do poder do rei no quadro internacional da Europa.

Nestes 3 coches, denominados Coche do Embaixador, Coche dos Oceanos e Coche da Coroação de Lisboa, é possível encontrar um conjunto de alegorias relativas aos feitos históricos de Portugal ao nível dos Descobrimentos e do conhecimento dos mares.

Slide XXXI

Deste modo, o Coche do Embaixador que transportou D. Rodrigo Anes de Sá Menezes, dedicado à navegação e à conquista, (clique) apresenta no alçado traseiro a figura de Tétis, símbolo da Navegação, que é sustentada por Atlante e está a desenhar rotas num globo enquanto um Tritão segura uma agulha de marear. (clique) Encontra-se, também, a figura do Adamastor que representa os perigos que os portugueses enfrentaram (clique) e a figura de Belona, divindade de origem romana que simboliza a conquista e que empunha um escudo com as armas da família do embaixador e comanda um leão, símbolo do poder real. (clique) No jogo dianteiro, é possível ver a figura de Sileno ladeado por Minerva e por Esperança. (clique) Este coche é um veículo de caixa aberta revestido a tela de ouro com o interior forrado a tela de ouro e o piso inferior incrustado a marfim.

Slides XXXII-XXXIV

(clique) O Coche dos Oceanos é um veículo de caixa aberta revestida a veludo de seda vermelha com o interior forrado a brocado de ouro (clique) e apresenta, no alçado traseiro, a representação, em talha dourada, de um episódio da história marítima portuguesa: a passagem do Cabo da Boa Esperança pelos portugueses em 1487. (clique) Este acontecimento é simbolizado pelo aperto de mãos entre os Oceanos Atlântico e Índico, encimados por Apolo que dá a conhecer ao Mundo, representado pelo globo terrestre, este feito. Este quadro é completado com a representação da Primavera e do Verão, figuras mitológicas que ganham grande expressão no período barroco. Do lado esquerdo, encontra-se o Verão segurando um molho de espigas e do lado direito a

Primavera segurando a Cornucópia da Abundância. (clique) Já no alçado dianteiro estão representados o Outono com os frutos da época e o Inverno com um braseiro, figuras que sustentam o banco do cocheiro e se adaptam perfeitamente à fisionomia dos coches. Este coche foi restaurado em 1988.

Slides XXXV-XXXVII

(clique) O Coche da Coroação de Lisboa é um veículo de caixa aberta forrada a seda vermelha, decorada com esculturas de talha dourada, em estilo barroco (clique) e um interior forrado a seda vermelha com motivos florais a fio de ouro (clique) e é dedicado a Lisboa enquanto capital do Império, pelo que está repleto de alegorias. (clique) Como tal, no alçado traseiro estão representadas a Fama e a Abundância que ladeiam a figura de Lisboa que tem na mão um ceptro que aponta a dois homens que simbolizam o continente asiático e africano. (clique) No jogo dianteiro, encontra-se um génio que conduz o carro e tem ao seu lado as figuras simbólicas do Heroísmo e da Imortalidade, características atribuídas à cidade de Lisboa.

Slide XXXVIII

Outro veículo deste período é o Coche de Mesa (clique) que deve o seu nome ao facto de possuir uma mesa no seu interior e, ao contrário dos veículos anteriores, não é uma viatura de aparato, mas uma viatura de viagem. Contudo, este coche é mais conhecido como o Coche da Troca das Princesas, já que foi utilizado, em 1729, na cerimónia que ocorreu no rio Caia, na fronteira entre Portugal e Espanha e que se destinava a um duplo casamento: o de D. Maria Bárbara, filha de D. João V, com o futuro rei de Espanha Fernando VI e o de D. Mariana Vitória, filha de Filipe V com o futuro rei de Portugal D. José I, proporcionando uma paz definitiva entre os dois reinos ibéricos após a Restauração da Independência. (clique) É um veículo de caixa fechada de forma octogonal com vidros nas portinholas (clique) e o interior revestido a veludo carmesim com o teto agaloado e franjado a ouro. A viagem levada a cabo neste coche ficou marcada por sucessivos acidentes como rodas partidas, cavalos atolados e fatos encharcados devido às condições atmosféricas.

Do século XVIII, podemos ainda referir o Coche de D. Maria Francisca Benedita (1746-1829), irmã de D. Maria I, viatura de aparato de influência francesa executada em estilo *rocaille* ou rococó.

Slide XXXIX

O que é o estilo *rocaille* ou rococó?

Slide XL

O rococó ou *rocaille* é um tipo de arte que se desenvolveu na Europa entre 1720 e 1760 e que se caracterizou por uma estética elegante e expressiva, mas simultaneamente naturalista, refletindo os gostos e hábitos da aristocracia da época cujo quotidiano era mais reservado. Derivou do estilo barroco, aproveitando muitas das suas características, mas diferenciou-se por ser menos imponente, mais alegre e intimista quer na escolha do tema e motivos quer na escolha dos materiais, tamanhos e cores. Ao contrário dos outros estilos artísticos, começou por ser visto como um gosto, acabando por criar um estilo próprio, muito característico da época das Luzes, de que o Coche de D. Maria Francisca Benedita é um bom exemplo.

Slide XLI

(clique) Este coche é uma viatura de caixa fechada com janelas de vidro, ricamente decorada em talha dourada com volutas, concheados e elementos vegetalistas, construída em 1777 para o seu casamento com o príncipe D. José, seu sobrinho. (clique) O interior é revestido a veludo cinzelado sobre fundo de cetim esverdeado com decorações florais de grandes dimensões e (clique) os painéis são revestidos de pinturas da autoria de Pedro Alexandrino de Carvalho e representam cenas mitológicas.

Slide XLII

Outro tipo de viaturas presentes no Museu são as berlindas. A berlinda é uma viatura de aparato de caixa suspensa que surgiu em Berlim, nos finais do século XVII, e que se distingue do coche por ter as rodas traseiras e dianteiras ligadas por duas varas laterais e por duas correias de couro esticadas longitudinalmente entre os rodados através de um cric, mecanismo enrolador, com travão de cremalheira instalado no jogo

traseiro o que lhe confere uma maior estabilidade do que ao coche. Este tipo de viatura só começou a ser utilizado pela Casa Real Portuguesa no início do século XVIII, sendo o veículo escolhido por D. João VI aquando da deslocação para o Brasil em 1807, já que as berlindas eram mais altas e resistentes do que os coches, adaptando-se ao território e permitindo fazer viagens longas com mais conforto. Desta coleção destacam-se as Berlindas da Casa Real de origem francesa do século XVIII, das quais escolhemos uma para representar este período, a Berlinda de D. Maria I e a Berlinda da Cama do século XIX.

Slide XLIII

A Berlinda da Casa Real é uma viatura de aparato do século XVIII que foi encomendada em França para a Casa Real. (clique) É uma viatura de caixa trapezoidal fechada com cortinas de tafetá e seda crua (clique) e um interior revestido de veludo cinzelado em 2 tons de verde com motivos florais de grandes dimensões. (clique) Os painéis exteriores são pintados e apresentam os mesmos motivos do interior, sendo que essas pinturas são contornadas por uma cercadura lacada a vermelho e ouro. (clique) Nos apainelados ostenta medalhões com as armas reais portuguesas. (clique) O jogo dianteiro e a tábua do cocheiro são de talha dourada com motivos vegetalistas.

Este tipo de viaturas da Casa Real foi maioritariamente construído em França pelo que existe correspondência trocada entre Portugal e França acerca da volumetria e das decorações das viaturas. Um tipo de instrução exigia que como as viaturas são “para uso de Pessoas Reaes, será preciso que as caixas tenham as larguras e alturas competentes para acomodarem quatro Senhoras que com seus Vestidos, Guarnicoens e Dunaires devem ir à sua vontade”²⁶.

Slide XLIV

A Berlinda de D. Maria I é uma viatura de aparato dos finais do século XVIII, utilizada pela rainha em 1790, na cerimónia da consagração da Basílica da Estrela, em Lisboa, que apresenta uma particularidade, (clique) pois a sua caixa, fechada e decorada

²⁶ Aplicação do Museu Nacional dos Coches disponível em: https://play.google.com/store/apps/details?id=com.rpgsi.coches&hl=pt_PT.

com elementos esculpidos em estilo francês de Luís XIV e Luís XV, é uma transição entre o coche e a berlinda, embora a suspensão utilizada seja a da técnica da berlinda que confere maior estabilidade ao veículo. (clique) A caixa é forrada, no interior, a veludo verde (clique) e, no exterior, apresenta painéis pintados por Pedro Alexandrino de Carvalho executados para a inauguração da basílica. (clique) No tejadilho encontram-se as armas de Portugal e as iniciais M.P.R.P (clique) e no alçado traseiro encontra-se a figura de Apolo rodeado pelas figuras da Geometria e da Astronomia em baixo e da Arquitetura e da Escultura em cima.

Slide XLV

Já a Berlinda de Cama é uma viatura de viagem, construída em Portugal no início do século XIX, que se pensa ter sido levada para o Brasil por D. João VI, (clique) cujo escudo de armas está representado, e que regressou juntamente com a Família Real (clique) já que era uma viatura robusta e pesada adequada para viagens de longa distância. (clique) A caixa é de linhas simples, pintada de verde-escuro com vivos dourados, e possuía um sistema de arejamento adequado às altas temperaturas do Rio de Janeiro, pois no lugar dos vidros tem painéis de cabedal que podiam ser abertos, podendo usar-se como carro aberto ou carro de dormir. (clique) Para tal, no seu interior possui bancos rebatíveis de modo a fazer uma cama, debaixo dos quais existe um sistema de evacuação e caixas para arrumação ou transporte de utensílios.

Dentro da categoria das berlindas, existem umas berlindas com características próprias, denominadas berlindas processionais, das quais o Museu tem alguns exemplares, (clique) destacando-se a Berlinda Processional de Nossa Senhora do Cabo destinada a conduzir a imagem peregrina da Virgem do Cabo Espichel.

Slide XLVI

De acordo com a lenda, em 1215, estava um navio inglês junto ao Cabo Espichel quando se abateu sobre ele uma enorme tempestade. Perante esta situação, Hildebrando, um frade que se encontrava no navio, decidiu ir buscar a imagem da Virgem para lhe pedir proteção, porém esta tinha desaparecido, pelo que a tripulação se ajoelhou e suplicou ajuda, tendo passado a tempestade. No dia seguinte, quando desembarcaram, encontraram a imagem da Virgem numa das cavernas da Serra, surgindo, assim, o culto

de Nossa Senhora do Cabo, para o qual se fundou uma Confraria no século XVII. A partir desse momento, o povo ia todos os anos em peregrinação transportando a imagem da Virgem em procissão por todas as freguesias pertencentes à confraria. Da Arrábida, a imagem era transportada para Belém, de onde regressava à freguesia que tinha a responsabilidade de a guardar. Foi quando coube à freguesia da Ajuda recolher a imagem, por volta de 1740, que a Casa Real, na pessoa de D. João V, responsável pelos festejos, mandou construir a berlinda, (clique) cujos painéis são decorados com imagens alusivas aos atributos da Virgem como o Sol, a Lua, uma casa, um farol, uma estrela, um espelho e uma haste florida (clique) e cujo tejadilho apresenta a Coroa Real. (clique) No centro do cabeçal dianteiro, encontra-se uma águia de vulto que simboliza a benignidade (clique) e nas molas da suspensão da caixa motivos vegetalistas. (clique) Já o interior estava reservado à imagem da Virgem que era colocada numa peanha e segura por um espigão de ferro.

A partir dos finais do século XVIII, as viaturas começam a ser mais pobres do ponto de vista artístico devido à evolução natural do gosto, à difusão das ideias liberais que iam contra o grande aparato dos reis e da nobreza e pela influência do sentido prático e simplificador dos ingleses que se divulgou em Portugal em virtude da conjuntura política que fez a Família Real deslocar-se para o Brasil, onde deixou muitas das suas viaturas.

Slide XLVII

Mas porque é que a Família Real se deslocou para o Brasil? Quais as principais consequências desta deslocação?

Slide XLVIII

Como sabes, em 1807, frente a uma iminente invasão das tropas napoleónicas, D. João VI (1767-1826) decidiu transferir a Corte Portuguesa para o Brasil de modo a manter intacto o poder da dinastia de Bragança, pondo em prática um plano do tempo do Marquês de Pombal. Esta decisão teve várias consequências como podes observar no esquema, destacando-se o desenvolvimento notável do Brasil que fez com que esta colónia se transformasse numa efervescente metrópole, sendo apelidada de “Paris nos Trópicos”.

A influência da Corte Portuguesa também se fez sentir ao nível dos meios de transporte, disseminando-se no Brasil o uso de cadeirinhas, liteiras e carruagens.

Slide XLIX

As carruagens têm origem em Inglaterra no século XVIII e dominam o século XIX, tendo como finalidade o transporte da Família Real e da nobreza em festas de gala como coroações, batizados, cerimónias religiosas, entradas públicas e cortejos de casamento. Estas representam uma simplificação dos carros e têm mais conforto e segurança do que os coches e as berlindas. Conforto porque a suspensão da caixa é feita por correias curtas em forma de C e segurança pela elevação do banco do cocheiro e a introdução de lanternas o que permite uma maior visibilidade. A ornamentação deste tipo de veículos passa a ser essencialmente pintada e o aceso ao seu interior faz-se por estribos desdobráveis. Contudo, continua a ser puxada por cavalos e não tem qualquer sistema de travões. (clique) Deste tipo de viatura, destaca-se a Carruagem da Coroa.

Slide L

A Carruagem da Coroa é uma viatura de aparato do século XIX, encomendada em Londres pelo Conde da Póvoa, ministro da Fazenda, para o rei D. João V, que sofreu adaptações para a coroação do rei D. Carlos e que foi utilizada pela última vez, em 1957, pela rainha Isabel II aquando da sua visita oficial a Portugal. (clique) Apresenta as armas reais da Casa de Bragança (clique) e uma Coroa no tejadilho, pois serviu à coroação do rei D. Carlos, cujo monograma está pintado na viatura. (clique) Para aceder, utiliza-se uns estribos desdobráveis (clique) e o seu interior é à inglesa decorado com capitoné e as molas em forma de C. Com a sua utilização em 1957, esta viatura foi a última a transportar um membro da Família Real em Portugal, só se continuando a utilizar as berlindas processionais.

Slide LI

Outro veículo que se pode encontrar no Museu é a sege. A sege é uma viatura que surgiu na Alemanha no século XVII com a designação de Chaise. Este carro tem dois lugares, uma meia caixa que assenta sobre duas correias de couro e as rodas ligadas por dois varais com estribos exteriores, podendo ser conduzida pelo próprio ocupante ou

por um boleeiro, isto é, um homem montado num cavalo que seguia lateralmente, segurava as rédeas e conduzia o veículo. Podem distinguir-se dois tipos de seges: as seges de quatro rodas designadas traquitanas ou, no caso da que está exposta no Museu, Sege de Plumas, em virtude da sua ornamentação, e as seges de duas rodas, como a Sege dos Óculos. Este veículo tornou-se popular, uma vez que tem várias vantagens, pois permite uma deslocação rápida e fácil bem como viajar incógnito ao fechar a cortina e ao conduzir a própria viatura, deixando de ser exclusivo da nobreza e tornando-se o 1º carro de aluguer em Lisboa.

Slide LII

A Sege dos Óculos é uma viatura de viagem com espaço para duas pessoas, construída em Portugal nos finais do século XVIII. (clique) A caixa era aberta na frente, pelo que os ocupantes se protegiam do frio e dos olhares indiscretos por meio de duas cortinas de couro preto com dois óculos envidraçados, o que lhe deu o nome. (clique) O seu interior é forrado a marroquim e anta e tem cortinas de seda crua franjadas. (clique) Já no exterior é pintada de verde e decorada com festões e grinaldas, apresentando um brasão no alçado traseiro. Esta viatura é muito semelhante àquela em que o rei D. José I sofreu o atentado.

Slide LIII

A Sege de Plumas é uma viatura de viagem construída em Portugal, ao estilo inglês, nos finais do século XVIII, com meia caixa e quatro rodas, bastante prática para longas distâncias e deslocações quotidianas. Foi construída para uso da Casa Real Portuguesa. (clique) Apresenta uma caixa fechada com portinholas laterais onde estão pintadas as Armas Reais Portuguesas. (clique) Para além disso, é decorada com um friso de plumas pintadas ao nível da base das janelas, o que lhe deu o nome. (clique) O interior é forrado a veludo carmesim com aplicações de galão e franjas. (clique) Os rodados são ligados por dois varais e têm estribos exteriores e a caixa assenta em duas correias de couro, sistema idêntico ao das berlindas. Tinha de ser obrigatoriamente conduzida por um sota.

Slide LIV

O Museu tem ainda outros tipos de viaturas, como as liteiras e as cadeirinhas que são muito semelhantes.

As liteiras eram um tipo de transporte sem rodas, descendente direto da Letícia Romana, que permitia deslocações rápidas em caminhos sinuosos e estreitos e eram puxadas por mulas que se encaixavam nos varais laterais. Era constituída por uma caixa de dois lugares que podia ser aberta ou, no caso dos climas mais frios, fechada. O facto de ser uma viatura muito utilizada obrigou os monarcas a regulamentarem a sua utilização. Deste modo, só podia utilizar uma liteira quem tivesse licença para tal ou praticasse uma atividade profissional que exigisse constantes deslocações, como era o caso dos padres, dos médicos ou dos juízes.

Já as cadeirinhas são muito semelhantes às liteiras já que são um transporte urbano e sem rodas, porém, ao contrário destas, podem ser transportadas por dois ou quatro homens com a ajuda de correias de couro suspensas nos ombros e destinavam-se ao transporte de grávidas, doentes, senhoras ou membros do alto clero, tendo sido utilizadas entre os séculos XVII e XIX. Para além desta diferença, existem outras. Como tal, as liteiras são viaturas maiores com espaço para duas pessoas, uma à frente da outra, com portas laterais e varais fixos já que são conduzidas por mulas, enquanto as cadeirinhas são espaços mais pequenos, só cabendo uma pessoa, com uma porta à frente ou um tejadilho que se levanta e os varais podem ser fixos ou amovíveis quando são para ser conduzidas por homens.

O Museu possui duas liteiras do século XVIII, uma italiana e outra francesa, e várias cadeirinhas.

Slide LV

Por fim, temos os carrinhos de passeio que datam do século XVIII e se destinavam à realização de passeios nos parques dos Palácios de Queluz, da Ajuda e de Mafra e que podiam ser conduzidos pelo príncipe que os ocupava ou por um boleiro. São veículos abertos com dois assentos, tendo, ainda, um 3º assento na parte traseira para o pajem. Dentro da coleção de carrinhos de passeio, destaca-se uma coleção composta por 5 carros de criança usados pelos príncipes pequenos da Família Real durante os finais do século XIX. Este tipo de viaturas destinava-se a passeios nos jardins

dos palácios e era puxado por póneis, burros, carneiros ou cabras, sendo uma réplica dos carros utilizados pelos adultos. Muito em voga na Europa, estes carrinhos eram encomendados para presentes e, alguns deles, vinham equipados com mecanismos de proteção.

Slide LVI

Dos vários exemplares, destaca-se o carrinho oferecido pelo rei da Itália, Vítor Emanuel II ao seu neto, o futuro rei D. Carlos I, em 1868, quando este, com apenas 5 anos de idade, se dirigiu a Turim com a sua mãe para participar no casamento do príncipe Humberto de Sabóia e ser apresentado à família materna como futuro rei de Portugal. Este carrinho, da autoria da firma italiana Cesare Sala de Milão, [\(clique\)](#) é um veículo de caixa aberta, com o corpo suspenso por molas em forma de C, rico em pormenores [\(clique\)](#) como o monograma do príncipe D. Carlos gravado nas portinholas e no rodado, [\(clique\)](#) a existência de degraus desdobráveis [\(clique\)](#) e o tejadilho rematado por maçanetas de prata em forma de coroa.

Para além do carrinho de passeio, Vítor Manuel II ofereceu ao seu neto um conjunto de peças destinadas a aparelhar os cavalos.

No Museu encontram-se, ainda, outro tipo de viaturas, sendo importante referir o Landau do Regicídio e a Mala-Posta.

Slides LVII-LVIII

O landau é um carro que foi criado na cidade de Landau, na Alemanha, no final do século XVIII, e que foi bastante procurada pela sua elegância e pela possibilidade de ser utilizada com bom ou mau tempo, expandindo-se e generalizando-se no século XIX. É uma viatura de aparato com uma caixa com 4 lugares, frente a frente, e duas capotas de couro rebatíveis que se podem baixar ou subir, tendo janelas com vidros para baixar dos dois lados. Foi um carro muito usado nas Cortes europeias e por Presidentes da República, [\(clique\)](#) destacando-se o Landau do Regicídio, a última viatura a integrar a coleção do Museu Nacional dos Coches e a 1ª a ser transferida para o novo Museu inaugurado em 2015.

É uma viatura de passeio de finais do século XIX e inícios do século XX que está associada ao trágico episódio da história de Portugal que, ocorreu em 1 de Fevereiro de 1908, quando o rei D. Carlos e o príncipe herdeiro D. Luís Filipe foram assassinados, (clique) sendo visível na porta a marca de duas balas. (clique) É um veículo de caixa com 4 lugares e duas capotas em couro rebatíveis (clique) que apresenta o monograma de D. Carlos pintado na portinhola, bem como estribos suspensos na caixa. (clique) Para além disso, tem o banco do cocheiro elevado, (clique) uma lanterna de cada lado, um travão de manivela do lado direito (clique) e a marca do fabricante gravada nos cubos das rodas. (clique) O seu interior é forrado a marroquim capitoné azul-escuro.

Em 2016, este veículo foi transferido para o Palácio de Vila Viçosa, onde permaneceu até Julho de 2019, voltando à exposição permanente do Museu Nacional dos Coches em Outubro de 2019, sendo, de acordo com o site TimeOut, o veículo mais icónico da coleção.

Slide LIX

Por fim, importa mencionar a mala-posta, viatura que se destinava ao transporte de correio, de passageiros e de bagagens, tendo sido introduzida em Portugal em 1798 no percurso Lisboa-Coimbra com duração de 40 dias, só se estendendo ao Porto em 1856. Foram os primeiros transportes públicos entre cidades e eram carros mais robustos puxados por duas ou mais parelhas de cavalos que deixaram de ter utilidade com o aparecimento do comboio, durante o período da Regeneração, acabando por ser adquiridas por particulares para passeios ou caçadas.

Como já vimos, para além das viaturas, o Museu tem outras coleções, como arreios equestres, acessórios de viatura, fardamentos, armaria, instrumentos musicais da Charamela Real, espólio documental e espólio histórico-documental, das quais se podem visualizar algumas peças nos vãos ou vitrinas que estão nas galerias.

Se quiseres saber mais informações, podes consultar o site, realizar a visita virtual que o Museu oferece ou até mesmo visitá-lo com a tua família.

Espero que tenhas gostado e, acima de tudo, aprendido alguma coisa!

Anexo 6 – Guião de Exploração da Visita de Estudo

Visita de Estudo

Museu Nacional dos Coches

Nome: _____ N.º: ____ Turma: _____
Data: ____ / ____ / ____



Hoje vais ter a oportunidade de fazer uma visita de estudo diferente: uma Visita de Estudo Virtual. Deste modo, vais poder viajar e explorar o Museu Nacional dos Coches sem sair de casa! Diverte-te muito!

“O Museu não tem porta e relaciona-se para todos os lados”.

Paulo Mendes da Rocha

Objetivos:

Consolidar conhecimentos sobre o contexto político português no século XVIII (absolutismo joanino) e XIX (deslocação da Corte para o Brasil).

Compreender aspetos do barroco e do rococó.

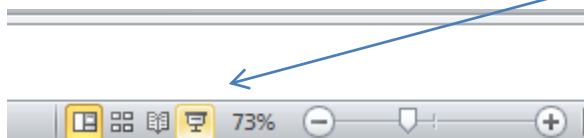
Compreender a evolução técnica e artística dos meios de transporte de tração animal até ao aparecimento do automóvel.

Promover o reconhecimento e valorização do Património Nacional.

Fomentar o espírito de grupo e a cooperação.

Para começares a visita virtual, lê o guião completo e abre o PowerPoint que te enviei e coloca-o em modo apresentação, clicando no ícone que vês na imagem, dando o 1º passo para esta aventura que será a Visita Virtual ao Museu Nacional dos Coches. Boa Visita!

Apresentação de
diapositivos



1. Como podes perceber, o Museu dos Coches tem uma vasta coleção. Depois de ouvires a explicação, completa os espaços em branco. (18 pontos)

Este Museu reúne viaturas de ____ a) ____, de ____ b) ____ e de ____ c) ____ desde o século ____ d) ____ até ao século ____ e) ____ pertencentes à ____ f) ____, à ____ g) ____ e a ____ h) ____, formando um conjunto único no mundo, o que dá uma ideia perfeita da evolução técnica e artística dos meios de transporte de tração animal utilizados pelas Cortes Europeias durante os séculos XVII, XVIII e XIX até ao aparecimento do automóvel.

Esta coleção é composta por ____ i) ____, ____ j) ____, ____ k) ____, ____ l) ____, ____ m) ____, ____ n) ____ e ____ o) ____, aos quais se tem vindo a juntar, em virtude de aquisições, doações ou permutas, um conjunto de veículos extraordinários, como o Landau do Regicídio, carros de campo ou de caça, o Charabã e a Mala-Posta. Para além das viaturas, o Museu possui ainda vários acessórios ligados à ____ p) ____, livros e instrumentos musicais, ____ q) ____ para o pessoal do serviço das viaturas, uma coleção de indumentária civil do século XVII ao século XX, ____ r) ____ a óleo da Família Real da Casa de Bragança e o Manto da Rainha D. Amélia, uma peça de veludo cor-de-rosa bordada a prata, classificado como Bem de Interesse Nacional.

2. Agora que já sabes um pouco mais sobre a coleção do Museu, vamos conhecer a sua história. Depois de ouvires as explicações, classifica as seguintes afirmações em Verdadeiro ou Falso e corrige as falsas. (26 pontos)

	Verdadeiro	Falso
a) O Museu dos Coches surgiu por iniciativa da rainha D. Amélia.	☐	☐
b) A primeira morada do Museu foi o Picadeiro Real de Belém, comprado por D. João VI ao 3.º Conde de Aveiras.	☐	☐
c) As obras que o Picadeiro sofreu, em 1904, para se converter em Museu, foram da autoria do arquiteto Raul Lino.	☐	☐

d) O grande problema do Museu foi a falta de espaço.	☐	☐
e) Em 1911, o Museu passou a chamar-se Museu dos Coches Reais.	☐	☐
f) Para resolver o problema da falta de espaço, adquiriu-se, em 1940, as antigas Oficinas Gerais do Exército, para se construir um novo Museu.	☐	☐
g) O novo edifício é da autoria do arquiteto Paulo Mendes da Rocha.	☐	☐
h) O Museu Nacional dos Coches ganhou o Prémio Museu Europeu do Ano 2018.	☐	☐

3. Agora vais ficar a conhecer as principais viaturas existentes no Museu, sendo importante distinguir cada uma delas. Para tal, ouve as explicações que te vão sendo dadas ao longo da visita e faz corresponder as viaturas da Coluna A às respetivas definições da Coluna B. (14 pontos)

Coluna A	Coluna B
1. Coche	a) Transporte sem rodas que permitia deslocações rápidas e era puxado por mulas.
2. Berlinda	b) Viatura que surgiu em Inglaterra, no século XVIII, em que a suspensão da caixa é feita por correias de couro curtas em forma de C.
3. Carruagem	c) Viatura que surgiu em Berlim, em meados do século XVIII, em que a suspensão da caixa é feita por duas correias de couro esticadas longitudinalmente entre as rodas.
4. Sege	d) Viatura de caixa aberta, do século XVIII, que se destinava ao passeio nos principais jardins reais.
5. Liteira	e) Viatura que surgiu a Hungria, em meados do século XV, em que a suspensão da caixa é feita por um único varal que corria longitudinalmente o carro.
6. Cadeirinha	f) Viatura que surgiu na Alemanha, no século XVII, que apresenta uma meia caixa com lugar para duas pessoas e que pode ser conduzida pelo próprio ocupante.
7. Carrinho de passeio	g) Transporte sem rodas que permitia deslocações rápidas e era carregado por 2 ou 4 homens.

4. Vais agora observar alguns dos coches presentes no Museu, começando pelo coche de Filipe II que é o mais antigo da coleção.

4.1. Quais são as principais características do Coche de Filipe II que evidenciam o seu caráter arcaico? (10 pontos)

O segundo coche mais antigo da coleção é o Coche de D. Maria Francisca Isabel de Saboia que apresenta uma evolução relativamente ao coche de Filipe II.

4.2. Quais são as principais diferenças entre este coche e o coche de Filipe II? (5 pontos)

4.3. Qual é a grande inovação que este coche apresenta? (3 pontos)

5. Do século XVIII, o Museu possui vários coches, destacando-se os Coches do reinado de D. João V, expoente maior do absolutismo em Portugal. Para recordares o que já sabes sobre este tema, lê o seguinte documentos e responde à questão que te é colocada.

Doc.1: O Exercício do Poder

A análise da atuação governativa de D. João V permite detetar as seguintes linhas de força: neutralidade face aos conflitos puramente europeus, desde que não colocassem em causa o Império Português e a segurança da navegação transoceânica; adoção de uma política conducente ao aumento do prestígio da coroa junto das principais potências (Santa Sé, Inglaterra, França, Áustria e Espanha), destinada a valorizar a posição do reino através da cena internacional; defesa intransigente, intensificação de povoamento, contínua valorização e reconhecimento internacionais das fronteiras da América Portuguesa; reforço da autoridade régia e submissão da nobreza e do clero; enriquecimento dos edifícios seculares e religiosos existentes, investimento em instituições culturais, salvaguarda do património, promoção de novas e grandiosas construções e política de mecenato.

COUTO, Jorge (1998). “D. João V”. In MEDINA, Henrique (dir.). *História de Portugal*, Vol. VII. Lisboa: Clube Internacional do Livro.

5.1. A partir do documento 1, indica três aspetos que caracterizaram a ação governativa de D. João V. (15 pontos)

6. Agora que já relembreste o que tinhas aprendido sobre o absolutismo joanino, vais conhecer um pouco melhor os coches deste período.

6.1. Que estilo artístico define os coches do reinado de D. João V? (2 pontos)

6.2. Quais são as principais características dos coches barrocos? (5 pontos)

6.3. Quais são os principais temas retratados nestes coches? (10 pontos)

6.4. Associa os elementos da Coluna A com os elementos da Coluna B. Cada coche pode ter mais do que um elemento. (14 pontos)

Coluna A

1. Tétis
2. 4 Estações
3. Lisboa
4. África
5. Ásia
6. Apolo
7. Adamastor

Coluna B

- a) Coche do Embaixador
- b) Coche dos Oceanos
- c) Coche da Coroação de Lisboa

7. Do século XVIII, existem ainda outros coches, como o Coche de D. Maria Francisca Benedita, um exemplar de uma corrente artística do século XVIII.

7.1. Qual é a corrente artística deste coche? (2 pontos).

7.2. Qual é a principal diferença entre esta corrente e o barroco? (10 pontos)

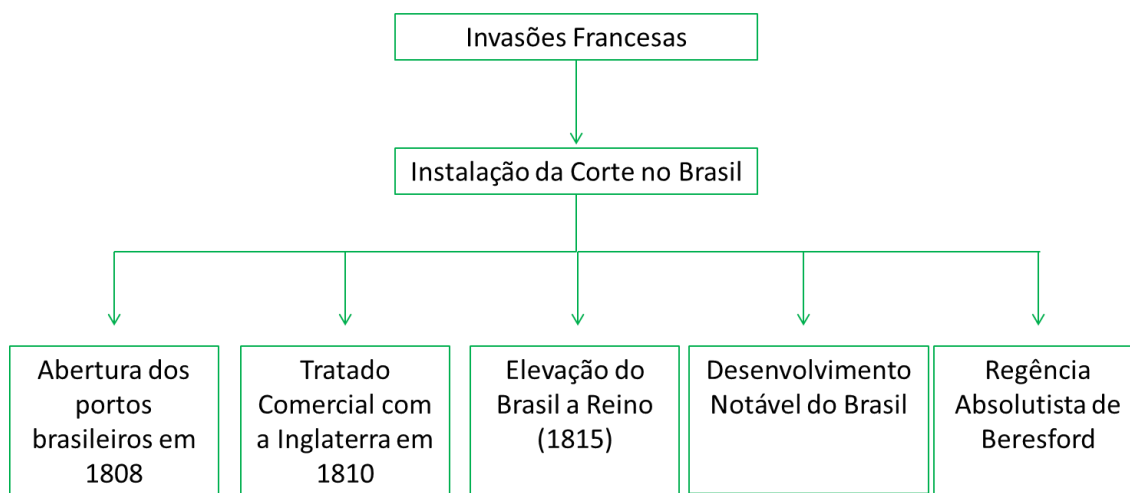
8. Agora que já sabes tudo sobre os coches, vais conhecer outra viatura: a Berlinda.

8.1. Qual é a principal diferença entre o coche e a berlinda? (5 pontos)

Dentro da categoria das berlindas existem as berlindas processionais.

8.2. Qual é a função destas viaturas? (2 pontos)

9. Como já estudaste este ano, nos inícios do século XIX, a família real e a Corte tiveram de se deslocar para o Brasil.



9.1. A partir do esquema apresentado, explica as causas e consequências deste acontecimento, desenvolvendo cada um dos aspetos mencionados no esquema. (30 pontos).

[illegible]

10. Com a perda de influência dos Franceses e o aumento da influência dos Ingleses, Portugal vai passar a utilizar um novo tipo de viatura: a Carruagem.

10.1. Por que razão a carruagem é mais segura e confortável do que os coches e as berlindas? (5 pontos)

11. De seguida, vais conhecer outro tipo de viatura: a Sege.

11.1. Quais são as principais vantagens deste veículo? (5 pontos)

12. O Museu dispõe, ainda, de duas viaturas muito semelhantes: as Liteiras e as Cadeirinhas.

12.1. Quais são as principais diferenças entre estas viaturas? (10 pontos)

13. Para terminar a nossa visita, vais conhecer mais duas viaturas extraordinárias que não se enquadram nas categorias que já vimos: o Landau e a Mala-Posta.

13.1. Quais são as principais características do Landau? (5 pontos)

13.2. Em que acontecimento da História de Portugal esteve envolvido o Landau apresentado? (2 pontos)

Ao contrário de todas as outras viaturas expostas no Museu, a mala-posta não se destinava apenas ao transporte de passageiros.

13.3. Qual era a sua função? (2 pontos)

A tua visita virtual chegou ao fim!

Certamente gostarias de visitar presencialmente este espaço ou outros sítios ou monumentos com interesse histórico. Fala com os teus pais, outros familiares ou amigos e marca já a tua visita.

P.S.: Não esqueças a máscara, cujo uso é obrigatório e procura manter o distanciamento social, cumprindo todas as regras do espaço que vais visitar.

Anexo 7 – Correção do Guião de Exploração da Visita de Estudo

Visita de Estudo

Museu Nacional dos Coches

Nome: _____ N.º: ____ Turma: _____

Data: ____ / ____ / ____



Hoje vais ter a oportunidade de fazer uma visita de estudo diferente: uma Visita de Estudo Virtual. Deste modo, vais poder viajar e explorar o Museu Nacional dos Coches sem sair de casa! Diverte-te muito!

“O Museu não tem porta e relaciona-se para todos os lados”.

Paulo Mendes da Rocha

Objetivos:

Consolidar conhecimentos sobre o contexto político português no XVIII (absolutismo joanino) e XIX (deslocação da Corte para o Brasil).

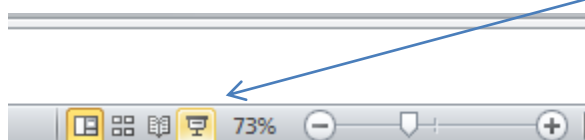
Compreender aspetos do barroco e do rococó.

Compreender a evolução técnica e artística dos meios de transporte de tração animal até ao aparecimento do automóvel.

Promover o reconhecimento e valorização do Património Nacional.

Fomentar o espírito de grupo e a cooperação.

Para começares a visita virtual, lê o guião completo e abre o PowerPoint que te enviei e coloca-o em modo apresentação, clicando no ícone que vês na imagem dando o 1º passo para esta aventura que será a Visita Virtual ao Museu Nacional dos Coches. Boa Visita!



160

Apresentação de
diapositivos

1. Como podes perceber o Museu dos Coches tem uma vasta coleção. Depois de ouvires a explicação, completa os espaços em branco. (18 pontos)

Este Museu reúne viaturas de gala ou aparato, de viagem e de passeio desde o século XVI até ao século XIX pertencentes à Casa Real Portuguesa, à Igreja e a algumas famílias nobres, formando um conjunto único no mundo, o que dá uma ideia perfeita da evolução técnica e artística dos meios de transporte de tração animal utilizados pelas Cortes Europeias durante os séculos XVII, XVIII e XIX até ao aparecimento do automóvel.

Esta coleção é composta por coches, berlindas, carruagens, seges, carrinhos de passeio, liteiras e cadeirinhas aos quais se tem vindo a juntar, em virtude de aquisições, doações ou permutas, um conjunto de veículos extraordinários, como o Landau do Regicídio, carros de campo ou de caça, o Charabã e a Mala-Posta. Para além das viaturas, o Museu possui ainda vários acessórios ligados à arte equestre, livros e instrumentos musicais, fardamentos para o pessoal do serviço das viaturas, uma coleção de indumentária civil do século XVII ao século XX, uma galeria de retratos a óleo da Família Real da Casa de Bragança e o Manto da Rainha D. Amélia, uma peça de veludo cor-de-rosa bordada a prata, classificado como Bem de Interesse Nacional.

2. Agora que já sabes um pouco mais sobre a coleção do Museu, vamos conhecer a sua história. Depois de ouvires as explicações, classifica as seguintes afirmações em Verdadeiro ou Falso e corrige as falsas. (26 pontos)

	Verdadeiro	Falso
a) O Museu dos Coches surgiu por iniciativa da rainha D. Amélia.	☒	☐

b) A 1. ^a morada do Museu foi o Picadeiro Real de Belém, comprado por D. João VI ao 3. ^o Conde de Aveiras.	☐	☒
--	--------------------------	-------------------------------------

A primeira morada do Museu foi o Picadeiro Real de Belém, comprado por D. João V ao 3.^o Conde de Aveiras.

c) As obras que o Picadeiro sofreu, em 1904, para se converter em Museu, foram da autoria do arquiteto Raul Lino.	☐	☒
---	--------------------------	-------------------------------------

As obras que o Picadeiro sofreu, em 1904, para se converter em Museu foram da autoria do arquiteto Rosendo Carvalheira.

- | | | |
|--|-------------------------------------|-------------------------------------|
| d) O grande problema do Museu foi a falta de espaço. | ☒ | ☐ |
| e) Em 1911, o Museu passou a chamar-se Museu dos Coches Reais.
Em 1911, o Museu passou a chamar-se Museu Nacional dos Coches. | ☐ | ☒ |
| f) Para resolver o problema da falta de espaço, adquiriu-se, em 1940, as antigas Oficinas Gerais do Exército, para se construir um novo Museu. | ☐ | ☒ |

Para resolver o problema da falta de espaço, adquiriu-se, em 1994, as antigas Oficinas Gerais do Exército, para se construir um novo edifício.

- | | | |
|---|-------------------------------------|-------------------------------------|
| g) O novo edifício é da autoria do arquiteto Paulo Mendes da Rocha. | ☒ | ☐ |
| h) O Museu Nacional dos Coches ganhou o Prémio Museu Europeu do Ano 2018. | ☐ | ☒ |

O Museu Nacional dos Coches esteve nomeado para o Prémio Museu Europeu do Ano ou ganhou o Prémio CICA de Arquitetura em 2019.

3. Agora vais ficar a conhecer as principais viaturas existentes no Museu, sendo importante distinguir cada uma delas. Para tal, ouve as explicações que te vão sendo dadas ao longo da visita e faz corresponder as viaturas da Coluna A às respetivas definições da Coluna B. (14 pontos)

Coluna A	Coluna B
8. Coche e)	h) Transporte sem rodas que permitia deslocações rápidas e era puxado por mulas.
9. Berlinda c)	i) Viatura que surgiu em Inglaterra, no século XVIII, em que a suspensão da caixa é feita por correias de couro curtas em forma de C.
10. Carruagem b)	j) Viatura que surgiu em Berlim, em meados do século XVIII, em que a suspensão da caixa é feita por duas correias de couro esticadas longitudinalmente entre as rodas.
11. Sege f)	k) Viatura de caixa aberta, do século XVIII, que se destinava ao passeio nos principais jardins reais.
12. Liteira a)	l) Viatura que surgiu a Hungria, em meados do século

	XV, em que a suspensão da caixa é feita por um único varal que corria longitudinalmente o carro.
13. Cadeirinha g)	m) Viatura que surgiu na Alemanha, no século XVII, que apresenta uma meia caixa com lugar para duas pessoas e que pode ser conduzida pelo próprio ocupante.
14. Carrinho de passeio d)	n) Transporte sem rodas que permitia deslocações rápidas e era carregado por 2 ou 4 homens.

4. Vais agora observar alguns dos coches presentes no Museu, começando pelo coche de Filipe II que é o mais antigo da coleção.

4.1. Quais são as principais características do Coche de Filipe II que evidenciam o seu carácter arcaico? (10 pontos)

O Coche de Filipe II é um modelo arcaico, pois apresenta uma caixa aberta, na qual os passageiros são protegidos da chuva e do frio por pesados reposteiros; apresenta linhas retilíneas; não tem almofada para o cocheiro; tem as rodas dianteiras demasiado grandes e ligadas ao eixo, o que dificulta a sua manobra.

O segundo coche mais antigo da coleção é o Coche de D. Maria Francisca Isabel de Saboia que apresenta uma evolução relativamente ao coche de Filipe II.

4.2. Quais são as principais diferenças entre este coche e o coche de Filipe II? (5 pontos)

Ao contrário do Coche de Filipe II, o Coche de D. Maria Francisca Isabel de Saboia tem linhas curvilíneas, uma caixa fechada e almofada para o cocheiro.

4.3. Qual é a grande inovação que este coche apresenta? (3 pontos)

Mecanismo de suspensão designado “pescoço de cisne”.

5. Do século XVIII, o Museu possui vários coches, destacando-se os Coches do reinado de D. João V, expoente maior do absolutismo em Portugal. Para recordares o que já sabes sobre este tema, lê o seguinte documento e responde à questão que te é colocada.

Documento 1: O Exercício do Poder

A análise da atuação governativa de D. João V permite detetar as seguintes linhas de força: neutralidade face aos conflitos puramente europeus, desde que não colocassem em causa o Império Português e a segurança da navegação transoceânica; adoção de uma política conducente ao aumento do prestígio da coroa junto das principais potências (Santa Sé, Inglaterra, França, Áustria e Espanha), destinada a valorizar a posição do reino através da cena internacional; defesa intransigente, intensificação de povoamento, contínua valorização e reconhecimento internacionais das fronteiras da América Portuguesa; reforço da autoridade régia e submissão da nobreza e do clero; enriquecimento dos edifícios seculares e religiosos existentes, investimento em instituições culturais, salvaguarda do património, promoção de novas e grandiosas construções e política de mecenato.

COUTO, Jorge (1998). "D. João V". In MEDINA, Henrique (dir.). *História de Portugal*, Vol. VII. Lisboa: Clube Internacional do Livro.

5.1. A partir do documento 1, indica três aspetos que caracterizaram a ação governativa de D. João V. (15 pontos)

Política de neutralidade face aos conflitos europeus, salvaguardando, no entanto, os interesses do império; reforço do poder da Coroa através do envio de representações diplomáticas; submissão das ordens sociais através da recusa em reunir Cortes; defesa do Império Colonial; apoio às artes e às letras através de uma política de mecenato; política de grandes construções.

6. Agora que já relembreste o que tinhas aprendido sobre o absolutismo joanino, vais conhecer um pouco melhor os coches deste período.

6.1. Que estilo artístico define os coches do reinado de D. João V? (2 pontos)

Barroco.

6.2. Quais são as principais características dos coches barrocos? (5 pontos)

As principais características dos coches barrocos são as linhas curvilíneas, o uso de tecidos de seda lavrada e a abundância de pinturas, esculturas e ornatos de talha dourada.

6.3. Quais são os principais temas retratados nestes coches? (10 pontos)

Os principais temas retratados nestes coches estão relacionados com a mitologia greco-romana, os símbolos das virtudes, as 4 estações do ano, os quatro continentes e a história de Portugal.

6.4. Associa os elementos da Coluna A aos elementos da Coluna B. Cada coche pode ter mais do que um elemento. (14 pontos)

Coluna A		Coluna B
8. Tétis	a)	a) Coche do Embaixador
9. 4 Estações	b)	b) Coche dos Oceanos
10. Lisboa	c)	c) Coche da Coroação de Lisboa
11. África	c)	
12. Ásia	c)	
13. Apolo	b)	
14. Adamastor	a)	

7. Do século XVIII, existem ainda outros coches, como o Coche de D. Maria Francisca Benedita, um exemplar de uma corrente artística do século XVIII.

7.1. Qual é a corrente artística deste coche? (2 pontos)

Rococó.

7.2. Qual é a principal diferença entre esta corrente e o barroco? (10 pontos)

Esta corrente é menos imponente, mais alegre e mais intimista do que o barroco tanto na escolha dos temas, como na escolha dos materiais, dos tamanhos e das cores. Para além disso, começou por ser vista como um gosto e não como um estilo artístico.

8. Agora que já sabes tudo sobre os coches, vais conhecer outra viatura: a Berlinda.

8.1. Qual é a principal diferença entre o coche e a berlinda? (5 pontos)

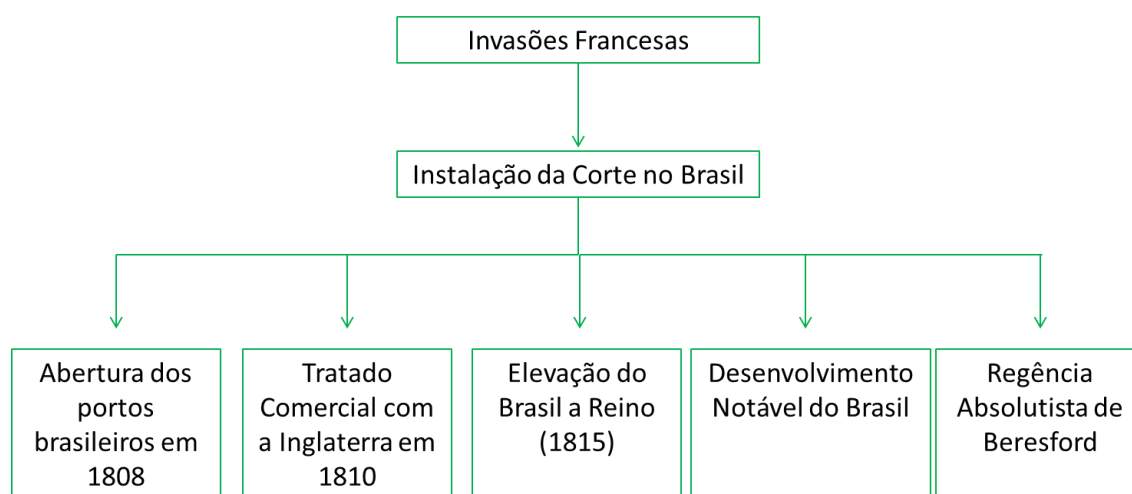
Enquanto no coche a caixa é suspensa por um único varal, na berlinda a caixa é suspensa por 2 varais, o que lhe confere mais estabilidade.

Dentro da categoria das berlindas existem as berlindas processionais.

8.2. Qual é a função destas viaturas? (2 pontos)

Transportar uma figura religiosa durante uma Procissão.

9. Como já estudaste este ano, nos inícios do século XIX, a família real e a Corte tiveram de se deslocar para o Brasil.



- 9.1. A partir do esquema apresentado, explica as causas e consequências deste acontecimento, desenvolvendo cada um dos aspetos mencionados no esquema (30 pontos).

Decidido a neutralizar o poderio da Inglaterra, Napoleão Bonaparte decretou, em 21 de Novembro de 1806, o Bloqueio Continental que proibia qualquer nação europeia de comerciar com a Inglaterra através do encerramento dos seus portos aos navios ingleses.

Perante esta situação, o príncipe regente D. João adotou uma política ambígua, o que levou Napoleão a ordenar a invasão de Portugal que ocorreu em Outubro de 1807, com a entrada no país das tropas de Junot.

Enquanto isto acontecia, Portugal e Inglaterra negociavam a ocupação britânica da ilha da Madeira e a transferência da sede da monarquia portuguesa para o Brasil, mudança que já tinha sido antes contemplada por políticos como D. Luís da Cunha e D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

A transferência foi colocada em prática no dia 29 de Novembro de 1807, com a partida rumo ao Brasil de 40 embarcações, enquanto as tropas francesas entravam em Lisboa. O monarca deixou, em Portugal, um Conselho de Regência para receber os franceses como aliados que acabaram por entrar na capital sem grande resistência.

Enquanto o rei permanecia no Brasil, Portugal foi novamente invadido em Março de 1809, com as tropas comandadas pelo Marechal Soult e em 1810, pelo Marechal Massena e as suas tropas, que acabaram por se retirar em Outubro de 1811.

Entretanto, a deslocação da Corte para o Brasil teve várias consequências. Como tal, em 1808, o príncipe D. João decretou a abertura dos portos brasileiros às nações aliadas, pondo fim ao exclusivo comercial, ao abrigo do qual a colónia brasileira abastecia, a bom preço, a metrópole de vários produtos, muitos deles reexportados e recebia grande parte da produção manufatureira nacional. Com isto, a economia portuguesa ficou numa situação muito complicada, situação que se vai agravar com a assinatura, em 1810, de um Tratado Comercial com a Inglaterra, muito semelhante ao Tratado de Methuen, já que as mercadorias britânicas, nomeadamente as manufaturas, entravam em Portugal e nos seus domínios com grande facilidade dadas as baixas taxas que tinham de pagar.

Cinco anos depois, o Brasil foi elevado a reino, passando a governar Portugal, as ilhas e as possessões portuguesas, o que levou o povo português a sentir-se como colónia do Brasil, aumentando o desagrado da população em geral.

Entretanto, o Rio de Janeiro conheceu um desenvolvimento notável, em virtude da presença da Corte no Brasil, com a abertura de ruas mais largas, a criação do Arquivo Real e da Real Biblioteca e a realização de várias cerimónias, o que fez com que esta colónia se transformasse numa efervescente metrópole, sendo apelidada de “Paris nos Trópicos”.

Para além de ser uma “colónia brasileira”, Portugal também era, neste período, um protetorado inglês, cabendo ao Marechal Beresford a reestruturação do exército e a organização da defesa do reino. Contudo, Beresford vai agir de uma forma autoritária, controlando de forma restrita a economia, reativando a Inquisição e prendendo vários indivíduos sob suspeita de jacobinismo, tal como aconteceu, em 1817, com a prisão e condenação à morte do general Gomes Freire de Andrade.

Estas consequências que derivaram da deslocação da Corte para o Brasil conduziram ao aumento do descontentamento da população que levou a cabo a Revolução de 24 de Agosto de 1820, pondo fim ao Absolutismo em Portugal e instaurando um novo regime em Portugal: o regime liberal.

10. Com a perda de influência dos Franceses e o aumento da influência dos Ingleses, Portugal vai passar a utilizar um novo tipo de viatura: a Carruagem.

10.1. Por que razão a carruagem é mais segura e confortável do que os coches e as berlindas? (5 pontos)

A carruagem é mais confortável e segura do que os coches e as berlindas porque a suspensão da caixa é feita por correias curtas em forma de C e porque se elevou o banco do cocheiro bem como se introduziram lanternas, o que permitiu uma maior visibilidade.

11. De seguida, vais conhecer outro tipo de viatura: a Sege.

11.1. Quais são as principais vantagens deste veículo? (5 pontos)

Permite uma deslocação fácil e rápida, e permite viajar incógnito ao fechar a cortina e ao conduzir a própria viatura.

12. O Museu dispõe, ainda, de duas viaturas muito semelhantes: as Liteiras e as Cadeirinhas.

12.1. Quais são as principais diferenças entre estas viaturas? (10 pontos)

Enquanto as liteiras são viaturas maiores, com espaço para duas pessoas, uma à frente da outra, com portas laterais e varais fixos, pois são conduzidas por mulas, as cadeirinhas eram espaços mais pequenos, só cabendo uma pessoa, com uma porta à frente e varais amovíveis já que eram conduzidas por 2 ou 4 homens com a ajuda de correias de couro suspensas nos ombros.

13. Para terminar a nossa visita, vais conhecer mais duas viaturas extraordinárias que não se enquadram nas categorias que já vimos: o Landau e a Mala-Posta.

13.1. Quais são as principais características do Landau? (5 pontos).

O Landau é uma viatura que tem uma caixa de 4 lugares, 2 capas de couro rebatíveis e janelas que se podem subir ou descer.

13.2. Em que acontecimento da História de Portugal esteve envolvido o Landau apresentado? (2 pontos)

No regicídio que ocorreu em 1 de Fevereiro de 1908.

Ao contrário de todas as outras viaturas expostas no Museu, a mala-posta não se destinava apenas ao transporte de passageiros.

13.3. Qual era a sua função? (2 pontos)

Transportar passageiros, bagagens e correio, sendo o primeiro transporte público.

A tua visita virtual chegou ao fim!

Certamente gostarias de visitar presencialmente este espaço ou outros sítios ou monumentos com interesse histórico. Fala com os teus pais, outros familiares ou amigos e marca já a tua visita.

P.S.: Não esqueças a máscara, cujo uso é obrigatório e procura manter o distanciamento social, cumprindo todas as regras do espaço que vais visitar.

Anexo 8 – Critérios Específicos de Classificação do Guião de Exploração



1. 18 pontos

Resposta: a) gala OU aparato; b) viagem; c) passeio; d) XVI; e) XIX; f) Casa Real Portuguesa; g) Igreja; h) famílias nobres; i) coches; j) berlindas; k) carruagens; l) seges; m) carrinhos de passeio; n) liteiras; o) cadeirinhas; p) arte equestre; q) fardamentos; r) galeria de retratos Ou retratos.

Cada resposta certa vale 1 ponto (da alínea i) à alínea o) a ordem pode não ser a apresentada desde que mencionem todos os veículos).

2. 26 pontos

Resposta:

- a) Verdadeiro;
- b) Falso. A 1.^a morada do Museu foi o Picadeiro Real de Belém, comprado por D. João V ao 3.^o Conde de Aveiras.
- c) Falso. As obras que o Picadeiro sofreu, em 1904, para se converter em Museu, foram da autoria do arquiteto Rosendo Carvalheira.
- d) Verdadeiro.
- e) Falso. Em 1911, o Museu passou a chamar-se Museu Nacional dos Coches.
- f) Falso. Para resolver a falta de espaço, adquiriu-se, em 1994, as antigas Oficinas Gerais do Exército, para se construir um novo Museu.
- g) Verdadeiro.
- h) Falso. O Museu Nacional dos Coches este nomeado para o Prémio Museu Europeu do Ano 2018 OU O Museu Nacional dos Coches ganhou o Prémio CICA de Arquitetura em 2019.

Cada resposta certa vale 2 pontos e cada correção bem feita vale mais 2 pontos.

3. 14 pontos

Resposta:

Coluna A	Coluna B
1	e)
2	c)
3	b)
4	f)
5	a)
6	g)
7	d)

Cada correspondência certa vale 2 pontos.

4.1. 10 pontos

Tópicos de resposta:

O Coche de Filipe II é um modelo arcaico, porque:

– tem caixa aberta, pelo que os passageiros eram protegidos da chuva e do frio por pesados reposteiros;

– apresenta linhas retilíneas;

– não apresenta almofada de cocheiro;

– as rodas dianteiras eram demasiado grandes e estavam ligadas ao eixo.

Níveis	Descritores de desempenho no domínio específico da atividade.	Cotação
4	Indica 4 características que evidenciam o caráter arcaico do Coche de Filipe II.	10
3	Indica 3 características que evidenciam o caráter arcaico do Coche de Filipe II.	7
2	Indica 2 características que evidenciam o caráter arcaico do Coche de Filipe II.	5
1	Indica 1 característica que evidencia o caráter arcaico do Coche de Filipe II.	2

4.2. 5 pontos

Tópicos de resposta:

Ao contrário do Coche de Filipe II, o Coche de D. Maria Francisca Isabel de Saboia, tem:

- Linhas curvilíneas;
- Almofada para cocheiro;
- Caixa Fechada.

Níveis	Descritores de desempenho no domínio específico da atividade.	Cotação
3	Indica 3 diferenças existentes entre o Coche de D. Maria Francisca Isabel de Saboia e o Coche de Filipe II.	5
2	Indica 2 diferenças existentes entre o Coche de D. Maria Francisca Isabel de Saboia e o Coche de Filipe II.	3
1	Indica 1 diferença existente entre o Coche de D. Maria Francisca Isabel de Saboia e o Coche de Filipe II.	1

4.3. 3 pontos

Resposta: Mecanismo de suspensão designado Pescoço de Cisne OU Introdução da Quinta Roda

5.1. 15 pontos

Tópicos de resposta:

D. João V realçou a figura régia através da magnificência, permitida pelo ouro e diamantes do Brasil, da autoridade e da etiqueta, de que se salientam os seguintes aspetos:

- política de neutralidade face aos conflitos europeus, salvaguardando, no entanto, os interesses do império;
- reforço do poder da Coroa através do envio de representações diplomáticas que deslumbraram os contemporâneos pela pompa e sumptuosidade;
- submissão das ordens sociais através da recusa em reunir Cortes;
- defesa do império colonial;
- apoio às artes e às letras (política de mecenato), criando, por exemplo, a Biblioteca da Universidade de Coimbra e a Real Academia de História;
- política de grandes construções, destacando-se o Palácio-Convento de Mafra, obra que se tornou no símbolo do seu reinado e cuja construção foi eternizada na obra *Memorial do Convento* de José Saramago.

Níveis	Níveis de desempenho no domínio da comunicação escrita em língua portuguesa Descritores de desempenho no domínio específico da disciplina	1	2	3
4	Indica 3 aspetos que caracterizaram a ação governativa de D. João V, com:	13	14	15

	• Organização coerente dos conteúdos; • Utilização adequada e sistemática da terminologia específica da disciplina; • Integração pertinente da informação contida no documento.			
3	Indica 3 aspetos que caracterizaram a ação governativa de D. João V, com falhas em, pelo menos um, dos seguintes parâmetros: • Organização coerente dos conteúdos; • Utilização adequada e sistemática da terminologia específica da disciplina; • Integração pertinente da informação contida no documento. OU Indica 2 aspetos que caracterizaram a ação governativa de D. João V, com: • Organização coerente dos conteúdos; • Utilização adequada e sistemática da terminologia específica da disciplina; • Integração pertinente da informação contida no documento.	9	10	11
2	Indica 2 aspetos que caracterizaram a ação governativa de D. João V, com falhas em, pelo menos um, dos seguintes parâmetros: • Organização coerente dos conteúdos; • Utilização adequada e sistemática da terminologia específica da disciplina; • Integração pertinente da informação contida no documento. OU Indica 1 aspeto que caracterizou a ação governativa de D. João V, com: • Organização coerente dos conteúdos; • Utilização adequada e sistemática da terminologia específica da disciplina; • Integração pertinente da informação contida no documento.	5	6	7
1	Indica 1 aspeto que caracterizou a ação governativa de D. João V, com falhas em, pelo menos um, dos seguintes parâmetros: • Organização coerente dos conteúdos; • Utilização adequada e sistemática da terminologia específica da disciplina; • Integração pertinente da informação contida no documento.	1	2	3

6.1. 2 pontos

Resposta: Barroco

6.2. 5 pontos

Tópicos de resposta:

As principais características dos coches barrocos são:

- Linhas curvilíneas;
- Uso de tecidos de seda lavrada;
- Abundância de pinturas, esculturas e ornatos de talha dourada.

Níveis	Descritores de desempenho no domínio específico da atividade.	Cotação
3	Indica 3 características dos coches barrocos.	5
2	Indica 2 características dos coches barrocos.	3
1	Indica 1 característica dos coches barrocos.	1

6.3. 10 pontos

Tópicos de resposta:

Os principais temas retratados nos coches barrocos são:

- temas da mitologia greco-romana;
- os símbolos das virtudes;
- as 4 estações do ano;
- os 4 continentes;

-temas da história de Portugal, especialmente relacionados com os Descobrimentos.

Níveis	Descritores de desempenho no domínio específico da atividade.	Cotação
5	Indica 5 temas retratados nos coches barrocos.	10
4	Indica 4 temas retratados nos coches barrocos.	8
3	Indica 3 temas retratados nos coches barrocos.	6
2	Indica 2 temas retratados nos coches barrocos.	4
1	Indica 1 tema retratado no coche barroco.	2

6.4. 14 pontos

Resposta: a): 1; 7/ b): 2; 6/ c): 3; 4; 5

Cada correspondência certa vale 2 pontos.

7.1. 2 pontos

Resposta: Rococó

7.2. 10 pontos

Resposta:

O rococó diferencia-se do barroco por ser menos imponente, mais alegre e mais intimista quer na escolha dos temas quer na escolha dos materiais, tamanhos e cores.

OU

O rococó diferencia-se do barroco, pois começou por ser visto como um gosto e não como uma corrente artística.

Níveis	Descritores de desempenho no domínio específico da atividade.	Cotação
2	Indica uma das duas diferenças apresentadas de forma completa.	10
1	Indica uma das duas diferenças apresentadas de forma incompleta.	5

8.1. 5 pontos**Resposta:**

Enquanto no coche a caixa é suspensa por um único varal, na berlinda a caixa é suspensa por 2 varais, o que lhe confere mais estabilidade.

Níveis	Descritores de desempenho no domínio específico da atividade.	Cotação
2	Indica a diferença entre o coche e a berlinda de forma completa.	5
1	Indica a diferença entre o coche e a berlinda de forma incompleta.	3

8.2. 2 pontos

Resposta: Transportar uma figura religiosa durante uma Procissão.

9.1. 30 pontos**Tópicos de resposta:**

– Em 21 de Novembro de 1806, Napoleão Bonaparte decreta o Bloqueio Continental que proibia qualquer nação europeia de comerciar com a Inglaterra, mas Portugal não acede, o que leva a que seja invadido três vezes pelos franceses: em 1807, sob o comando de Junot; em 1809, sob o comando de Soult e, em 1810, sob o comando de Massena.

– Perante esta situação, D. João decide transferir a corte para o Brasil, o que teve várias consequências:

1. abertura dos portos brasileiros em 1808, pondo fim ao exclusivo comercial, ao abrigo do qual a colónia brasileira abastecia, a bom preço, a metrópole de vários produtos e recebia grande parte da produção manufatureira nacional;

2. assinatura, em 1810, de um Tratado Comercial com a Inglaterra que facilitava a entrada, em Portugal e nos seus domínios, das mercadorias britânicas sujeitas a baixas taxas, o que agravou a situação económica portuguesa;

3. elevação do Brasil a reino, em 1815, pelo que Portugal passou a ser visto como uma colónia brasileira, o que desagradou a população;

4. desenvolvimento notável do Rio de Janeiro com a abertura de vários edifícios e a realização de várias cerimónias;

5. regência absolutista de Beresford que vai controlar de forma restrita a economia, reativar a Inquisição e prender vários indivíduos sob suspeita de jacobinismo, tal como aconteceu, em 1817, com a prisão e condenação à morte do general Gomes Freire de Andrade.

– Tudo isto aumenta o descontentamento da população que vai levar a cabo a revolução de 24 de Agosto de 1820.

Níveis	Níveis de desempenho no domínio da comunicação escrita em língua portuguesa	1	2	3
	Descritores de desempenho no domínio específico da disciplina			
7	Explica os 6 aspetos relacionados com a deslocação da Corte para o Brasil (causa e consequências), com: • Organização coerente dos conteúdos; • Utilização adequada e sistemática da terminologia específica da disciplina; • Integração pertinente da informação contida no esquema.	28	29	30
6	Explica os 6 aspetos relacionados com a deslocação da Corte para o Brasil (causa e consequências), com falhas em, pelo menos um, dos seguintes parâmetros: • Organização coerente dos conteúdos; • Utilização adequada e sistemática da terminologia específica da disciplina; • Integração pertinente da informação contida no esquema. OU Explica 5 aspetos relacionados com a deslocação da Corte para o Brasil (causa e consequências), com: • Organização coerente dos conteúdos; • Utilização adequada e sistemática da terminologia específica da disciplina; • Integração pertinente da informação contida no esquema.	24	25	26
5	Explica 5 aspetos relacionados com a deslocação da Corte para o Brasil (causas e consequências), com falhas em, pelo menos um, dos seguintes parâmetros: • Organização coerente dos conteúdos; • Utilização adequada e sistemática da terminologia específica da disciplina; • Integração pertinente da informação contida no esquema. OU Explica 4 aspetos relacionados com a deslocação da Corte para o Brasil (causa e consequências), com:	20	21	22

	• Organização coerente dos conteúdos; • Utilização adequada e sistemática da terminologia específica da disciplina; • Integração pertinente da informação contida no esquema.			
4	Explica 4 aspetos relacionados com a deslocação da Corte para o Brasil (causa e consequências), com falhas em, pelo menos um, dos seguintes parâmetros: • Organização coerente dos conteúdos; • Utilização adequada e sistemática da terminologia específica da disciplina; • Integração pertinente da informação contida no esquema. OU Explica 3 aspetos relacionados com a deslocação da Corte para o Brasil (causa e consequências), com: • Organização coerente dos conteúdos; • Utilização adequada e sistemática da terminologia específica da disciplina; • Integração pertinente da informação contida no documento.	16	17	18
3	Explica 3 aspetos relacionados com a deslocação da Corte para o Brasil (causa e consequências), com falhas em, pelo menos um, dos seguintes parâmetros: • Organização coerente dos conteúdos; • Utilização adequada e sistemática da terminologia específica da disciplina; • Integração pertinente da informação contida no esquema. OU Explica 2 aspetos relacionados com a deslocação da Corte para o Brasil (causa e consequências), com: • Organização coerente dos conteúdos; • Utilização adequada e sistemática da terminologia específica da disciplina; • Integração pertinente da informação contida no esquema.	12	13	14
2	Explica 2 aspetos relacionados com a deslocação da Corte para o Brasil (causa e consequências), com falhas em, pelo menos um, dos seguintes parâmetros: • Organização coerente dos conteúdos; • Utilização adequada e sistemática da terminologia específica da disciplina; • Integração pertinente da informação contida no esquema. OU Explica 1 aspeto relacionado com a deslocação da Corte para o Brasil (causa ou consequência), com: • Organização coerente dos conteúdos; • Utilização adequada e sistemática da terminologia específica da disciplina; • Integração pertinente da informação contida no esquema.	8	9	10
1	Explica 1 aspeto relacionado com a transferência da Corte para o Brasil	4	5	6

	(causa ou consequência), com falhas em, pelo menos um, dos seguintes parâmetros: • Organização coerente dos conteúdos; • Utilização adequada e sistemática da terminologia específica da disciplina; • Integração pertinente da informação contida no esquema.			
--	--	--	--	--

10.1. 5 pontos

Tópicos de resposta: A carruagem é mais confortável e segura do que os coches e as berlindas porque:

- a suspensão da caixa é feita por correias curtas em forma de C;
- se elevou o banco do cocheiro;
- se introduziram lanternas.

Níveis	Descritores de desempenho no domínio específico da atividade.	Cotação
3	Indica 3 razões para a carruagem ser mais segura e confortável do que os coches e as berlindas.	5
2	Indica 2 razões para a carruagem ser mais segura e confortável do que os coches e as berlindas.	3
1	Indica 1 razão para a carruagem ser mais segura e confortável do que os coches e as berlindas.	1

11.1. 5 pontos

Tópicos de resposta:

A sege tem algumas vantagens, tais como:

- permite uma deslocação rápida e fácil;
- permite viajar incógnito.

Níveis	Descritores de desempenho no domínio específico da atividade.	Cotação
2	Indica 2 vantagens da sege.	5
1	Indica 1 vantagem da sege.	3

12.1. 10 pontos

Tópicos de resposta:

Apesar de serem veículos muito semelhantes, as liteiras e as cadeirinhas, apresentam algumas diferenças, tais como:

- as liteiras são viaturas maiores com espaço para duas pessoas, uma à frente da outra, ao passo que as cadeirinhas só têm espaço para uma pessoa;
- as liteiras têm portas laterais, enquanto as cadeirinhas têm uma porta à frente;

– as liteiras têm os varais fixos, pois são conduzidas por mulas, ao passo que as cadeirinhas têm os varais amovíveis já que são conduzidas por dois ou quatro homens com a ajuda de correias de couro suspensas nos ombros.

Níveis	Descritores de desempenho no domínio específico da atividade.	Cotação
3	Indica 3 diferenças entre as liteiras e as cadeirinhas.	10
2	Indica 2 diferenças entre as liteiras e as cadeirinhas.	6
1	Indica 1 diferença entre as liteiras e as cadeirinhas.	2

13.1. 5 pontos

Tópicos de resposta:

O landau é uma viatura com características próprias, tais como:

- tem uma caixa com lugares para 4 pessoas;
- tem 2 capotas rebatíveis;
- tem janelas que se podem subir e descer.

Níveis	Descritores de desempenho no domínio específico da atividade.	Cotação
3	Indica 3 características do landau.	5
2	Indica 2 características do landau.	3
1	Indica 1 característica do landau.	1

13.2. 2 pontos

Resposta: Regicídio OU Assassinato de D. Carlos e D. Luís Filipe.

13.3. 2 pontos

Resposta: Transportar passageiros, bagagens e correio, sendo o primeiro transporte público.

Na resposta à questão, a classificação a atribuir traduz a avaliação do desempenho no domínio específico da língua portuguesa, realizando-se esta última de acordo com os níveis a seguir descritos.

Níveis	Descritores
3	O discurso é globalmente claro e correto, podendo apresentar falhas pontuais.
2	O discurso apresenta incorreções que, contudo, não comprometem a sua clareza.
1	O discurso apresenta incorreções que comprometem parcialmente a sua clareza.

Anexo 9 – Inquérito por Questionário

Visitas de Estudo e Aprendizagem da História

A presente investigação insere-se no âmbito do Mestrado em Ensino de História no 3.º Ciclo do Ensino Básico, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. O tema deste relatório relaciona-se com a importância das visitas de estudo na aprendizagem dos alunos. Neste sentido, peço-te que realizes este questionário uma tarefa que demora cerca de 15 minutos. Em momento algum são pedidos dados pessoais ou identificadores do respondente.

***Obrigatório**

Género *

- ☐ Masculino
- ☐ Feminino

Idade *

A sua resposta

Gostaste de realizar a visita? *

- ☐ Sim
- ☐ Não

Indica os aspetos que consideraste positivos e/ou negativos no decurso da visita. *

*

A sua resposta

Consideras que as visitas de estudo podem ser uma boa forma de aprenderes História? *

- ☐ Sim
- ☐ Em parte
- ☐ Não

Porquê? *

A sua resposta

Na tua opinião, para que servem as visitas de estudo no âmbito da aprendizagem da História? (Podes seleccionar mais do que uma opção). *

- ☐ Sem interesse
- ☐ Como uma oportunidade para aprender coisas novas
- ☐ Como uma oportunidade para sair da escola e divertir-me
- ☐ Como uma oportunidade para aprender melhor os assuntos das aulas
- ☐ Como uma possibilidade de visitar sítios que não conheces
- ☐ Outra

Se respondeste outra, especifica qual. *

A sua resposta

Com esta visita percebeste a importância do património histórico-cultural que te rodeia. O que estarias disposto(a) a fazer para o preservar? *

A sua resposta

Submeter

Página 1 de 1

Anexo 10 – Grelha de Análise do Guião de Exploração da Visita de Estudo

Análise dos Resultados dos Guiões de Exploração da Visita de Estudo ao Museu Nacional dos Coches																							
Questão	1	2	3	4.1.	4.2.	4.3.	5.1.	6.1.	6.2.	6.3.	6.4.	7.1.	7.2.	8.1.	8.2.	9.1.	10.1.	11.1.	12.1.	13.1.	13.2.	13.3.	Média
Cotação Total	18	26	14	10	5	3	15	2	5	10	14	2	10	5	2	30	5	5	10	5	2	2	
Média por Questão	17,6	18	11,3	5,5	3,5	2,6	8,3	1,9	4,2	7,8	13,6	1,7	5,3	2,5	1,7	13,2	4,3	4,3	7,1	3,9	1,8	1,5	14,18
% de Sucesso	85	17	55,3	12,8	55,3	76,6	2,2	97,9	78,7	59,6	80,9	87,2	23,4	14,9	76,6	4,3	66	70,2	48,9	63,8	87,2	68,1	
Classificação mais alta	18	26	14	10	5	3	15	2	5	10	14	2	10	5	2	30	5	5	10	5	2	2	
Classificação mais baixa	11	10	6	0	0	0	0	0	0	0	12	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	

Classificação Média	14,18
Classificação mais alta	19
Classificação mais baixa	6,4
Positivas	46
Negativas	1